



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

DISSERTAÇÃO

**POLÍTICA CULTURAL E TURISMO: REFLEXÕES ACERCA DO USO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO RELIGIOSO EM PETRÓPOLIS**

Matheus de Castro Pereira Souza

Seropédica, RJ
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**POLÍTICA CULTURAL E TURISMO: REFLEXÕES ACERCA DO USO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO RELIGIOSO EM PETRÓPOLIS**

Matheus de Castro Pereira Souza

Sob orientação da Professora

Prof. Dra. Isabela de Fátima Fogaça

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração**, no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRRJ, Área de Concentração em Gestão e Estratégia.

Seropédica, RJ
2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D439p DE CASTRO PEREIRA SOUZA, MATHEUS , 1990-
POLÍTICA CULTURAL E TURISMO: REFLEXÕES ACERCA DO
USO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO RELIGIOSO EM PETRÓPOLIS /
MATHEUS DE CASTRO PEREIRA SOUZA. - 2017.
79 f. : il.

Orientadora: ISABELA DE FÁTIMA FOGAÇA.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, ADMINISTRAÇÃO, 2017.

1. Patrimônio Histórico. 2. Petrópolis. 3. Política
Cultural. 4. Turismo. I. DE FÁTIMA FOGAÇA, ISABELA ,
1980-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. ADMINISTRAÇÃO III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios
Programa de Pós-graduação em Administração-PPGA
Mestrado Acadêmico em Administração-MAA

MATHEUS DE CASTRO PEREIRA SOUZA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Administração, na área de concentração em Gestão e Estratégia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/05/2017

Prof.ª Dr.ª Isabel de Fátima Fogaça
Orientadora – Presidente
Membro Interno
UFRRJ

Prof.ª Dr.ª Elis Regina Barbosa Angelo
Membro Interno
UFRRJ

Prof.ª Dr.ª Valéria Lima Guimarães
Membro Externo
UFF

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, pelo financiamento do meu mestrado. Devido à bolsa de estudos pude me dedicar 24 horas à atividade durante os dois anos de duração.

Agradeço também a minha orientadora, Prof. Dra. Isabela de Fátima Fogaça, pela sua constante atenção, gentileza e solicitude. Sempre que necessitei você esteve à disposição, inclusive nos momentos mais delicados. Meu eterno muito obrigado!

Aproveito para agradecer a Prof. Dra. Heloisa Guimarães Peixoto Nogueira, por ter me recebido em sua casa e retirado um tempo de seu dia no empréstimo de materiais valiosos para a confecção da etapa inicial desse trabalho.

Agradeço também aos professores participantes das minhas bancas de qualificação e defesa, Prof. Dra. Elis Regina Barbosa Angelo, Prof. Dra. Janaina Machado Simões e Prof. Dra. Valéria Lima Guimarães, por todas as valiosas contribuições para o meu trabalho.

Por fim, agradeço a minha família pela paciência durante esse período.

RESUMO

SOUZA, Matheus de Castro Pereira. **Política Cultural e Turismo: Reflexões acerca do uso do Patrimônio Histórico Religioso em Petrópolis, RJ.** 2017. 112p. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Icsa, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2017.

A presente dissertação intenta por aprofundar um conjunto de reflexões que vêm se desenvolvendo há mais de cinco anos de contato com o município de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, por meio de pesquisas relacionadas às políticas desenvolvidas na área de cultura, especialmente de uso do Patrimônio Cultural e sua relação com o turismo. A pesquisa objetiva identificar qual seria a influência da atividade turística no trabalho previsto para o patrimônio religioso do município. Mais especificamente Contextualizar as políticas culturais como fator relevante no processo de preservação e conservação do patrimônio brasileiro; Caracterizar as relações entre o patrimônio religioso, sua gestão e a atividade turística na cidade de Petrópolis, presente nas ações propostas para o circuito de capelas e igrejas e Identificar e discutir as contradições na relação entre valorização e promoção presentes na interação do patrimônio religioso e do turismo no município. O uso do patrimônio como atrativo turístico, na busca por aliar os interesses de valorização e promoção da cultura local com os benefícios econômicos e sociais esperados da prática do turismo, apresenta-se como uma questão que cria ambiguidade. A realidade que se observa na gestão desse processo em específico, dá-se na tentativa pública de criar grupos de trabalho com os agentes de maior relevância no trato com os bens religiosos, como forma de despertar o interesse em construir um planejamento capaz de capitalizar os recursos advindos da atividade turística e gerar competitividade. Por sua vez, tal intenção contribui para a exclusão dos grupos sociais envolvidos de forma direta com o patrimônio do circuito, além de focar o trabalho em questões que tratam desses monumentos como produtos culturais. Os resultados encontrados apontam como a produção da política cultural e de turismo destinada ao patrimônio religioso, evidenciada pelo Circuito de Capelas e Igrejas, questiona a efetividade da gestão pública para esse trato com o patrimônio religioso da cidade de Petrópolis. Também se observam a falta de continuidade nos trabalhos e o foco em gerar divisas, responsáveis por questões que impedem a obtenção de resultados mais condizentes com o que se prospecta para o turismo religioso no município.

Palavras Chave: Patrimônio Histórico; Petrópolis; Política Cultural; Turismo

ABSTRACT

SOUZA, Matheus de Castro Pereira. **Cultural Politics and Tourism: Thoughts about Religious Heritage in Petrópolis, RJ.** 2017. 112p. Dissertation (Master Science in Administration). Instituto de Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Icsa, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2017.

The present master's dissertation project has as objective, to present thoughts about cultural politics in face of the touristic activity in the city of Petrópolis in Rio de Janeiro. This relation could present ways to analyze the directions of the religious heritage's management, planned in the Petrópolis township. The usage of heritage as a touristic attractive, works as an approach to ally the dissemination and valorization of the traditional culture with the willing to develop, economically and socially, those benefits that come within the tourism activity. The reality observed in the management of this situation, exposes a governmental attempt to create work groups formed by actors related to those religious monuments, as means to capitalize public investments derived from the tourism ministry. On the other hand, this attempt contributes in the exclusion of those social groups with less representability, that are deeply related to the religious monuments selected by the tour of Churches and Chapels. In addition, the idea of the tour mentioned, represents a way of thinking those monuments as cultural products, directed to financial purposes. The inclusion of actions directed to society empowerment, with more popular involvement, solving public demands of any groups and not only those with more influence, becomes a relevant initiative. It is also relevant to present the necessity of interaction between the religious institution and the private companies, after a inexistence of this kind of exchange. The production of cultural politics and tourism dedicated to the religious heritage of the city, represented by its religious itinerary, puts in check the efficiency of public management.

Key Words: Cultural Politics, Historical Heritage; Petrópolis; Tourism

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CMC - Conselho Municipal de Cultura

CNC - Conselho Nacional de Cultura

CNFL - Comissão Nacional de Folclore

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

Ibeec - Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura

INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo

INL - Instituto Nacional do Livro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Iseb - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MIC - Ministério da Indústria e Comércio

MinC - Ministério da Cultura

MS - Ministério da Saúde

MTUR - Ministério do Turismo

PCH - Programa de Cidades Históricas

PMC - Plano Municipal de Cultura

PRONAC - Programa Nacional de Apoio a Cultura

SMC - Sistema Municipal de Cultura

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

LISTA DE QUADROS, GRAFICOS, TABELAS E FIGURAS

QUADRO 1 - LISTA DO ESCOPO METODOLÓGICO DO PROJETO	12
TABELA 1 - CONJUNTO DE LEGISLAÇÕES APROVADAS NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PARA A AREA DA CULTURA.....	31
FIGURA 1 - RESULTADOS DOS ASPECTOS CULTURAIS PARA BRASIL, CAPITAIS E NÃO CAPITAIS DE 2010 A 2014	52
FIGURA 2 - DIVISÃO DOS DISTRÍTOS DE PETRÓPOLIS.....	55
FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS CAPELAS E IGREJAS PELO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Métodos e Técnicas de Pesquisa	11
1.2 Organização da Dissertação	15
2. POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO	18
2.1 Diretrizes das Políticas culturais de preservação e conservação no cenário brasileiro	18
2.2 Política Cultural e de Conservação e Preservação do Patrimônio e seu desenvolvimento no Brasil	25
2.3 Uso do Patrimônio, Bens Culturais de Petrópolis e Turismo	32
3. DIRECIONAMENTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PETRÓPOLIS A CIDADE IMPERIAL	42
3.1 O legado do Império e imigrações no Patrimônio Cultural da cidade	42
3.2 A Gestão do Patrimônio Cultural em Petrópolis e o Turismo: a busca por resultados sociais, políticos, culturais e econômicos.....	45
3.3 Políticas Culturais, Preservação e Conservação do Patrimônio e a abordagem sobre o Circuito de Capelas e Igrejas em Petrópolis.....	52
4. PERCEPÇÕES ACERCA DA GESTÃO DO CIRCUITO DE CAPELAS E IGREJAS NA DINÂMICA DO TURISMO E POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PETRÓPOLIS.....	58
4.1. A dualidade entre Valorização do Patrimônio Cultural em perspectiva a ação de Promoção do município: uma questão de mercado turístico.....	59
4.2. Contradições e aspectos do Circuito de Capelas e Igrejas	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	75

1. INTRODUÇÃO

A proposta de roteirização para a visitação turística de monumentos e obras religiosas de Petrópolis, denominada “Circuito das Capelas e Igrejas”, atrai a atenção da investigação para a esfera do uso, valorização e preservação do Patrimônio Cultural e se refere à maneira como os agentes de gestão pública local planejam suas ações para o uso do aparato cultural em consonância com as políticas de turismo que representa movimentação econômica para a localidade.

Essa discussão proporciona também a reflexão sobre a gestão da cultura, refletida no patrimônio, como forma de estabelecer essa relação. Partindo da abordagem, trazida por Yúdice (2004), de que o papel da cultura na atualidade sofreu uma expansão dentro do cenário político e econômico, frequentemente dirigida como um recurso, a aproximação da atividade turística parece pertinente.

Pode-se dizer que a cultura simplesmente se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico, mas, mesmo se fosse esse o caso, a proliferação de tais argumentos nos fóruns onde se discutem projetos referentes à cultura, e ao desenvolvimento locais, bem como na UNESCO, no Banco Mundial e na assim chamada sociedade civil globalizada que reúne fundações internacionais e ONGs, todos esses fatores têm operado uma transformação naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome (YÚDICE, 2004, p. 26).

Dessa forma, a discussão da relação dialética entre o turismo e o uso do Patrimônio Cultural religioso, pode ampliar a percepção, não somente na dinâmica de transformação do papel cultural, como também das contradições que resultam dessa interação.

Por essa razão o estudo se direciona para uma análise do par dialético “Valorização e Promoção”, que se encontra presente na política de uso do Patrimônio Cultural exposta no Circuito das Capelas e Igrejas do município. A busca da valorização das capelas e igrejas da cidade em contraste ao trabalho de atração de turistas voltados para um nicho específico de consumo. ou seja, a estratégia de valorizar o patrimônio do município, conferindo destaque ao aspecto religioso, que motiva a ideia de se criar um circuito turístico, pode apresentar distorções no que tange a utilizar desses elementos como um recurso que atenda os interesses mercadológicos da atividade turística do município.

Com base nos dados apresentados pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2014), Petrópolis se caracteriza como uma cidade turística, consolidada entre os sessenta e cinco destinos indutores do Brasil, ou seja, está entre os destinos que dispõem de infraestrutura básica e equipamentos turísticos, além de atrativos qualificados, operando como núcleo de recepção e distribuição de fluxos turísticos.

Tal característica se configura como um dos diferenciais competitivos do município, motivando a administração pública a criar formas de gerenciar os recursos e atrativos turísticos, a fim de ampliar o número de visitantes, atender a demanda por diversos segmentos de turismo e desenvolver um trabalho que satisfaça aqueles que buscam as qualidades da região.

Esse interesse pode ser melhor compreendido ao observar as intenções do Programa de Regionalização do Turismo que, após sua reestruturação em 2013, procurou “promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto de políticas públicas setoriais, nas regiões, com foco na estruturação dos destinos turísticos” (RELATÓRIO BRASIL, 2014, p. 23).

A referida estruturação se direciona com o quesito competitividade nos destinos brasileiros e depende da integração das diferentes atividades relacionadas ao setor.

Além de apoiar a gestão, a estruturação e a promoção do turismo no País, essa estratégia de estruturação de destinos com base na regionalização atende a um dos objetivos do Plano Nacional de Turismo 2013-2016: melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro (RELATÓRIO BRASIL, 2014, p. 23).

Sendo assim, como forma de gerar mais competitividade, os recursos culturais presentes em Petrópolis são apropriados pelo turismo e se tornam instrumento para a criação de atrativos turísticos de diversos tipos, como forma de atrair visitantes e manter a atividade turística em pleno desenvolvimento, o que leva a um tratamento que priorize as imagens que favoreçam seu consumo.

[...] As imagens projetadas de cidades-patrimônio, normalmente, catalisam a funcionalização para o uso e o abuso turísticos, promovendo a cidade-mercadoria, onde ‘a memória que se quer preservar’ encontra-se situada, localizada e ao alcance daqueles que podem comprá-la. O patrimônio legitimado e distinto atende, diretamente e sem dúvida, à cultura dominante, àqueles que detêm o maior poder de mobilidade sobre o território, àqueles que aceitam serem ludibriados por imagens congeladas e generalizadas da cultura patrimonial urbana. A imagem propalada do patrimônio legitimado obscurece, nas cidades-patrimônio, o resgate ou a valorização dos lugares efetivos e afetivos da memória no espaço vivido enquanto totalidade (COSTA, 2013, p. 4).

As características dispostas nos objetivos do circuito de Capelas e Igrejas possuem como ideia sintetizar o conteúdo presente nos monumentos históricos da cidade de forma a satisfazer uma potencial demanda turística (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Também, o quesito promoção engloba os meios de cativar e se comunicar com clientes sobre os produtos e serviços oferecidos de acordo com as necessidades identificadas e trabalhadas pelo profissional de marketing. Segundo Rose (2002) o turismo geralmente direciona os instrumentos de comunicação para trabalhar a identidade da destinação e a comunicação com o mercado.

Nesse sentido, a busca de atendimento das demandas de um turismo de massa se torna um elemento atrativo para a gestão da atividade, conduzindo a uma visão do patrimônio que junta a capacidade de canalizar os elementos característicos da cultura da região como forma de atrair interessados, além de valorizar tais qualidades perante a população local.

Tal circuito apresenta como foco principal, segundo as informações presentes no próprio sítio eletrônico da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis (2016), a intenção de contar parte da história do município por meio de dez conjuntos arquitetônicos e seus devidos ornamentos, datados dos séculos XVIII e XIX.

Estes conjuntos arquitetônicos se encontram organizados em um roteiro religioso destinado a todas aquelas pessoas interessadas em experimentar aspectos característicos da cultura local vinculados a religião. Essa estratégia segue a ideia de que é possível atrair milhares de pessoas todos os anos, devido a destacada vocação do país para essa atividade, como nos casos de outras cidades como Ouro Preto e Mariana (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Outro elemento que denota a motivação da iniciativa pública para elaborar este roteiro, se dá na crença que a cidade imperial também faz parte do grupo de localidades brasileiras

capazes de cativar o público do turismo cultural/religioso, por já apresentar dois monumentos históricos já consolidados como atrativos turísticos, de interesse desse público, a Catedral São Pedro de Alcântara e o Trono de Fátima.

A abordagem do uso do Patrimônio Cultural seguido pelo viés turístico, leva-nos a algumas reflexões, pois de acordo com Choay (2006), o termo monumento advém do latim *monumentum*, ou seja, aquilo que traz à lembrança alguma coisa e, segundo a autora, a natureza afetiva não tem a função simplista de apresentar ou dar alguma informação qualquer, mas tem como intuito principal emocionar alguém por meio de uma memória viva, assim como contribuir para a seguridade da identidade de uma dada comunidade que é ameaçada pelo tempo.

Ainda Choay (2006) apresenta a evolução do significado de monumento para a era moderna, cujo valor passa a atender as necessidades momentâneas, sem a consideração de seu contexto original, o que transforma seu status de signo para a perspectiva de sinal.

Nesse sentido, duas razões são apresentadas pela autora (CHOAY, 2006) como responsáveis pela evolução verificada na moderna no que tange ao significado do termo monumento. A primeira se refere a perspectiva de arte, a partir do renascimento nas sociedades ocidentais, com o objetivo final de alcançar a beleza. A segunda razão é associada à capacidade humana de propagar memórias artificiais por meio da imprensa, fotos e outros artifícios.

Essa artificialidade em propagar monumentos, que sinaliza uma característica marcante da sociedade, só pode ser superada, ainda segundo a referida autora (CHOAY, 2006), quando o aspecto utilitarista é deixado de lado, pela presença marcante de seu valor simbólico.

No caso do turismo religioso de Petrópolis, torna-se intrigante pensar como o planejamento do circuito, intrinsecamente dividido pela necessidade de promover o turismo religioso da cidade com a intenção de valorizar uma característica marcante de sua cultura, influencia na implementação das políticas culturais, especialmente de uso do Patrimônio Cultural.

Contudo, o Circuito expõe as tradições históricas de maneira simples e genérica, o que motiva a reflexão sobre as implicações para o patrimônio e para os atores sociais a eles envolvidos, bem como nos leva a questionar se tal ação é estruturada para valorizar ou apenas comercializar as tradições.

Como descrito por Herrera (1992), quando se pensa em desenvolvimento, é necessário levar em consideração tanto os valores econômicos quanto os culturais, para que se possa cumprir os reais objetivos projetados. Essa questão evidencia que não apenas trabalhar a cultura enquanto recurso para o turismo é algo importante, mas também agir de maneira organizada para assegurar a liberdade do ser humano frente as relações sociais, as quais se encontra em constante exposição.

Esse pensamento caracteriza a importância das políticas culturais dentro da sociedade, sendo que as projeções mais destacadas da cooperação internacional estão relacionadas a defesa e preservação do Patrimônio Cultural da humanidade.

Ao considerar tais contradições, analisar as influências do turismo nessa relação entre políticas culturais e patrimônio motiva o questionamento principal dessa pesquisa: Qual a influência da atividade turística na gestão da política de uso do patrimônio religioso de Petrópolis?

Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa procura analisar a relação entre Política Cultural, Uso do patrimônio e Turismo no município de Petrópolis.

Seus objetivos específicos almejam:

- Contextualizar as políticas culturais como fator relevante no processo de preservação e conservação do patrimônio brasileiro;
- Caracterizar as relações entre o patrimônio religioso, sua gestão e a atividade turística na cidade de Petrópolis, presente nas ações propostas para o circuito de capelas e igrejas;
- Identificar e discutir as contradições na relação entre valorização e promoção presentes na interação do patrimônio religioso e do turismo no município.

1.1 Métodos e Técnicas de Pesquisa

A metodologia para elaboração deste trabalho, sob o ponto de vista da Natureza da pesquisa, seguindo as formas clássicas de classificação apresentadas por Prodanov (2013, 51), “se enquadra como uma pesquisa aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Com relação à abordagem do problema, também de acordo com Prodanov (2013), consiste em um processo de coleta de dados, que se dará por uma pesquisa qualitativa por objetivar a interpretação de um fenômeno, apontando seus processos e significados sem a utilização de métodos e técnicas quantitativas. De acordo com Neves (1996), esse tipo de pesquisa possui um foco de interesse mais amplo, com a obtenção de dados descritivos pelo contato direto e interativo do pesquisador com seu objeto de estudo, compreendendo um conjunto de diferentes técnicas interpretativas e descritivas.

Ainda de acordo com Neves (1996), por não pretender demonstrar, enumerar e medir resultados por meio de levantamentos estatísticos, o pesquisador foca seus ideais na busca pelo entendimento dos fenômenos, primeiramente, com a perspectiva dos participantes da situação estudada, para aí sim situar suas interpretações.

Com referência aos seus objetivos, a pesquisa é considerada como exploratória, tendo em vista as observações de Prodanov (2013), por objetivar mais informações sobre o assunto investigado, o que possibilitará a descoberta das contradições existentes entre as práticas de Valorização e Promoção existentes nas políticas de uso do Patrimônio Cultural em relação a atividade turística. Esse objetivo auxilia a aplicação do método dialético.

O método dialético possui relevância para este trabalho por se apresentar como uma maneira de observar as dinâmicas, transformações e contradições existentes dentro dos processos sociais. Tida na Grécia antiga como a arte do diálogo que trazia argumentos capazes de definir e distinguir os conceitos envolvidos, a dialética se caracteriza mais recentemente como uma metodologia que pensa as contradições e transformações presentes na realidade (KONDER, 2008).

Ainda de acordo com Konder (2008), a dialética passou por vários séculos de enfraquecimento e repressão, tendo, com o movimento iluminista, que impulsionou a Revolução Francesa, seu momento de ressurgimento dentro da filosofia como forma de compreender a dinâmica das transformações sociais.

Portanto, a superação dialética ocorre por meio das contradições (PRODANOV, 2013), em que a luta dos elementos contraditórios representa o processo de desenvolvimento. No caso do trabalho em questão, a análise do par dialético “Valorização e Promoção”, presentes no roteiro de Capelas e Igrejas do município, expõe as contradições existentes nas ações que têm por objetivo valorizar elementos da cultura local por meio do envolvimento com o turismo.

Assim, na primeira etapa desta investigação, optou-se por uma abordagem geral sobre políticas culturais e seu histórico, principalmente no Brasil, por acreditar que uma visão mais

ampla sobre o assunto permitiria aprofundar os conceitos sobre a temática, da mesma forma que perceber alguns dos elementos que influenciam na construção das ações observadas dentro dessa área de estudo.

Mais uma vez o método dialético se faz importante nesse momento, como forma de favorecer a análise dos elementos que se relacionam e são responsáveis pelas transformações dentro das políticas culturais e que influenciam diretamente na realidade da sociedade.

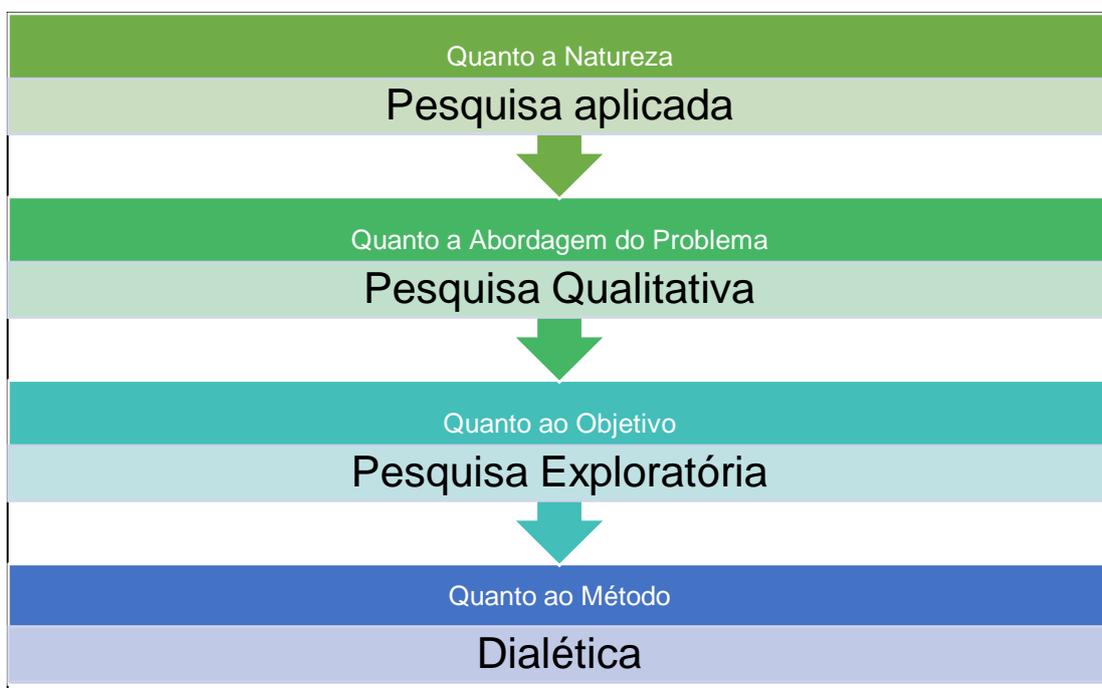
Também se faz relevante por fornecer “as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (PRODANOV, 2013, p. 127).

Posteriormente, trabalhou-se de forma mais específica como se apresentam as relações entre o patrimônio religioso envolvido na ideia do roteiro de Capelas e Igrejas com a atividade do turismo. Esse momento se dá pela estruturação das ações que foram responsáveis pela escolha das localidades, a definição dos elementos a serem abordados, demais requisitos que envolvem as estruturas e processos institucionais diretamente ligados com a gestão do patrimônio.

Elementos que são utilizados dentro da pesquisa de dados vão compreender informações do Sistema Municipal de Cultura (SMC), como o Plano Municipal de Cultura, sua, Fundação de Cultura e Turismo, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), informações com relação a organização do patrimônio através do contato com a Secretaria Municipal de Planejamento.

Para melhor visualização deste escopo de pesquisa foi utilizado uma lista ilustrativa, a seguir, para expor suas principais estruturas de maneira segmentada da metodologia previamente analisada:

QUADRO 1 - LISTA DO ESCOPO METODOLÓGICO DO PROJETO



Fonte: Próprios Autores, 2016.

De forma mais objetiva, acredita-se que o contexto da cidade de Petrópolis se caracteriza como um fenômeno empírico pertinente para o objetivo da pesquisa, visto a

atividade turística ser um elemento importante e de grande influência no desenrolar de seus processos culturais.

Com referência aos procedimentos técnicos, o delineamento da pesquisa para Prodanov (2013), seria o planejamento mais amplo, por envolver processos como diagramação, previsões de análise e interpretações de dados coletados, assim como as formas de controle das diversas variáveis envolvidas.

Para o autor, o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados, em que podem ser identificados dois grandes grupos de delineamentos, diferenciados por suas formas de obter os dados (PRODANOV, 2013).

O primeiro grupo seria referente a aqueles delineamentos de pesquisa que se valem de fontes de papel como o caso da pesquisa Bibliográfica e Documental. O segundo grupo enquadraria aqueles que costumam obter dados por meio do contato com pessoas, como acontece nas pesquisas experimentais, estudo de caso, pesquisa participante, dentre outros exemplos (PRODANOV, 2013).

Com relação aos procedimentos técnicos, essa pesquisa, primeiramente, se caracteriza como Bibliográfica. Essa característica possibilita uma fundamentação teórica para as análises com relação às políticas culturais no país e de uso do Patrimônio, da mesma maneira que permite uma aproximação da atividade turística com a indústria cultural.

Para Gil (2008), essa modalidade é desenvolvida a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos e oferece uma vantagem para o investigador de cobrir uma maior quantidade de informações, principalmente aquelas dispersas pelo espaço, por estar concentrada em materiais de confiança.

Já para Prodanov (2013), o objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito sobre o assunto da pesquisa como livros, revistas, monografias, dissertações, dentre outros, em que a preocupação com a veracidade das informações obtidas e para trabalhar as perspectivas de maneira coerente são imperativos em todo o processo.

Para o encaminhamento dessa pesquisa, buscou-se uma fase de leituras e fichamentos de autores que auxiliaram na aquisição de definições sobre os aspectos abordados, como forma de ampliar o conhecimento sobre a temática de estudo.

Esse acervo bibliográfico projetou, inclusive, autores que permitiram um maior entendimento do contexto histórico no qual se insere o município de Petrópolis, assim como da construção de tal patrimônio religioso selecionado para a atividade do circuito.

O trabalho de campo foi feito simulando as etapas que um indivíduo interessado em desfrutar do circuito deveria planejar para frequentar cada ambiente. O planejamento segue as sugestões dispostas pelo site da Fundação de Cultura e Turismo do município, o que caracteriza uma visita rápida de dois dias para ser efetuado, seguindo as respectivas exigências de cada estabelecimento.

Para analisar de forma crítica as contradições apresentadas no Circuito, configuradas em um trabalho que busca a valorização das tradições locais, por meio de uma atividade exclusiva de promoção de representações dessas tradições, além da bibliografia, julgou-se necessário entrevista com os principais agentes envolvidos nesse processo.

Do aparato público, priorizou-se o contato com a parte responsável pela gestão do Circuito em questão, referente ao Conselho de Turismo, na figura de sua representante titular a Senhora Evany Noell.

A entrevista realizada com a representante titular do conselho de turismo do município, apresenta informações relevantes para a construção das ideias sobre como se realiza a gestão do Circuito das Capelas e Igrejas, bem como sobre a visão do trabalho que guia essa interação do turismo com o Patrimônio Cultural.

Fica evidente a busca por um trabalho em conjunto com os principais agentes de interesse, instituições religiosas, além da interação com a população local, por meio de projetos e iniciativas de sensibilização sobre a importância, histórico e dinâmica presentes na cultura da cidade.

Outro fator relevante é a ausência de um vínculo mais forte com a igreja católica que procura criar ações dentro de alguns patrimônios de maior destaque de maneira isolada. Os representantes das demais religiões, como, por exemplo o líder da religião luterana, possuem interesse em ampliar o conjunto patrimonial divulgado pelo circuito, extrapolando seu teor puramente católico ou criando outro modelo que seja mais abrangente.

Esse conflito de interesses presente no processo de construção da política cultural se vê bastante ativo na perspectiva do Circuito, mas não resulta em uma atividade unificada das partes interessadas.

Tais informações possuem a intenção de ampliar o conhecimento relacionado as estratégias de preservação do patrimônio envolvido no Circuito, da mesma forma que sua gestão, aproximação com as comunidades e os benefícios prospectados.

Mais especificamente sobre o instrumento de coleta de dados, a entrevista segundo Lakatos e Marconi (2005), constitui-se de um encontro entre duas pessoas com o objetivo de obter informações sobre um determinado assunto, por meio de um diálogo em caráter profissional. Trata-se, portanto, de um trabalho investigativo em que se torna necessária uma estrutura bem elaborada.

De acordo com os apontamentos de Zanella (2009), a amplitude das informações coletadas pode ser muito maior, de acordo com a capacidade de observação do aplicador, pois, além da fala, os gestos e reações também representam um conjunto de dados relevantes. Tais características tornam a entrevista a técnica mais adequada para assuntos que apresentam maior complexidade, como opiniões que envolvem sentimentos, comportamentos, da mesma forma que possibilita maior liberdade na conversa entre o entrevistador e o entrevistado (ZANELLA, 2009).

Torna-se relevante apontar as diferentes formas de estruturas que uma entrevista pode assumir como forma de justificar a opção destacada para essa pesquisa. A primeira das três estruturas é a entrevista estruturada, em que o pesquisador necessita se ater fielmente ao roteiro estabelecido, sem a liberdade de inserir novas questões durante a conversa, o que a torna mais relevante em pesquisas quantitativas.

O segundo formato, que se caracteriza como entrevista não estruturada, oferece liberdade para conversa, contudo, não envolve a utilização de um roteiro. Como a pretensão é realizar uma entrevista com um roteiro previamente estabelecido e que norteie as perguntas, podendo acrescentar questões que sejam relevantes durante a aplicação da pesquisa, a opção é pela terceira estrutura a que se caracteriza como semiestruturada.

Nessa terceira estrutura, de acordo com Zanella (2009), quem realiza a entrevista se baseia em um roteiro guia, contudo, não possui a obrigatoriedade de se prender a ordem das perguntas ou mesmo ao conteúdo estabelecido, tendo a liberdade de criar novos questionamentos, a fim de alcançar os objetivos da investigação.

Assim, a pauta de entrevista foi planejada de maneira semiestruturada para analisar como se deu o processo de criação do Circuito de Capelas e Igrejas, além dos fatores presentes na dinâmica de sua operacionalização e relacionamento com o patrimônio envolvido no processo.

Procurou-se, também, realizar uma entrevista com o representante da Mitra Diocesana da Cidade de Petrópolis, órgão administrativo composto pelo Bispo responsável pelas Capelas e Igrejas presentes no Circuito. Contudo, muita dificuldade foi encontrada em efetivar a participação desse órgão, devido ao pouco conhecimento alegado sobre o assunto, além de grandes dificuldades de agendamento.

Chegou-se a prospectar uma interação com um padre sugerido pela Mitra, como forma de se conseguir maiores fontes referentes sobre o uso do patrimônio religioso destacado no Circuito das Capelas e Igrejas, contudo, tal interação não foi efetivada, com alegações de pouco conhecimento sobre a temática do turismo religioso.

Assim, somente se obteve da Mitra uma posição informal com relação ao que se vem construindo de projetos relacionados ao uso do patrimônio religioso da cidade, como o caso da visita planejada para a Catedral de São Pedro. Também foi exposta a intenção em se construir uma pastoral dedicada ao assunto, como forma de melhor preparar as atividades futuras que podem ser desenvolvidas pela igreja.

Portanto, nada de oficial e concreto se identificou por parte da Mitra e, conseqüentemente, da representação da igreja católica na cidade. O assunto ainda é pouco explorado na região e levanta desconforto por parte da igreja, tendo em vista os resultados percebidos no Circuito e pouca interação com a fundação com referência ao circuito religioso.

Por questões de praticidade, buscou-se uma atividade interpretativa da entrevista fornecida no que tange ao trabalho que caracteriza as ações do Circuito de Capelas e Igrejas por parte da Fundação de Cultura e Turismo. Esse recorte pensa as ações que caracterizam a atividade do circuito, nesse contraste de gestão para a valorização cultural ao mesmo tempo da promoção para atender as demandas do mercado turístico.

A pesquisa também possui caráter documental por se valer de materiais que não receberam um tratamento analítico ou passíveis de reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008; PRODANOV, 2013).

Para o projeto são postos em foco à gestão e dados do Sistema Municipal de Cultura (SMC) como o, Plano Municipal de Cultura (PMC), o Conselho Municipal de Cultura (CMC), dentre outros. Pelo envolvimento da temática do turismo, também há interesse pelas ações do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e reportagens de jornais, fotos de eventos e revistas locais, enfim, documentos que sejam de interesse para o projeto.

Optou-se por realizar o Circuito de Capelas e Igrejas como forma de avaliar a proposta e suas principais características. Foram o total de cinco visitas seguindo as sugestões presentes no site da Fundação de Cultura e Turismo, o que revelou algumas questões contraditórias com relação as visitas.

A maioria das capelas do circuito se localiza no centro histórico do município, contudo, o processo de visita não é simples, pelo fato de muitas só permitirem a entrada nos horários de missa ou por meio de um contato prévio para o agendamento. Em dois dias é possível dar sequência as sugestões do Circuito, contudo, realizando uma visita superficial e pouco interativa.

Os elementos destacados no Circuito são indicativos de uma visita superficial, para aqueles que tem o interesse por objetos sacros mais antigos. O contato com as comunidades que estão intimamente ligadas as capelas fica em segundo plano no processo, dependendo da disponibilidade do visitante em se planejar para uma experiência de maior profundidade.

As informações pertencentes ao site da Fundação de Cultura e Turismo são base para a definição das principais bases que estruturam a proposta do roteiro. Também são utilizadas informações obtidas em livros históricos da região, materiais presentes em revistas, além de panfletos e materiais de divulgação.

1.2 Organização da Dissertação

O texto desta dissertação está organizado em três tópicos, além desta introdução. No primeiro, intitulado “Caracterização das políticas culturais brasileiras” a intenção é apresentar

uma perspectiva histórica da trajetória das políticas culturais no país, abordando suas implicações nas dinâmicas econômicas e sociais.

Esse momento estará mais voltado para a discussão teórica, como forma de melhor perceber os elementos que influenciam as ações na área da cultura, além de dar indícios de como se trabalha o Patrimônio Cultural no país, assim como seus reflexos no uso e conservação.

A análise das diretrizes representa a possibilidade de aprofundar o conhecimento nas relações que as políticas culturais possuem com os fenômenos econômicos e sociais, da mesma forma que permite a associação com o contexto brasileiro e suas condições de produção de políticas públicas. Essa aproximação do contexto brasileiro tem como início dos estudos a década de trinta do século XX, período em que se observa o “processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país” (FALCÃO, 1984).

De maneira mais sintética, as políticas de preservação e conservação do patrimônio são uma oportunidade de observar os muitos direcionamentos que o poder político começa a transferir para a realidade social brasileira. Nesse caminho, fechamos o tópico, com o olhar em relação as políticas culturais como forma de ampliar o conhecimento sobre seu caráter social e os benefícios de sua democratização, quando pensadas algumas características do roteiro turístico.

No segundo tópico, “Direcionamentos do Patrimônio Cultural: Petrópolis a cidade Imperial”, pretendemos buscar a aproximação da temática para o caso do município de Petrópolis, que possui uma forte atividade econômica atrelada ao seu conjunto patrimonial, como forma de melhor visualizar o cenário apresentado no tópico anterior.

Considerada uma das destinações turísticas mais importantes do estado do Rio de Janeiro, está alinhado a ideia de observar como as políticas públicas culturais estão influenciando e sendo influenciadas pela atividade do turismo.

Mais uma vez, abordar o patrimônio se faz interessante para o estudo, por este representar um dos elementos marcantes para quem busca a visita na cidade. A interação com os padrões arquitetônicos do século XIX, presentes em diversos monumentos históricos, é responsável por despertar o imaginário de visitantes de diversas regiões do país. Descobrir o quanto esse fator influencia na implementação das políticas culturais e de uso do patrimônio motiva a caracterização das políticas públicas de cultura da cidade neste momento do trabalho, porque essa pressão econômica pode ser um fator crítico no direcionamento das ações governamentais.

Após a caracterização das políticas públicas de cultura, o que se intenta nesse segundo tópico é a abordagem das políticas culturais específicas para o Patrimônio religioso do município. Tal recorte procura uma análise desses elementos contemporâneos no direcionamento de bens culturais que possuem características e relações extra-sensoriais legitimados pela própria sociedade em seu cotidiano (MENESES, 2009).

Portanto, trabalhar o patrimônio religioso do município disposto na estrutura do Circuito, pode representar uma oportunidade de entender se elementos como a arquitetura, objetos de arte sacra e acontecimentos pontuais diretamente ligados com a história da região estão sendo trabalhados em conjunto aos aspectos imateriais presentes nos locais visitados ou se ficam priorizados como forma de atender as perspectivas contemporâneas da indústria cultural à qual o turismo se relaciona.

No terceiro tópico, intitulado “Ações de Valorização da cultura à Promoção do bem cultural”, intenta-se demonstrar a dualidade presente na relação entre a atividade turística com as políticas culturais que é percebida no trabalho como o par dialético “Valorização e Promoção”.

Essa relação expõe as contradições existentes nas ações que tem por objetivo valorizar elementos da cultura local por meio do envolvimento com a atividade do turismo, que atua como um fator de influência para as ações públicas, preocupadas com o atendimento das intenções econômicas identificadas dentro dos bens culturais.

Portanto, esse momento do trabalho se dedica a investigar como se dão as relações da atividade turística, responsável por uma demanda que idealiza o roteiro, com a implementação das políticas culturais desempenhadas pela Fundação de Cultura e Turismo em parceria com a própria prefeitura do município. A análise crítica pretende trazer para o trabalho um questionamento em relação aos elementos que se observam no estudo de caso.

2. POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO

2.1 Diretrizes das Políticas culturais de preservação e conservação no cenário brasileiro

O campo das políticas culturais é definido por Lima, Ortellado e Souza (2013) como uma área articulada, que busca o entendimento da atuação do Estado no que se refere à cultura. As políticas culturais se afirmam como objeto de investigação nos anos 90, do século XX, contudo, esta área não apresenta uma organização e sistematização dos principais elementos que definam e indiquem suas modalidades.

Ainda de acordo com as proposições de Lima, Ortellado e Souza (2013), o marco para o debate sobre as políticas culturais foram as conferências da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na década de 70, do século XX, responsáveis por consolidar a primeira distinção entre políticas desse tipo.

Tal distinção se observa em dois tipos: o primeiro faz referência à tentativa de melhorar as condições de acesso ao conjunto de atividades e bens culturais das elites, a fim de torna-los bens democráticos, denominadas políticas de democratização da cultura. O segundo tipo está direcionado para as tentativas de valorização das práticas populares, conhecidas como políticas de democracia cultural.

Dentro dessa abordagem já pode ser percebido o conflito paradigmático entre as ações do Estado na área da cultura, principalmente no que se refere ao tipo de intervenção que se realiza: em favor das elites e seus padrões de consumo ou na busca pelo rompimento com o pensamento elitista dominante.

Calabre (2009), em sua introdução sobre as políticas culturais no Brasil, expõe a milenar relação entre Estado e a cultura, porém, a visão de políticas públicas pertence a contemporaneidade. De forma sintética, a autora define que as políticas culturais são o resultado de atividades políticas de caráter normativo e ordenador, demandando a alocação de recursos de natureza diversa e com o envolvimento de diferentes agentes.

Para Alexandre Barbalho (2011), política cultural faz referência ao universo das políticas públicas voltadas para cultura que são implementadas pelo governo, ou seja, a atuação do Estado e dos governos e de suas políticas públicas propriamente ditas.

Ainda de acordo com o autor (BARBALHO, 2011), essa definição se dá na língua portuguesa, como forma de diferenciação e separação das palavras na língua inglesa: *policy* e *politics*. Para a definição de *politics*, ele propõe o uso do termo políticas de cultura, referente as disputas de poder entre os diversos estratos e classes que compõem a sociedade e seus valores culturais.

Em um país pluricultural como o Brasil, as ações políticas devem considerar os demais segmentos da sociedade e suas características marcantes, separando-se de uma visão de cultura superior. Pode-se observar tal preocupação nos argumentos propostos por Herrera (1992).

Primeiro, gostaria de esclarecer que não considero cultura uma ideia abstrata nem tampouco uma atividade reservada às elites, e sim um conceito dinâmico, essencial à atividade humana. A propósito, recordemos as palavras pronunciadas por Duhamel ao assumir o Ministério de Cultural da França: 'A cultura torna possível transformar uma jornada de trabalho em uma jornada de vida' Este é precisamente o desafio que se apresenta aos mentores das políticas culturais: redimir o homem da alienação que lhe foi imposta por uma sociedade cada vez mais industrializada, tecnicizada e

urbanizada. Hoje em dia o conceito polivalente de qualidade de vida transforma os valores culturais em um insumo essencial da própria vida (HERRERA, 1992, p.1).

Contudo, como pode ser observado nas análises de George Yúdice (2004), a cultura é abordada como um recurso capaz de melhorar aspectos sociopolíticos e econômicos, alcançando destaque na era moderna, transformando aquilo que entendemos por cultura e as ações tomadas em seu nome.

Portanto, a relação da cultura com política e economia não é algo novo, pode ser analisada, no primeiro caso, como forma de controle social do comportamento humano e, no segundo caso, como instrumentalização da arte (YÚDICE, 2004).

Dessa maneira, Yúdice (2004) trata da cultura, na contemporaneidade, como elemento capaz de transformar diversas possibilidades de ações políticas, destacando sua legitimação por perspectivas utilitaristas que seriam responsáveis pela globalização e do enfraquecimento da crença da liberdade artística no pós-guerra fria.

No Brasil, mais especificamente na cidade de Petrópolis, tal característica aparenta se firmar na elaboração de Políticas Culturais, influenciada pela atividade turística que estrutura a relação de valorizar a cultura local com mercantilizar seus elementos em seu Circuito de Capelas e Igrejas.

Assim sendo, identificar o cenário das políticas culturais no país, dentro de uma perspectiva histórica, auxilia na descrição do contexto que envolve as políticas de preservação e conservação do patrimônio e oferece indícios de suas implicações com o desenvolvimento do turismo.

A análise da história das políticas culturais no Brasil possui raízes marcantes na revolução da década de 1930, com a transição de um modelo de Estado agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, que culminou em processo de urbanização crescente e de diversos direitos trabalhistas (CALABRE, 2009).

Eli Diniz (2011) avalia o primeiro modelo desenvolvimentista situado na era Vargas (1930/45) que, com foco na industrialização em detrimento das importações, foi responsável pela implementação de um pensamento autoritário, doutrina corporativa, pensamento industrialista e a cultura do Estado Forte.

É nesse momento histórico que Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação, responsável, com a administração de Gustavo Capanema, pela “construção de uma racionalidade administrativa que buscava romper com a tradição de uma república oligárquica” (CALABRE, 2009, p. 17).

Posteriormente, ainda segundo Calabre (2009), por meio do decreto nº 19.850 de 1931 é criado o Conselho Nacional de Educação que tinha como objetivo elevar o nível da cultura brasileira, o que denota a primeira preocupação legal com os rumos da cultura. Essa legislação segue, portanto, a linha de democratização da cultura, apontada por Lima, Ortellado e Souza (2013), em que a falta de acesso e conhecimento da produção artística e cultural deveria ser resolvida pelo governo.

Para Helena Bomeny (1991), no que se trata de política cultural e educacional no Brasil, muitos são os diagnósticos do período anterior e posterior a 1930, que revelam o aspecto inorgânico das ações, devido a deficiência organizacional, além da fragilidade da nossa tradição intelectual, resistente a ciência do conhecimento, educação e administração.

De acordo com Lia Calabre (2009), a primeira experiência de gestão pública implementada no Brasil dentro do campo da cultura se deu na esfera municipal pela criação do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo em 1935, na tentativa de trazer a cultura dos grupos dominantes para aqueles menos favorecidos.

O Departamento de Cultura, dirigido por Mario de Andrade, representou a divisão ordenada de departamentos na busca de “potencializar os resultados obtidos por meio da criação de políticas públicas para a área da cultura” (CALABRE, 2009, p.20).

A garantia da preservação da riqueza nacional, dos bens, e símbolos da cultura brasileira viria com o estabelecimento de uma regulamentação capaz de proteger a nação dos desvarios, de política predatória, de decisões empíricas associadas a interesses eventuais (BOMENY, 1991, p.4).

Seria então, de acordo com Helena Bomeny (1991), diagnosticado pelo manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, o sentimento de fragilidade da tradição um exemplo do pensamento que guiava as ações públicas com relação a cultura.

Sendo assim, a perspectiva de um Estado responsável pela intervenção direta na formulação da política de patrimônio resulta no convite de Mário de Andrade para elaborar o anteprojeto da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em que a ciência substituiria o amadorismo (BOMENY, 1991; CALABRE, 2009).

No documento elaborado pelo modernista, caberia ao Serviço de Patrimônio determinar e organizar o tombamento, sugerir a conservação e defesa, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e o conhecimento do patrimônio artístico nacional (CALABRE, 2009, p. 21).

Os direcionamentos que o poder político começa a transferir para a realidade social brasileira são sensíveis nesse serviço patrimonial, em que se delimitavam as obras de arte em oito categorias, assim como a prática de tombamento: arqueologia, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicadas nacionais e aplicadas estrangeiras (CALABRE, 2009). Para Helena Bomeny (1991), o discurso do governo era alinhado aos ideais dos intelectuais, que buscavam uma política nacional de reconstrução do patrimônio como prática social integradora.

Portanto, a perspectiva de pensar as políticas culturais como ações do Estado em favor da população como um todo, denota uma abordagem desenvolvimentista mais ampla do que aquelas centradas no aspecto econômico.

Suas atenções se direcionam ao fomento do desenvolvimento social e, de acordo com Herrera (1992), o conceito de qualidade de vida adere às estratégias direcionadas ao desenvolvimento em âmbito internacional, sendo a cultura um elemento fundamental para os países nos processos de formação de identidade.

Essa situação possui tanta gravidade que se pode observar no discurso de Furtado (1986) que a ideia de difusão de valores para permearem o cotidiano das pessoas compunha uma vertente forte de seu governo.

Já na perspectiva dessa preocupação, Furtado (1986), ao apresentar os objetivos gerais da política cultural brasileira, os quais envolvem “preservação do patrimônio e da memória culturais, estímulo à reconhecida criatividade de nosso povo, defesa da identidade cultural do país e democratização do acesso aos valores culturais” (FURTADO, 1986, p. 7), deixa bem clara uma postura em que tanto o patrimônio como a memória não devem funcionar apenas como símbolos da herança cultural brasileira, mas algo reconhecido e operacionalizado em conjunto com a população.

De acordo com Falcão (1984), ao analisar a temática de preservação do Patrimônio Cultural e o favorecimento da democracia, afirma que é fundamental a participação popular dentro dos processos de tomada de decisões e de programas de implantação de projetos oficiais.

Tal prática deveria representar o cotidiano entre as relações da burocracia estatal e as populações, trilhando um caminho capaz de assegurar o sucesso da política incrementada. Ele apresenta três razões que justificam sua posição.

A primeira se refere ao favorecimento do debate público quanto aos assuntos divergentes, conduta que possibilita um amadurecimento com relação à situação proposta e o conjunto de disparidades a serem consideradas no processo decisório. Tal cenário de debate democrático simboliza um ambiente culturalmente propício para o fortalecimento da questão do patrimônio como algo nacional.

Sua segunda defesa implica na notável valorização das instituições públicas e privadas envolvidas no tema, tendo em vista o crescimento da importância da preservação em um nível nacional. Essa visão prospecta a aquisição de mais incentivos, além do peso político atribuído ao tema, em que tornaria o assunto em algo próprio da grande massa, conseqüentemente, superando o risco de uma visão elitista, tendenciosa e homogeneizadora da cultura no tratamento do tema.

Por fim, sua última argumentação estaria centrada no senso de responsabilidade que a população adquire em relação ao tema. Esse fator viabiliza a eficácia da política de preservação, além de expor a incapacidade de ações isoladas de instituições privadas ou públicas na busca pelo atendimento das metas traçadas.

Já para Falcão (1984), a medida que se avança a democratização cultural no país, que a questão da preservação se transforme em algo nacional. Isto abre possibilidades para, ao nível do processo decisório e administrativo, a melhor seguridade dos direitos da cidadania coletiva, da mesma forma que dos direitos e das garantias individuais.

Sendo assim, como pode ser observado nos argumentos propostos por Chauí (1992), o que se faz necessário é uma política cultural que pense a cultura como um direito do cidadão. Este direito necessita ser garantido para aqueles indivíduos segregados por uma sociedade que tende a excluir as classes trabalhadoras, portanto, se faz necessário um trabalho que busque alcançar a cidadania cultural.

Ainda de acordo com a autora (CHAUÍ, 1992) em relação ao papel do Estado no que toca a temática da preservação, podemos observar que a proposta de postura a ser adotada é de proporcionar um serviço para os cidadãos se estabelecerem como pertencentes à cultura que constroem no cotidiano. As classes menos favorecidas lidam com um paradoxo em que, apesar da cultura ser algo inerente do ser humano, não pode ser exercido por todos, tendo em vista as disparidades infligidas pelo sistema capitalista.

O Estado não pode colocar-se como centro de onde se define e se irradia a memória pois, ao fazê-lo, destrói a dinâmica e a diferenciação interna da memória social e política; não pode ser produtor da memória nem o definidor do que pode e deve ser preservado. O Estado deve comportar-se como serviço público aos cidadãos [...] (CHAUÍ, 1992, p. 45).

Essa problemática desperta o interesse para a fala de Mário de Andrade, trazida por Helena Bomeny (1991), em que a política feita no período do Estado Novo deixava uma angústia de ter que responder às muitas exigências de regulamentos e seguir um controle burocrático minucioso a que estava submetido o projeto.

A autora quis apresentar que existia desde a época dos anos de 1930 uma rotinização técnica e controle do acervo de bens culturais do Estado que expõem uma série de procedimentos e regulamentações na criação de rotinas burocráticas e formalidade penosas e desmotivadores (BOMENY, 1991).

Para Joaquim Falcão (1984, p. 46), a experiência brasileira até o final da década de 1970, na questão da preservação do patrimônio histórico nacional, era uma ação exclusiva ao IPHAN e “reduzida ao idealismo e à competência de uns poucos técnicos arquitetos”.

Ainda seguindo o autor supracitado (FALCÃO, 1984), é no final dos anos setenta que se amplia o conceito de Patrimônio Cultural com o conceito de bem cultural que admitia o pluralismo ideológico para as políticas de preservação com admissão de bens culturais de etnias, religiões, classes sociais e até mesmo regiões diferentes.

O processo decisório e administrativo dos órgãos em todos os entes federativos que são responsáveis pela preservação patrimonial, beneficiaram-se com a democratização do tema, visto que rompe com o isolamento de suas ações (FALCÃO, 1984). Para ele é esse isolamento que leva ao estabelecimento de uma burocracia rígida, pautada em duas subcrenças.

A primeira, relaciona-se com a suposta autonomia da burocracia diante dos interesses e demanda da sociedade civil, em que a administração pública funciona independentemente dos resultados que alcance ou não alcance (FALCÃO, 1984). Razão essa que não aparenta ter se dissociado das práticas administrativas do Estado quando se observa a descontinuidade e arbitrariedade com que se trabalha as políticas culturais.

A segunda subcrença se baseia na ideia errônea de que as relações entre os grupos e classes sociais são pautadas pelo consenso social do contrato cultural (FALCÃO, 1984). Para o autor, a prática do tombamento funciona nessa perspectiva, em que os interesses da burocracia e de clientelas específicas determinam a ação em detrimento da vontade pública que carece de maior participação, estabelecendo um cenário de vitoriosos e derrotados.

Portanto, Joaquim Falcão (1984), defende uma reformulação da administração pública na área de preservação patrimonial como forma de assegurar a cidadania coletiva. Esta necessitaria de três decisões concretas que ampliem a participação das populações nos processos de decisão, começando pela ampliação da participação social nos conselhos de tombamento em todos os níveis que seria mais representativo da complexidade cultural do país, abrindo também o espaço para profissionais de outras áreas.

A segunda decisão implica na ampla informação, defesa e participação dos interessados ao processo de tombamento que significa tornar esse tipo de decisão mais pública e consensuais (FALCÃO, 1984). Por fim, o autor defende uma reformulação na participação do poder judiciário em que se efetive um controle sobre a qualidade legal e democrática das decisões administrativas do poder executivo em seus órgãos.

Atentando para tais questões, podemos observar o quanto as políticas culturais no Brasil precisam se desenvolver como forma de atender as demais questões que superam os interesses econômicos e as deficiências oferecidas por ações descoordenadas de vários governos. Dessa forma, poderá um dia alcançar o desafio de “associar uma política implementada pelo Estado a valores civis, ao sentido social e cultural de uma memória preservada pela e para a sociedade” (BOMENY, 1991, p. 10).

No caso brasileiro, ainda de acordo com o autor supracitado (HERRERA, 1992), procurou-se realizar uma instrumentação que incluísse aspectos institucionais, financeiros e administrativos, como forma de assegurar as ações de promoção, defesa e projeção desses valores culturais, em que a principal tendência era a criação de Ministérios de Cultura e Secretarias de Estado. Tal característica procurava fornecer bases para a formação de ações públicas de caráter permanente e alinhadas com as preocupações referentes ao desenvolvimento.

[...]. Tivemos ainda a regulação do emprego de parte da produção cinematográfica com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), ou a ampliação do mercado editorial com a formação do Instituto Nacional do Livro (INL) [...] O governo registrava também a intenção de criar um órgão de pesquisa estatística para as áreas de educação e cultura [...]. Uma outra área também merecedora de atenção especial do governo Vargas foi a da radiodifusão. O decreto de lei nº21.111 regulamentou

o setor de radiodifusão, normatizando, inclusive, questões como a veiculação de publicidade, formação de técnicos, potência de equipamentos, entre outras (CALABRE, 2005, p.3).

Outra preocupação relevante para esse processo administrativo da cultura nacional se deu na coordenação dos trabalhos do SPHAN em nível regional, com a participação de diversos intelectuais e de inspetorias estaduais de monumentos históricos (CALABRE, 2009).

Para Joaquim Falcão (1984), o que ocorre nesse momento é o crescimento da base social do poder político que influencia na organização e controle da vida nacional de cidadãos excluídos socialmente, o que justifica a legalização e estatização de atividades sindicais, estudantis e culturais.

O Estado amplia sua presença através da criação de uma série de novas instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas artes, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E através também do crescente apoio direto ou indireto às atividades individuais de artistas e profissionais como Portinari, Villa-Lobos e tantos outros (FALCÃO, 1984, p. 27).

De acordo com Calabre (2009), como o SPHAN possuía muitas dificuldades financeiras e técnicas para cuidar da manutenção e conservação do patrimônio, em julho de 1970, por meio do Decreto nº 66.967, é criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de maior autonomia, tanto administrativa como financeira.

Com referência ao IPHAN, Joaquim Falcão (1984) apresenta que o instituto teria que abraçar três desafios para alcançar a preservação do patrimônio histórico e artístico. O primeiro seria um desafio político de incentivar a participação social dentro da lógica de preservação cultural. O segundo desafio era de perceber e criar um Patrimônio Cultural brasileiro dissociado das relações europeias e norte-americanas, da mesma forma que representativo de sua riqueza diversa. Por fim, o autor destaca o desafio de estabelecer uma estrutura administrativa estatal eficiente.

Portanto, na análise proposta por Falcão (1984), já é possível abordar a questão da política de preservação desde o ano de 1937 que resultou em quarenta e cinco anos de união e articulação de decisões, programas e instituições.

Tal política apresentaria como base identitária o modelo de gestão do IPHAN e a homogeneidade de trabalho de seu corpo técnico que criaram uma autonomia político-administrativa deste órgão. Este fator resulta em duras críticas do autor (FALCÃO, 1984), pois o foco de tais políticas se apresenta muito centrado em suas normas e transações na tentativa de agradar ao mercado, tornando ainda mais distantes e menos valorizados os elementos sociais e seus significados:

A política de preservação é reduzida a programas, instituições, recursos, normas e clientela. É explicada apenas pela interação entre os que dela diretamente participam: no governo e na sociedade. É rica em fatos reais específicos, mas é pobre em articulação e significado. Dificilmente são identificadas as causas políticas, sociais e econômicas que dão significado aos fatos específicos, e moldam as relações dos grupos e classes sociais entre si, e entre estes e a política de preservação. Não raro reduz a experiência histórica da nação a uma história autônoma das circunstâncias do presente (FALCÃO, 1984, p. 25).

Joaquim Falcão (1984) expõe uma política federal de preservação do Patrimônio histórico e artístico reduzido à política de preservação arquitetônica do monumento de pedra e

cal que era caracterizada por um tratamento privilegiado de determinadas culturas em detrimento de outras.

- a) monumento vinculado à experiência vitoriosa de etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos etc.) da elite política e econômica do país (FALCÃO, 1984, p. 28).

Furtado, em seu pronunciamento como ministro de Estado da cultura (1986), afirmava que uma ação política deliberada se faz necessária para criar uma política social que preze para o atendimento das necessidades do indivíduo e da coletividade, visto que estas questões devem ser prioridade no cerne da política de desenvolvimento de um país.

Seu discurso expõe que o subdesenvolvimento existente no país torna a participação estatal necessária na garantia do atendimento às necessidades de seu povo, quesito negligenciado historicamente no Brasil. Tal diretriz apresenta uma nova direção para os trabalhos, agora preocupados com os elementos característicos das práticas populares e suas potencialidades para o indivíduo.

Ainda de acordo com Furtado (1986), a política cultural deve ser direcionada para o atendimento das necessidades do homem, detentoras de um caráter superior ao econômico, o que permite ao indivíduo adquirir requisitos essenciais para sua vida em sociedade, tornando-se capazes de gerar melhorias para o sistema como um todo.

A questão do empoderamento social e o incentivo para o envolvimento nas tomadas de decisões, levantada por Furtado (1986), denota outro fator importante que está presente dentro da esfera das políticas culturais e requer uma abordagem bastante criteriosa. A capacidade de assegurar ao indivíduo os elementos culturais capazes de construir seu caráter, ampliar suas possibilidades na construção de novas diretrizes, participar dos processos decisórios e influenciar ativamente na realidade da nação, são elementos diretamente ligados ao processo de democratização.

Sua preocupação com o crescimento do cidadão, por meio de seu desenvolvimento cultural, implica que a satisfação das necessidades culturais é capaz de criar transformações positivas dentro do indivíduo e, conseqüentemente, para o país na forma de iniciativas diretamente ligadas a sociedade civil.

A política cultural consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade. Ela pressupõe um clima de liberdade e a existência de uma ação abrangente dos poderes públicos que dê prioridade ao social. Essas são condições necessárias para que a atividade cultural brote da própria sociedade, para que se manifeste e desabroche o gênio criativo dos indivíduos (FURTADO, 1986, p.3).

Portanto, o que se percebe é um estreitamento dos laços entre as políticas de preservação e conservação do patrimônio com o aspecto desenvolvimentista. Essa perspectiva de ação do Estado no campo cultural implica em ações que irão se relacionar diretamente com a realidade social e economia do país. Desse modo, um pouco do histórico das ações envolvendo o campo da cultura é aprofundado no próximo momento, abordando suas implicações nas dinâmicas econômicas e sociais.

2.2 Política Cultural e de Conservação e Preservação do Patrimônio e seu desenvolvimento no Brasil

Seguindo os apontamentos de Herrera (1992), no plano internacional, a luta pela defesa e preservação do Patrimônio Cultural da humanidade caracteriza as projeções mais significativas de cooperação, sendo a UNESCO responsável por grande atuação na defesa de monumentos e criações humanas de valor para a sociedade internacional, assim como na cooperação com iniciativas de nações que visem utilizar suas tradições como base da imagem do país.

Alexandre Barbalho (2001) expõe que a tentativa de criar uma identidade nacional se caracteriza como um dos principais elementos catalizadores para intervenções públicas na área da cultura. Para ele, o Estado tem a preocupação de criar uma união dos diversos segmentos que ocupam um território comum por meio de uma ideia construída de nação, o que gera políticas culturais que tentam valorizar e imprimir nos habitantes símbolos e materiais que atendam a esse projeto.

Como sugerido por Lima, Ortellado e Souza (2013), quando se considera a política cultural como uma ação sistemática do Estado no campo da cultura, outras modalidades podem ser identificadas, extrapolando os ideais de produção e difusão anteriormente abordados. São categorizadas como políticas de identidade e patrimônio, utilizadas na construção da identidade nacional e preservação do Patrimônio Cultural na consolidação dos estados modernos.

De acordo com os estudos sobre patrimônio realizados por Choay (2006), este tipo de política tem suas origens na França em plena revolução como uma prática de conservar a totalidade do patrimônio nacional, considerando sua riqueza e diversidade. Ainda de acordo com a autora, tal processo se deu pela transferência dos bens do clero, emigrados e da coroa para a população, atribuindo a perspectiva econômica aos bens materiais que necessitam ser preservados e mantidos pelo povo.

Essa noção econômica que tomou o sentido de patrimônio, tanto da categoria de bens móveis quanto os de bens imóveis, criou a necessidade de estabelecer uma metodologia capaz de ordenar o inventário da herança e também definir as regras de sua gestão (CHOAY, 2006). É nesse sentido que se inicia a prática de tombamento das categorias de bens da nação que são seguidos por ações de proteção.

A própria distinção realizada pela legislação francesa no que se refere aos tratamentos para os patrimônios móveis pode indicar como as políticas culturais de cunho preservacionista tinham a intenção de repassar para seu povo a ideia de identidade.

Os primeiros, com efeito, serão transferidos de seu depósito provisório ao definitivo aberto ao público, consagrado então com o nome recente de *museum* ou de museu. Este tem por função servir à instrução da nação. Reunindo obras de arte, além de, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos das artes aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas. Essa pedagogia é concebida, de imediato, em escala nacional (CHOAY, 2006, p. 101).

No que se refere ao patrimônio imóvel, “Os bens imóveis, conventos, igrejas, castelos, residências particulares ensejavam outros problemas [...]. Mas, principalmente, era-lhes necessário inventar novos usos para os edifícios que haviam perdido sua destinação original” (CHOAY, 2006, p. 104-105). Portanto, o pensamento político para o patrimônio se apresenta, em sua fase inicial, dotado de uma visão funcionalista, em que a satisfação das necessidades de se preservar aquilo que era da nação, assim como educar a população para o ideal nacionalista, era o foco principal.

Para Alexandre Barbalho (2001), o processo de busca de uma identidade nacional para a construção da nação não apresenta uma dinâmica simples e de fácil realização. Para os regimes democráticos esse processo é ainda mais complicado por se fazer presente o confronto constante das diversas concepções do ser nacional.

Ainda de acordo com Alexandre Barbalho (2001), ao considerar os regimes autoritários, observa-se uma imposição da identidade nacional de atuação intensa, munida de elementos simbólicos e culturais da população, mesmo que de forma manipulada.

Por sua vez, justamente por ser uma elaboração restrita de Nação, os regimes autoritários possuem uma forte política de intervenção na cultura, procurando, o máximo possível, ocupar os espaços de produção cultural e cooptar os intelectuais e artistas para o seu projeto (BARBALHO, 2001, p.2).

No caso do Estado brasileiro pode ser observada uma situação de descontinuidade no processo de elaboração de políticas públicas na área de cultura (CALABRE, 2005).

No período de meados da década de 1940 até meados da década de 1960, a presença do Estado no campo da cultura é bastante limitada, sendo a maior parte de suas ações destinadas a regulamentação e continuidade às instituições do governo Vargas (CALABRE, 2009).

A legislação dos anos de 1950, de acordo com Lia Calabre (2009), revela que ocorria concessão pontual de recursos de caráter emergencial para diversas instituições na área da cultura. Dessa forma, percebe-se uma ausência de ações continuadas que resultavam em uma necessidade de medidas pontuais e emergenciais.

De acordo com Lia Calabre (2005), a iniciativa privada foi responsável pelo grande desenvolvimento na área cultural, sendo Assis Chateaubriand um dos empresários empreendedores de destaque da época por ser dono do grupo Diários Associados, de uma cadeia de emissoras de rádio, criador do Museu de Arte de São Paulo e fundador, em 1950, da primeira emissora de TV, a Tupí de São Paulo, do país (CALABRE, 2009).

A separação, em 1953, do Ministério da Educação e Saúde, que resultou no surgimento dos Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC), é um evento marcante na área cultural brasileira, pois representa o momento em que se consolida o crescimento dos meios de comunicação de massas, mais precisamente do rádio e da televisão, assim como de grupos que organizaram movimentos como o Cinema Novo, a Bossa Nova, entre outros (CALABRE, 2005).

Com a Comissão Nacional de Folclore (CNFL) instalada com a criação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBEEC), foi organizado o I Congresso Brasileiro de Folclore que propunha a criação de um órgão federal dedicado à defesa do patrimônio folclórico e a proteção das artes populares (CALABRE, 2009). Esse exemplo, demonstra as influências no contexto político que se desenhava no país com relação aos bens culturais.

Para Herrera (1992), o produto cultural já existente possui maior probabilidade de receber financiamento e atenção, visto que este possui semelhança com outros bens econômicos, da mesma maneira que a própria sociedade consegue se relacionar de forma mais tangível e com maior conhecimento. Dessa forma, a mobilidade do governo para a defesa do patrimônio e das artes se percebe dentro dessa linha de pensamento:

O passado, por exemplo, se expressa de forma muito nítida, no patrimônio artístico ou arqueológico herdado por uma comunidade. Portanto, é possível conceber o financiamento de um programa global ou setorial que se proponha a reabilitar monumentos ou obras de valor histórico ou artístico, especialmente se essa obra desperta interesse nacional ou internacional. Um

programa dessa natureza se pode conceber, em termos econômicos, como a melhoria de uma inversão capaz de projetar-se em resultados concretos; ainda mais, esse tipo de inversão aceita perfeitamente o cálculo de sua relação custo-benefício (HERRERA, 1992, p. 12).

Dessa maneira, já em 1957 com o III Congresso Brasileiro de Folclore, é criado o grupo de trabalho para traçar o plano de proteção às artes populares e em 1956, por meio do Decreto nº 43.178, foi instituída a campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) que divulgaria em âmbito nacional a pesquisa (CALABRE, 2009).

Esse processo seria defendido pelos grupos que valorizavam as fontes de identidade nacional no passado, principalmente nas tradições populares (CALABRE, 2009). Já a vertente oposta que interpretava que aquilo que seria cultura popular de um povo colonizado deveria ser suplantado pela urbanização e industrialização para a construção de uma nova cultura, separava o Folclore da cultura popular, o que resultou na reunião de muitos intelectuais no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (CALABRE, 2009).

Criado pelo Decreto nº 37.608 de 1955, como órgão vinculado ao MEC, o instituto funcionava como um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, com autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, de opinião e cátedra (CALABRE, 2009). Os debates tinham por objetivo formar um projeto ideológico para o país, a fim de superar o atraso econômico e alienação cultural.

Portanto, essa estruturação do campo das políticas culturais brasileiras passa por debates mais profundos e um processo de estruturação que começa a perceber a importância de seu Patrimônio Cultural em conjunto com as estruturas de consumo.

De acordo com Lia Calabre (2009), entre as décadas de 1960 e 1970 se deu maior importância, dentro do planejamento público, para as questões vinculadas a temática cultural que foram incluídas no rol de questões ligadas ao desenvolvimento. Segundo a autora, o Decreto nº 50.293 promulgou o Conselho Nacional de Cultura (CNC) que serviria como um órgão orientador da política cultural do governo.

A autora destaca que a desvinculação do órgão com o MEC indicava o desejo do presidente Jânio Quadros em ter maior controle sobre as políticas públicas, sendo as de cultura considerada como importantes e estratégicas (CALABRE, 2009). Entretanto, a visão de cultura era limitada à área artístico cultural, sem atender a questões como lazer, educação e esporte, tendo o CNC como atribuições:

- Estabelecer a política cultural do governo;
- Estudar e opinar sobre assuntos de natureza cultural;
- Realizar o balanço das atividades culturais do país;
- Cooperar com os periódicos de difusão cultural do país;
- Editar uma revista destinada à difusão e ao registro das atividades culturais;
- Estudar e desenvolver medidas de popularização da cultura;
- Estimular a criação de conselhos estaduais de cultura;
- Articular-se com os órgãos culturais da união (CALABRE, 2009, p. 59).

Com o golpe militar e civil de 1964, dá-se início a um período de repressão e censura que implica na descontinuidade dos projetos culturais em andamento, desmotivando também a elaboração de uma política nacional de cultura durante o governo de Castelo Branco (CALABRE, 2005).

Contudo, como apontado por Lia Calabre (2009), o governo que se instaurou demonstrou uma preocupação com o abandono do patrimônio e as instituições nacionais.

É na segunda metade de 1996 que se cria o Conselho Federal de Cultura (CFC), por meio do Decreto-lei nº 74, dividido em quatro câmaras, sendo elas de artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional. Uma de suas atribuições era a de cooperar pela defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, compreendendo os acervos documentais e bibliográficos (CALABRE, 2009).

Já na década de 1970, o país passa por um processo de crescimento econômico, com modernização das estruturas do Estado e de suas instituições, inclusive a estrutura administrativa do MEC por meio do Decreto nº 66.967 (CALABRE, 2009). A cultura continua sendo alvo de atenção por parte do governo como elemento relevante para alcançar a esfera do desenvolvimento.

De acordo com Lia Calabre (2009), torna-se importante destacar o artigo 14 que garantia a manutenção da autonomia administrativa e financeira da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que passou a ser denominado Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) que assumiu a parte executiva.

Para Joaquim Falcão (1984), a partir da ação ingênua e isolada do IPHAN o Brasil pode possuir um sistema federal, estadual e municipal de preservação, de variadas instituições, tanto públicas quanto privadas.

Ainda de acordo com a Calabre (2009), em 1973 é lançado o Plano de Ação Cultural (PAC) que tinha como meta executar um ativo calendário de eventos culturais, abranger o setor do patrimônio, as atividades artísticas e culturais e capacitação de pessoal, o que representava um processo de fortalecimento da área da cultura dentro do Ministério de Educação.

Com a progressiva insatisfação dos grupos sociais que apoiaram o regime militar, os empresários e classe média urbana, por verem suas participações restritas e poucos benefícios com as políticas públicas (FALCÃO, 1984), surge uma crise de legitimidade e eficiência econômica que implica, além de um desgaste social, na queda da eficiência operacional das políticas públicas.

Para Joaquim Falcão (1984, p 31), esse processo “motivou a busca por políticas socialmente mais abrangentes e operacionalmente mais eficazes”. Nessa perspectiva, observa-se no desenvolvimento das políticas públicas uma maior pressão social e a necessidade de modernização do regime para se manter no poder. Seriam essas as razões pela criação de “espaços para políticas públicas socialmente mais abrangentes, ideologicamente mais autônomas e operacionalmente mais eficazes”.

Além do PAC, outro exemplo relevante para o campo do patrimônio é a experiência com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que foi o embrião da nova política de preservação cultural do Estado (FALCÃO, 1984). Segundo o autor, o CNRC não segue a clientela tradicional dos órgãos públicos e não comunga da burocracia oficial.

Para Lia Calabre (2009), o CNRC era um projeto na área de Patrimônio Cultural fora da área pública, com pretensão de fornecer maior identidade para o produto cultural brasileiro, por meio de pesquisa da realidade que envolve sua produção cultural e seu contexto.

Isso demonstra a aproximação da política de preservação ao aspecto econômico e empresarial, além do apoio dos recursos federais como forma de adquirir maior efetividade:

O fato de a nova política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico ter surgido no MIC¹ não indica apenas o compromisso com uma política de preservação dotada de espírito empresarial e economicamente viva, isto é, integrada ao cotidiano econômico do cidadão brasileiro. Indica mais. Por um lado, reconhece que qualquer intervenção na área de preservação cultural, para ser nacionalmente abrangente, necessita dos recursos federais e do poder de regulamentação do Estado. Por outro lado, reconhece que o Ministério da Educação e Cultura permanecia, ainda, operacionalmente conservador, culturalmente tradicionalista e submisso ao controle político-ideológico do regime (FALCÃO, 1984, p. 32).

Também é importante destacar o Programa de Cidades Históricas (PCH), iniciado em 1973, que denota como as questões sociais de desenvolvimento urbano pressionavam o Estado a tomar ações que diminuíssem as disparidades sociais, resultando no fortalecimento de ideias de preservação do Patrimônio Cultural como elemento importante para alcançar o desenvolvimento (CALABRE, 2009).

O PCH “buscava implantar uma forma de racionalidade administrativa no trato com o patrimônio” (CALABRE, 2009, p. 85) que significa que as ações tomadas eram dirigidas de forma organizada de acordo com o plano e se transformavam em políticas públicas. Outro elemento levantado por Lia Calabre, é a qualificação de mão de obra por meio de cursos de conservação e preservação.

A qualificação de mão de obra técnica foi outro ponto forte do PCH. Com orientação do IPHAN, foram realizados cursos de conservação e restauração de bens móveis, para arquitetos, outros técnicos de nível superior, e mestres de obras, sendo que os de nível superior ocorreram em convênio com as universidades federais de Minas Gerais e Pernambuco (CALABRE, 2009, p. 85).

De acordo com Joaquim Falcão (1984), ocorre a transferência do CNRC para o IPHAN decorrente do processo de abertura política no governo de João Figueiredo que viabilizava dentro do poder executivo espaços institucionais para novas políticas públicas, da mesma maneira que a continuação da experiência do CNRC necessitava de um apoio institucional.

Essa junção é orientada, ainda de acordo com o autor (FALCÃO, 1984), por um conceito de cultura enquanto processo, ou seja, considera-se a cultura como algo em constante movimento, influenciada pelo seu contexto, complexidade e variações que a transformam constantemente. Outro elemento relevante é a atitude do cidadão frente a essa relação com a cultura que influencia diretamente em seu conteúdo e mantém esse processo vivo.

Portanto, Joaquim Falcão (1984) ressaltava que essa mudança de ideologia é responsável por um tipo de preservação que não se limitava a visão estanque de referenciar o passado, trazendo características mais dinâmicas, complexas e abrangentes para os processos que envolvem a criação de políticas públicas culturais.

¹ Ministério da Indústria e Comércio sob gestão de Severo Gomes em 1974.

Outros elementos destacados pelo autor são o reconhecimento do patrimônio que se deve preservar pela parte governamental e a superação de uma visão patrimonial de quarenta e dois anos do antigo IPHAN que muda perspectivas tidas como insatisfatórias:

A primeira é a redução do patrimônio histórico e artístico nacional ao patrimônio da etnia branca. Programas são então desenvolvidos para preservar a cultura ameríndia e a cultura negra. A segunda é a redução do patrimônio histórico e artístico nacional ao Patrimônio Cultural da elite vitoriosa. Programas são desenvolvidos para preservar a cultura popular. Finalmente, a terceira é a redução do patrimônio histórico e artístico nacional ao mimetismo estrangeiro. Programas são desenvolvidos para detectar a criação autenticamente nacional (FALCÃO, 1984, p. 34).

Esse processo de colocar a cultura como destaque nas ações governamentais continua seu crescimento no período entre 1979 e 1985, com o fortalecimento de algumas instituições e linhas de atuação do governo federal como a criação da Secretaria de Cultura que englobava a secretaria de assuntos culturais e também a área de patrimônio (CALABRE, 2005).

Contudo, em 1985, após a criação do Ministério da Cultura, apareceram problemas que indicavam um futuro menos promissor para as políticas na área da cultura, “sendo as verbas oferecidas de maneira majoritária para a educação, perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, dentre outros” (CALABRE, 2005, p. 7).

De acordo com Lia Calabre (2005, p. 7), no ano de 1990, sob a gestão do Presidente Fernando Collor de Melo, a estrutura federal no campo da cultura é radicalmente alterada por meio da Lei nº 8.029 que “extinguiu diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura, FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEM, FCB, Pró-Leitura e EMBRAFILME [...] interrompendo vários projetos, desmontando trabalhos que vinham sendo realizados por mais de uma década”.

Ainda de acordo com a autora (CALABRE, 2005), o Ministério da Cultura é extinguido, criando uma Secretaria de Cultura, que teve como primeiro secretário Ipojuca Pontes que passou o cargo para Sérgio Paulo Rouanet em 1991. Este acaba intitulado a Lei nº 8.313 que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), o que marca uma década das Leis de Incentivo à Cultura.

Esta Lei transfere para a iniciativa privada a condução da produção cultural do país, reduzindo os investimentos públicos na área de cultura (CALABRE, 2005). Por outro lado, a Lei gera um novo impulso às produções culturais, sendo previstos três diferentes mecanismos de incentivo:

1. Patrocínio ou doação, mais conhecido como mecenato;
2. Fundo Nacional de Cultura;
3. Fundo de Investimento Cultural e Artístico (CALABRE, 2009, p. 111)

Considerando os mecanismos anunciados, o terceiro não chegou a ser ativado, sendo o mecanismo do patrocínio o mais utilizado (CALABRE, 2009).

Com relação ao patrocínio, existe uma crítica forte com relação a prática quase exclusiva dessa forma de financiamento da cultura, principalmente em 1999, por meio da Lei nº 9.874 que altera o artigo 18 da Lei Rouanet e confere alguns segmentos artísticos um abatimento de 100% do imposto de renda (CALABRE, 2009).

Já o Fundo Nacional de Cultura tinha como finalidade “estimular a distribuição equitativa dos recursos, favorecer a visão interestadual, contribuir para a preservação do

patrimônio, favorecer projetos com foco no atendimento das demandas da coletividade” (CALABRE, 2009, p. 112).

A listagem é apresentada por Calabre (2009) e se destaca por conter no sétimo item o segmento da preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial. Isso denota o quanto o interesse empresarial está enraizado nas políticas culturais brasileiras, em que o mercado acaba por ser o fator relevante para o investimento.

Segundo Lia Calabre (2005), a legislação é um dos indicadores que permitem observar o papel do Estado com relação ao campo da cultura. Abaixo segue a tabela elaborado pela autora que compõe o conjunto de leis, decretos, medidas provisórias, instruções normativas e portarias:

TABELA 1 - CONJUNTO DE LEGISLAÇÕES APROVADAS NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PARA A AREA DA CULTURA

Tipo de legislação	Total do período	Sobre incentivo	
	número	número	percentual
Leis	16	03	18,7%
Decretos Leis	03	01	34,0%
Instruções Normativas	40	11	27,5%
Portarias	21	10	47,61
Totais	80	25	31,3%

Fonte: CALABRE, 2005, p. 9

Percebe-se, portanto, que as leis de incentivo foram um dos focos do governo de Fernando Henrique Cardoso (CALABRE, 2009). Para a autora, uma das poucas realizações na área de estruturação das políticas culturais é referente a “instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” (CALABRE, 2009, p. 119).

Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao longo da primeira gestão do ministro Gilberto Gil, procurava-se a reestruturação do Ministério da Cultura, a Lei Ruanet sofre propostas de reformulação, houve a realização da primeira Conferência Nacional de Cultura (CNC) para ampliar a participação social, a estruturação do Sistema Nacional de Cultura que funcionaria como sustentação e operacionalização das diretrizes nacionais traçadas pelo PNC, além de permitir a elaboração de políticas públicas culturais articuladas entre os três níveis de governo (CALABRE, 2009).

O que se percebe é que a gestão de Gilberto Gil procurou ampliar a pesquisa sobre a temática da cultura, como forma de melhorar a discussão, participação popular e o trabalho do Estado e seus demais entes federativos, além de trabalhar com um sentido mais amplo sobre o Patrimônio Cultural.

Nessa análise sintética sobre o desenvolvimento das políticas culturais no cenário brasileiro, o foco nas ações de governo foi importante para visualização das diretrizes que compõem o contexto da vida política e cultural da nação. O conhecimento relacionado a

elementos centrais na construção dessas políticas demonstra um processo descontinuado e conflituoso.

As ações públicas levantadas, possibilitaram um melhor dimensionamento sobre os rumos que as políticas culturais tomaram no Brasil. Percebe-se que seu desenvolvimento é muito irregular, mas se apresenta coerente aos processos históricos mais marcantes, como a fase de industrialização, o golpe militar, dentre outros momentos que influenciaram diretamente nas decisões.

Para Lia Calabre (2005), esse processo de revisitar as ações do Estado no campo das políticas culturais, oferece a oportunidade de observar muitas das iniciativas que podem ser destacadas como projetos de linhas de atuação política para a questão da cultura projetadas no Brasil, porém, muitas vezes abandonadas e retomadas com pequenas modificações.

Esse processo representou um grande desperdício de recursos financeiros e humanos, o que não pode continuar como algo característico da gestão pública (CALABRE, 2005). A autora destaca que a cultura de uma sociedade representa um papel muito importante dentro de um mundo globalizado, principalmente por atuarem nas modalidades de identidade nacional e da diversidade cultural.

Para Helena Bomeny (1991), quando a política do Estado se faz desenhada a partir e para a sociedade, as leis que a ela se referem são resultado natural dessa interação. Dessa maneira, o Brasil ainda precisa se desenvolver no que tange à elaboração de políticas públicas, visto que o processo delegativo e descontínuo é uma máxima de todo o processo decisório.

No que se refere as políticas de preservação, seguindo os apontamentos de Helena Bomeny (1991), o sucesso dessas ações é alcançado quando se realiza a integração, tanto no discurso quanto na prática, das dimensões do universo político do Estado com as dimensões constitutivas do universo da nação.

Como forma de tentar estruturar essa integração na busca por maiores riquezas das trocas entre a sociedade e as ações do governo, no próximo momento abordamos elementos importantes a se considerar quando se trabalha com as políticas culturais como forma de levar a discussão para pontos mais amplos de atuação.

2.3 Uso do Patrimônio, Bens Culturais de Petrópolis e Turismo

Para Fernandes e Coelho (2011), ao considerar as muitas definições do que se entende por turismo, a sua importância não se encontra em uma definição perfeita, mas se percebe na necessidade de compreendê-lo e estudá-lo como um fenômeno que compreende a ida e a volta de pessoas para outros locais que não o de suas residências, motivados por diferentes razões.

Dentre as diversas razões que podem guiar essa dinâmica de deslocamento do turista, encontram-se os anseios por lazer, entretenimento, saúde, estudo, cultura, negócios, dentre outros elementos, que demonstram a necessidade de mensurar o fenômeno turístico para além dos efeitos e benefícios econômicos (FERNANDES E COELHO, 2011).

Contudo, Fernandes e Coelho (2011), destacam a necessidade de um tratamento igualitário entre os resultados, sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos prospectados pela atividade turística desenvolvida. Sendo assim, a gestão de uma política cultural deve pensar o trabalho em cultura, que pode se dar relacionado ao turismo, como a oportunidade para gerar ganhos em todos os aspectos, o que leva a um planejamento conjunto de muitos agentes interessados.

Resultados econômicos não surgem por acaso. São fruto de percepções, iniciativas, investimentos, riscos empresariais e planejamentos governamentais. Os resultados econômicos, invariavelmente utilizados por todos que objetivam ou necessitam demonstrar pujança do setor, não são inventados ou manipulados; na verdade, refletem, isto sim, o quanto a atividade turística pode contribuir para as mudanças sociais (FERNANDES E COELHO, 2011).

Ao considerar a natureza da atividade turística, de movimento de massa que gera impactos econômicos e sociais, encadeados com outras atividades econômicas, desenvolvimento regional e do comércio exterior (FERNANDES E COELHO, 2011), as atuações do governo e do setor privado se apresentam como elementos representativos para a organização das ações que envolvam o turismo.

O Brasil começa a dar importância para o turismo no ano de 1966, através do decreto de lei 55, de 18 de novembro, com a criação do Sistema Nacional de Turismo, o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), sendo a responsabilidade do conselho de normatização da atividade em todo o território nacional (FERNANDES E COELHO, 2011).

Em 1991, a EMBRATUR passa por uma reformulação com a lei 8.181, de 28 de março daquele ano, se tornando uma autarquia federal e, posteriormente a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, é reduzida a função de promoção da imagem do país no exterior (FERNANDES E COELHO, 2011).

Para os autores, existem atividades em que a participação ou a cooperação do governo se caracteriza como um fator de importância. O Controle da qualidade do produto turístico nacional representaria uma dessas situações.

Nessa situação, a preocupação com a qualidade dos serviços para a satisfação do turista, implica na qualidade e eficiência do sistema de transportes, telecomunicações, limpeza urbana, segurança pública, além de outros elementos que compõem o produto turístico da cidade (FERNANDES E COELHO, 2011).

A promoção institucional da destinação é um outro elemento em que a participação do governo necessita ser ativa, pois as instruções da Organização Mundial do Turismo (OMT) indicam o encaminhamento de quatro por cento da arrecadação com o turismo receptivo para à política de marketing de um país e influenciam diretamente na divulgação de diversos produtos (FERNANDES E COELHO, 2011).

A análise dos projetos públicos objetiva criar planos dedicados à criação ou aperfeiçoamento da infraestrutura urbana como vias de acesso, saneamento básico, sistema de transporte e, também, os serviços de segurança pública (FERNANDES E COELHO, 2011). Deixando investimentos ligados a hotelaria, eventos e serviços de alimentação para a iniciativa privada.

O financiamento dos investimentos da iniciativa privada também é uma questão que requer uma participação atuante das políticas públicas. O que no Brasil, de acordo com Fernandes e Coelho (2011), centrou-se no setor da hotelaria com a implantação de diversos mecanismos de apoio à construção de hotéis com o uso de vantagens fiscais e subsídios, como o Fundo Geral do Turismo, Fundo de Investimento Setorial, dentre outros.

Esse investimento não pode ser exclusivo de um setor turístico, devendo também ser acompanhado de investimentos em outras áreas da atividade, como “a promoção do turismo interno e externo, na formação profissional e na infraestrutura básica, como estradas turísticas, aeroportos e outros equipamentos (FERNANDES E COELHO, 2011, p. 69).

O controle do uso e da conservação do patrimônio também se apresenta como elemento de destaque quando se pensa na influência que a atividade turística pode trazer para o município, tendo em vista que “O Estado deve observar, pois, uma planificação harmoniosa

e imprimir uma utilização racional dos recursos naturais e humanos” (FERNANDES E COELHO, 2011, p. 67).

Assim sendo, existe uma relação direta entre a promoção da cidade, ganho de competitividade turística e seus bens patrimoniais. Todos esses elementos contribuem para o bom desempenho turístico do município no cenário nacional, não apenas no atendimento as exigências do MTur, mas também no ganho de divisas e participação da população.

Fica exposto que se deve pensar na proteção do Patrimônio Cultural quando se trabalha sua aproximação com a esfera do turismo. Caso se realize uma exploração descontrolada, incoerente com a sustentabilidade do monumento, o prejuízo pode se tornar maior do que a lucratividade planejada.

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, roteiros do Brasil (2006), a comercialização turística se configura como um item do composto de marketing que compreende as medidas tomadas que objetivam levar o produto turístico ao consumidor final.

Seu processo, inclui a elaboração e distribuição de produtos turísticos às agências de turismo para serem vendidos ao consumidor final, portanto, necessita estar adaptado as exigências de mercado (PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2006).

Essa comercialização envolve, portanto, a necessidade de se criar competitividade para o município, com o fim de atração de maior quantidade de visitantes. Ao se analisar os dados fornecidos pelo Índice de competitividade de Petrópolis (2009), percebe-se que o município teve uma melhora na sua pontuação para o requisito marketing e promoção do destino.

Foram destacados como elementos positivos para esse índice a participação em feiras e eventos turísticos, material promocional institucional em línguas estrangeiras, controle de resultados dos eventos turísticos e uma página na internet com informações sobre o destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE PETRÓPOLIS, 2009).

Contudo, quando se analisa o quesito dedicado aos aspectos culturais de Petrópolis, percebeu-se que, apesar do patrimônio histórico e cultural possuir grande importância na construção da média final que está acima das não capitais, existem carências preocupantes para sua preservação (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE PETRÓPOLIS, 2009).

Projetaram a nota para baixo nesta dimensão a inexistência de patrimônio imaterial registrado, sítio arqueológico tombado ou registrado, e metodologia de controle de capacidade de suporte – manejo e carga – para a utilização turística do patrimônio cultural, quesitos que comprometem a preservação contínua da cultura local e, conseqüentemente, o índice de competitividade (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE PETRÓPOLIS, 2009, p.14).

Esse desinteresse com o registro do patrimônio imaterial na utilização turística, representa um dos fatores destacados nesse trabalho. Pelo que se observa dos dados, esse representa um dos indícios de como a promoção do patrimônio religioso do Circuito de Capelas e Igrejas desconsidera seu valor simbólico.

Apesar de ser uma das preocupações do PMC, a comercialização do turismo da cidade não se preocupa com o aspecto imaterial, o que põe em risco não apenas o índice de competitividade da cidade, como também a preservação da cultura local.

Dessa forma, faz-se relevante considerar a legislação que implica na proteção do Patrimônio Cultural. Portanto, entender a finalidade do ato do tombamento e os parâmetros da legislação civil, fornece indícios de como se proceder no uso do patrimônio promovido no Circuito de Capelas e Igrejas.

A constituição de 1988 faz relação a questão da preservação cultural e estabelece as competências legislativas e executivas dos entes políticos (RABELO, 2009).

O ato administrativo do tombamento tem como finalidade a conservação da coisa, aí entendida como bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis. Como a coisa é apropriável, objeto do direito de propriedade, são importantes para a análise da fonte constitucional todos os dispositivos da Carta Magna que, direta ou indiretamente, se refiram à propriedade e às suas limitações em função do interesse público (RABELO, 2009, p. 24).

Dessa forma, é possível notar que a propriedade do bem patrimonial está limitada ao interesse público, ou mais precisamente “Podemos destarte concluir que, ao aparecer no mundo jurídico, a propriedade nasce obrigatoriamente condicionada à sua função social” (RABELO, 2009, P. 25).

De acordo com Choay (2006), a revolução industrial e seu processo de desenvolvimento universal, foi responsável por criar essa dimensão universal ao conceito de monumento histórico, generalizando e acelerando a criação de leis para sua proteção.

“O monumento histórico entra então em sua fase de consagração, cujo término pode ser fixado por volta da década de 1960 ou, se desejarmos um outro marco simbólico, em 1964, data da redação da Carta de Veneza” (CHOAY, 2006, p. 125). A autora aponta para a proteção dos monumentos históricos no período posterior a Segunda Guerra Mundial, dedicado a um público internacional de maior amplitude.

Essa mentalidade, que se distingui dos antiquários, representa a consagração da ideia de monumento histórico, legitimada por muitos países europeus já na década de 1850 em que:

Tal consagração poderia ser definida, para todo o período, a partir de dois textos simbólicos e complementares, um oficial e administrativo, outro contestador e poético: o *Rapport* ‘apresentado ao rei em 21 de outubro de 1830 por Guizot, Ministro do Interior, sugerindo a criação do cargo de inspetor geral dos monumentos históricos da França’; e o panfleto publicado em 1854 por John Ruskin sobre ‘A abertura do palácio de Cristal e suas relações com o fluxo da arte’ (CHOAY, 2006, p. 128).

Para Fonseca (2003), a questão do patrimônio imaterial é recente nas políticas de Patrimônio Cultural, derivada do interesse em ampliar a noção de patrimônio histórico e artístico que se estende ao repertório de bens de excepcional valor cultural. Portanto, o conceito de monumento histórico trabalhado por Choay (2006) se faz restrito aos aspectos tangíveis, valorizados pelas nações europeias do século XIX.

A revolução industrial ampliou a distância do indivíduo com o monumento histórico, não apenas de seu sentido para a humanidade, como também pela interferência da indústria no campo da arte (CHOAY, 2006).

A França e a Grã-Bretanha estão diretamente ligadas a esse processo de mudança paradigmático, contudo, tanto o advento quanto as consequências da consagração do monumento histórico, são percebidos de formas diferentes em ambos os países e no destino das sociedades ocidentais (CHOAY, 2006).

Na França, os valores e os sentidos atribuídos para os monumentos históricos seguem uma linha de pensamento da modernidade, independente de efeitos negativos ou perversos, em que a perspectiva de progresso se torna o elemento guia (CHOAY, 2006).

São a marcha da história, a ideia de progresso e a perspectiva do futuro que determinam o sentido e os valores do monumento histórico: em seu manifesto contra o vandalismo, Hugo reclama a criação de ‘uma lei para o passado’, ‘aquilo que uma nação tem de mais sagrado, depois do futuro’ (CHOAY, 2006, p. 137).

A legislação francesa alusiva aos monumentos históricos constituiu referência para a Europa e o resto do mundo, que em 1887 promulgou a primeira lei sobre os monumentos históricos (CHOAY, 2006).

Sem a disposição de instrumentos específicos ou de serviços especializados, o Comitê de Instrução Pública sob a Revolução na figura de seu inspetor Mérimée, tinha como missão, ainda de acordo com Choay (2006, p. 145), “[...] determinar, ou, dito de outro modo, a partir de agora, ‘tombar’ os edifícios que devem ser considerados monumento histórico”.

Os edifícios tombados pela Comissão dos Monumentos Históricos, criada pela circular de 10 de agosto de 1837, eram alocados para manutenção e restauração, um sistema que de acordo com Choay possuía como vantagens e desvantagens:

Vantagens do sistema: O procedimento de tombamento, investido da autoridade do Estado, completamente centralizado e na dependência imediata do Ministro do interior, torna-se um formidável instrumento de balizamento e controle. O número de monumentos tombados passa de 934 a 3.000 entre 1840 e 1849. As regras de sua seleção não são ditadas por critérios de erudição, mas pelos imperativos pragmáticos e econômicos de uma política de conservação e proteção. Inconvenientes do sistema: tarefa do inspetor é muito penosa [...]. Os trabalhos que cabem à comissão também são consideráveis. Além disso, como bem mostrou F. Bercé, essa centralização se faz em detrimento das associações locais de antiquários e das sociedades de arqueologia [...] em lugar de desenvolver suas competências e estimular suas iniciativas, num trabalho de colaboração, a estrutura central criada por Guizot as marginaliza (CHOAY, 2006, p. 146-147).

A lei referência para monumentos históricos tem seu formato final atribuído em 1913, derivado de uma lei promulgada no ano de 1887 e de uma regulamentação do ano de 1889, que institui um “órgão estatal centralizado, dotado de uma poderosa infra-estrutura administrativa e técnica, o Serviço dos Monumentos Históricos” (CHOAY, 2006, p. 148).

Ou seja, a tradição centralizadora da França é uma influência presente dentro da área da preservação do patrimônio, tornando a intervenção estatal algo presente dentro de tais práticas (CHOAY, 2006). Esse fator contrasta com as formas de intervenção em outras nações, apesar de se relacionar com o caso brasileiro.

A Inglaterra, de acordo com Choay (2006), apesar de ser o berço da Revolução Industrial, não se desvencilhou das tradições e o olhar para o passado, atribuindo ao monumento histórico, sentidos mais diversos e de maior influência.

Para eles, o receio francês, de que o curso da história resultaria na destruição completa do monumento histórico, era inexistente. O patrimônio não se via pertencente ao passado, pois era tido como necessário para o cotidiano das pessoas e da sociedade (CHOAY, 2006).

Esse elemento favoreceu a aproximação da memória afetiva com o conceito de monumento histórico, trazendo para o trabalho, elementos relacionados a passados de comunidades específicas, assim como dos conjuntos urbanos como herança histórica (CHOAY, 2006).

Vê-se que Ruskin, aproximando assim os edifícios do presente e do passado, não está longe de restituir ao monumento histórico o valor e a função do monumento original. Com efeito, abstraindo o valor histórico que lhe é inerente, o primeiro não se distingue mais do segundo senão pelo caráter impreciso, geral e mesmo genérico, daquilo que, pelo sentimento difuso de reverência, ele evoca - figura intacta da obra, solidária e manualmente realizada pelas gerações humanas (CHOAY, 2006, p. 141).

Ainda de acordo com Choay (2006), a intervenção estatal dentro da administração e conservação dos monumentos históricos inglês aconteceu de forma tardia, com o destaque para o ato de proteção aos monumentos antigos de 1882, podendo ser considerada como reduzida.

Considerando os elementos presentes no histórico desses dois países e trazendo a análise para o caso brasileiro, Fonseca (2003), atribui a uma política de patrimônio, por mais de sessenta anos conduzida pelo Estado, a responsabilidade por associar o patrimônio histórico e artístico ao conjunto monumentos antigos passíveis de preservação, obras de arte excepcionais e locais que sediaram eventos marcantes da história do país.

Para Fonseca (2003, p. 56), essa circunstância não retrata “a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado”. Muitos exemplos desse caso demonstram o foco para determinados aspectos, deixando no esquecimento outras características relevantes do estilo de vida da população, a sociedade e demais elementos.

Ao destacar como exemplo a Praça XV, localizada no centro do Rio de Janeiro, Fonseca retrata as seguintes observações:

Quando se olha, por exemplo, a Praça XV, um dos ícones do patrimônio histórico nacional, a evocação mais óbvia é a do poder real, suscitada pelo Paço Imperial, do poder da Igreja. Esses são testemunhos materiais imponentes, tanto do ponto de vista da ocupação e permanência no espaço da cidade, quanto dos padrões estéticos hegemônicos, valorizados como expressões de cultura à época do tombamento desses bens pelo SPHAN (FONSECA, 2003, p. 56).

A prática do tombamento segue uma lógica centrada nos aspectos arquitetônicos, tratando de forma marginal os dados históricos e análises da relação do patrimônio com a cidade e sua paisagem (FONSECA, 2003).

Essa limitação dos instrumentos que contribuem para o acatamento, contribuiu para a relação direta entre a ideia de preservação com a prática do tombamento, o que reforça a ideia de que tais políticas sejam conservadoras e elitistas, de bens vinculados a cultura das classes dominantes (FONSECA, 2003).

Essa tradição fica expressa na Constituição Federal de 1988 (2003), que em seu artigo 216, entende como Patrimônio Cultural brasileiro

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (FONSECA, 2003, p. 60).

Tradição essa que foi responsável pela preservação de obras de arte e edificações, seguindo uma ideia de imutabilidade e se afirmando como contrária a perspectiva de transformação, assim como centralizando a atenção para o objeto e menos para os sentidos atribuídos com o tempo (FONSECA, 2003).

Essa perspectiva, portanto, se atrela a ideia francesa em que o processo histórico condena a integridade do monumento. Para Fonseca (2003), essa estratégia cria não apenas uma exclusão de bens culturais, como contribui para uma prática de retratar características culturais da nação, muitas das vezes vinculadas aos traços culturais europeus trazidos na época da colonização.

Portanto, tanto os critérios técnicos, quanto os políticos necessários para se pensar tais ações no campo do patrimônio brasileiro, tendo em vista que:

Reduzir o Patrimônio Cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem. É perder de vista o que justifica essa proteção, que, evidentemente, representa também um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular. Para que essa função se cumpra, é necessário que a ação de ‘proteger’ seja precedida pelas ações de ‘identificar e ‘documentar’ – bases para a seleção do que deve ser protegido -, seguida pelas ações de ‘promover’ e ‘difundir’, que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados (FONSECA, 2003, p. 65).

Ao considerar o ambiente de uma cidade histórica como Petrópolis, Choay (2006), argumenta que existe uma distância de quatrocentos anos entre a invenção do monumento histórico e da cidade histórica. Ou seja, o ato de se pensar a cidade como um objeto de conservação por inteiro foi dificultado pela tradição de se pensar cada monumento de forma individual.

Ainda de acordo com Choay (2006), até o século XIX as cidades eram descritas por intermédio dos monumentos dentro das monografias eruditas, sendo que seu conteúdo histórico era composto pelas instituições jurídicas, políticas e religiosas, além das estruturas econômicas e sociais, deixando o espaço como algo ausente.

O recente surgimento de trabalhos da morfologia das cidades pré-industriais e das aglomerações da era industrial é fruto dos estudos urbanos que caracteriza a conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico (CHOAY, 2006). Esses trabalhos seriam motivados pelas transformações do espaço urbano atrelados a revolução industrial.

Seria então desse novo contraste, entre o novo modelo de cidade e o antigo, que se passa a investigar as cidades antigas dentro de uma perspectiva histórica, por meio da disciplina de urbanismo, com o foco na sua história geral e estrutural (CHOAY, 2006).

Contudo, esses novos estudos não tinham relação com a ideia de conservação, mas funcionavam de forma solidária tendo em vista que começou a problematizar as novas modalidades de organização do espaço urbano, levando a uma identidade conceitual para as formações mais antigas (CHOAY, 2006).

Em resumo a noção de patrimônio urbano histórico, de acordo com Choay (2006, p. 180), “[...] é o resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa entre três figuras (ou abordagens) sucessivas da cidade antiga[...] memorial, histórica e historial”.

A primeira, referente a figura memorial, caracteriza a cidade pelo seu papel de monumento com o poder de localizar os habitantes no espaço e no tempo, portanto, passível de proteção das exigências da modernização da revolução industrial (CHOAY, 2006).

Já a figura histórica, é dividida entre seu papel propedêutico e museal. O primeiro, mais voltada para uma análise histórica das cidades antigas e seu papel de uso dentro da sociedade, superado pelas necessidades do desenvolvimento criado após a revolução industrial, vislumbradas quase que como obras de arte (CHOAY, 2006). O papel museal já assume uma postura de proteção daquilo singular que existe nas cidades antigas. Devido a sua

importância histórica, são separados elementos que são dotados de um valor maior em que a cidade antiga “como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso, para a arte e para a história e que, como obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida” (CHOAY, 2006, p. 191).

A última figura para representar a cidade antiga pode ser definida como uma síntese e superação das duas anteriores (CHOAY, 2006), que passa a atribuir um valor de uso e o valor museal aos conjuntos urbanos antigos, capaz de integrá-los a uma visão geral da organização do território.

Esse fator contribui na construção de um conhecimento mais voltado para o espaço territorial e não apenas centrado em “entidades urbanas e circunscritas no espaço” (CHOAY, 2006, p. 195). Característica que passa a considerar a importância da vocação para o movimento e para a comunicação dentro da sociedade da era industrial.

Com a condição de que recebam o tratamento conveniente, isto é, desde que neles não se implantem atividades incompatíveis com a morfologia, essas malhas urbanas antigas ganham dois novos privilégios: elas são, da mesma forma que os monumentos históricos, portadoras de valores artísticos e históricos, bem como de valor pedagógico e de estímulo imaginados por Viollet-le-Duc e por Sittle, verdadeiros, catalisadores no processo de invenção de novas configurações espaciais (CHOAY, 2006, p. 198).

Sendo assim, o direito de propriedade tem uma implicação pública e também privada. A primeira está relacionada a sua existência social e a segunda entendida como a apropriação individual com interesses econômicos e relações privados decorrentes de seu uso (RABELO, 2009).

Ainda de acordo com Rabelo (2009), é entendido que as formas ou tipos de limitações ao direito de propriedade não estão previstos necessariamente em lei federal, cabendo a legislação civil a definição dos elementos do direito de propriedade.

A autora salienta que os três entes políticos, União, Estados e Municípios, devem cumprir o comando constitucional de proteção aos bens culturais como disposto na constituição.

A EC/69 silenciava quanto às diversas modalidades de proteção ao tema cultural. Já o texto da Constituição Federal de 1988 esclarece que essa proteção dar-se-á por formas diversas, enumerando algumas delas, exemplificativamente. Decorre, portanto, que o objetivo da norma constitucional em vigor é de que o poder público efetivamente proteja os bens culturais, garantindo este direito a todos da Nação (RABELO, 2009).

Rabelo (2009) explica que, desde a Constituição de 1934, vem se incluindo, dentre os interesses públicos a merecer tutela estatal, a proteção dos bens de valor histórico e artístico. Já na constituição de 1988, no artigo 24, foi expressamente incluída a matéria pertinente à proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico como competência da União de estabelecer as normas gerais, sem excluir a competência concorrente dos Estados e Municípios.

Sobre os parâmetros da legislação civil, determina o conteúdo e os limites civis do direito de propriedade, ou seja, os limites civis do seu exercício relativas a vizinhança, sobre a coisa alheia e da aquisição e perda da propriedade (RABELO, 2009).

A autora menciona como que esse conceito divide os sentidos entre bens e coisas, sendo o primeiro, referente ao aspecto imaterial, não econômico e não integrado ao

patrimônio individual. Esse é um indício de que a separação entre patrimônio material e imaterial começa no trato jurídico e perpassa para o âmbito da preservação.

Decorre daí, portanto, que o que é tratado no Direito das Coisas é apenas parte do universo relativo ao bem: trata da coisa, enquanto valor econômico apropriável individualmente, e de suas relações privadas. Escapam das disposições legais ali explicitadas aquelas relativas aos bens imateriais, valores não econômicos que possam também conter e representar (RABELO, 2009, p. 37).

Dessa forma, é notável como o direito delimita como patrimônio aquilo que é de utilidade econômica. A capacidade de delimitar o uso do patrimônio está diretamente ligada a essa perspectiva, o que poderia resultar numa influência para como se pensa na sua relação com a atividade turística.

O tombamento, portanto, seria o ato de reconhecer juridicamente a relevância do Patrimônio Cultural para sua proteção, incluindo seu valor não econômico que estaria relacionado diretamente ao interesse coletivo. O instrumento jurídico instituído para esse fim é o Decreto de lei 25 de 1937 (RABELO, 2009).

Em Petrópolis, a visão da cidade e de seus monumentos possuem amparo legal na Lei 5393 de 25 de maio de 1998, que estabelece normas para as atividades de uso, parcelamento e ocupação do solo do Município.

Essa Lei é um dos instrumentos da política de seu desenvolvimento sustentável, devendo assegurar a plena realização das funções sociais, econômicas e ambientais, além de assegurar o exercício do direito de cidadania e o bem-estar dos habitantes (PETRÓPOLIS, Lei 5393, 1998).

No artigo 11, em que se delimita a zona urbana em subdivisões, é estabelecido um setor histórico (SEH) que “contém os imóveis, logradouros, sítios, praças, elementos e monumentos tombados, em conjunto ou isoladamente, pela União, Estado e/ou Município” (Petrópolis, Lei 5393, 1998).

No caso de solicitações de usos e atividades em imóveis tombados, o serviço é realizado pela Comissão Permanente da Análise de Projetos Especiais, Casos Omissos e Avaliação da Lupos (LUPOS-COPERLUPOS), regulamentado pela Lei 5426 de 21 de outubro de 1998 da Câmara Municipal de Petrópolis.

Também é notável a influência do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) na orientação para as políticas de proteção do patrimônio no município. Cabendo a sua Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design a atenção aos seguintes pontos

- Proteger e promover o Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro;
- Fiscalizar e autorizar o licenciamento de obras relativas ao Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro e sua ambiência;
- Planejar, coordenar, desenvolver e supervisionar programas, projetos e demais ações técnicas necessárias para a proteção, a conservação e a preservação dos bens tangíveis e intangíveis que integram o Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro, respeitada a legislação em vigor;
- Promover iniciativas com outros níveis de governo para realização dos objetivos da política do patrimônio e para a integração das ações de proteção e de conservação entre órgãos e entidades municipais, estaduais e federais;
- Manter intercâmbio com os órgãos públicos, privados ou pessoas físicas e jurídicas, visando a preservação da memória e a proteção do Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro (INEPAC, 2016).

No caso de Petrópolis, de acordo com a gestora² Evany Carvalho, entrevistada para essa pesquisa, a política de preservação do Patrimônio Cultural da cidade é orientada pelo IPHAN em Petrópolis, existindo também um conselho de preservação de patrimônio que identifica aquilo que pode ser alterado ou não de acordo com a lei de ocupação do solo.

De acordo com o site do IPHAN, em Petrópolis o conjunto urbano paisagístico da Avenida Koeler foi tombado no ano de 1964, sendo estendido nos anos de 1980 e 1982. É apresentada como patrimônio que se conserva como o mais íntegro em aspectos paisagísticos e urbanísticos.

O tombamento inclui, portanto, as avenidas Sete de Setembro, Tiradentes e Ipiranga, Ruas São Pedro de Alcântara e Raul Leoni; Praça Visconde de Mauá e a Catedral, assim como de diversas casas.

No caso do circuito religioso, o Mosteiro da Virgem é um dos monumentos que se localizam nessas imediações e, devido as normas de tombamento, possui restrições a modificações para recepção de turistas que venham em grandes grupos. A fazenda samambaia também faz parte dessa realidade, mas utiliza como estratégia a cobrança de um preço para visita, o que auxilia na ordenação e controle do número de visitantes.

A relação dos monumentos e espaços públicos tombados de Petrópolis compreendem a coleção de armas de Sérgio Ferreira da Cunha; Palácio da Princesa Isabel e os seus jardins; Casas do Padre Correia e Carlos Oswald; da Fazenda Samambaia; da Fazenda Santo Antônio em Itaipava; retábulo e imagem de Nossa Senhora do Amor Divino, dentre outros elementos (IPHAN, 2017).

Os monumentos tombados de maior destaque da cidade e que atuam como “cartões postais” do turismo local seriam o Palácio de Cristal e Praça da Confluência; Casa de Santos Dumont que desempenha a função de Museu Santos Dumont; Palácio Imperial de Petrópolis, Parque e Quartel dos Semanários que desempenham a função de Museu (IPHAN, 2017).

Portanto, cada projeto criado para operar possíveis transformações no patrimônio da cidade, deve passar pelo crivo desses grupos que prestam orientação. Quando se percebe a dinâmica do turismo, a ideia de comercialização do patrimônio acaba por não ser considerada no processo, principalmente no que tange ao aspecto simbólico.

Se torna aparente como os monumentos funcionam como catalizadores de competitividade, incentivos fiscais e aquisição de divisas estrangeiras. No caso do patrimônio religioso, a sua relação com o turismo se vê reforçada por meio de sua capacidade de concatenar suas funções tanto de Bens como de Coisas, ou mais precisamente, os valores econômicos e aqueles que não o são.

² Entrevista concedida por Carvalho, Evany Rita Noel. Entrevista I. [dez. 2016]. Entrevistador: Matheus de Castro Pereira Souza. Rio de Janeiro. 2016. 1 arquivo .mp3 (52 min.).

3. DIRECIONAMENTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PETRÓPOLIS A CIDADE IMPERIAL

3.1 O legado do Império e imigrações no Patrimônio Cultural da cidade

Discutir as políticas culturais, especialmente o uso do patrimônio no município de Petrópolis é relevante para este momento do trabalho, como forma de contemplar os elementos presentes na construção da cidade, conseqüentemente, de seu patrimônio cultural.

Petrópolis apresenta em seus traços culturais, influências de elementos característicos da história de nosso país, como o interesse da família real pela prática da atividade de veraneio na região serrana do Rio de Janeiro, da mesma maneira que dos fluxos de imigrações que ocorreram no Brasil ainda no século XIX (DAIBERT, 2010).

Tais elementos estão presentes no cotidiano dos cidadãos da região e representam marcas na paisagem e em suas relações socioculturais, além de oportunidades que favoreceram o seu desenvolvimento, tanto social quanto econômico.

Cidade que inicialmente foi denominada caminho-novo, ainda no século XVIII, na época do império, por servir de ligação entre a cidade do Rio de Janeiro e o estado de Minas Gerais (DAIBERT, 2010). Segundo Daibert (2010, p. 18), “com o passar dos anos e a importância adquirida pelo novo caminho, essas sesmarias vão sendo parceladas ou vendidas, dando origem a fazendas, sítios e pequenas propriedades, intensificando o povoamento e a dinamização da região”. Esse seria o início da transformação econômica e social que iria se suceder.

Tais fazendas são provenientes, de doações de terras que se tornaram propriedades particulares pelas sucessões hereditárias ou venda de terceiros, dos terrenos pertencentes às sesmarias de Luiz Peixoto da Silva, Marcos da Costa, Domingos Ribeiro Távora e Bernardo Soares Proença. Este último, responsável no século XVIII pela sesmaria da atual zona urbana de Petrópolis, que permitia uma nova alternativa para chegar às Minas Gerais (PLANO IMPERIAL, 2009).

Desse contexto, surge uma das principais fazendas da região, herdada pelo Padre Correa, a Fazenda dos Correias. Ela teve destaque devido à proximidade com o caminho que ligava a Minas Gerais, chegando a seu auge econômico com a produção de milho, arroz e pela fabricação de ferraduras para animais (DAIBERT, 2010).

Ainda de acordo com Daibert (2010), no ano de 1822, o Príncipe Regente, que posteriormente iria se tornar o Imperador Dom Pedro I, adquire uma propriedade na região pelo interesse de construir um novo palácio fora da cidade do Rio de Janeiro, em um local de clima mais ameno.

Somente em 1843, depois de sanadas as questões legais e financeiras, a Casa Imperial, instituição responsável pelas finanças da família imperial e palácios do imperador, assume a administração da fazenda do Córrego Seco, tendo como seu arrendatário e superintendente o major engenheiro Júlio Frederico Koeler (DAIBERT, 2010).

Cabia ao major separar um espaço para a construção do Palácio Imperial com suas respectivas dependências e demarcar o restante para abrigar um povoado aforado a particulares. Além disso, deveria pensar na edificação de uma igreja e de um cemitério. Todo esse plano urbanístico ficou conhecido ‘Plano Koeler’ (DAIBERT, 2010, p. 21-22).

Como forma de povoamento, foram adotadas duas medidas principais, uma seguia a lógica de doação de territórios para pessoas que tinham reconhecimento por prestarem

serviços relevantes para o Estado, a segunda medida propunha a criação de uma colônia agrícola que aproveitou os imigrantes alemães que trabalhavam na construção da estrada, mas também realizavam o plantio de hortas e construíam suas casas (DAIBERT, 2010).

Ainda de acordo com Daibert (2010), já na década de 1850, as obras de infraestrutura vão ficando prontas, os alemães continuavam chegando no país e o espaço urbano da cidade estava tomando moldes. Essas bases compõem não só as bases de investimento, mas também constroem alguns dos elementos característicos da cultura da cidade.

De acordo com o Plano Imperial (2009, p. 26)

[...] O êxito dessa comunidade alemã estimulou a colonização estrangeira. Tanto que a Lei provincial nº 56, de maio de 1840, concedeu um crédito quinquenal em parcelas de 60.000\$000, tendo o contrato com a Casa Charles Delrue, de Dunquerque, para a introdução de 600 casais de colonos.

Percebe-se que os diversos aspectos que representam a cultura da cidade não se limitam as estruturas físicas construídas desde sua criação, mas se encontram mescladas a diversos processos, como a imigração, responsáveis diretos na formação do município e sua organização.

Mais especificamente sobre as comunidades de colonos, o que se observa é sua representatividade na diversidade de fatores que compõem a cultura do local, presentes dentro das festas, religião, artesanato, arquitetura, gastronomia e diversos elementos que podem ser experimentados no cotidiano da cidade.

Das imigrações para a região, por apresentarem uma presença marcante na cultura local, podem se destacar a vinda dos colonos alemães, portugueses e também de italianos que fortaleceram a indústria de tecido e comércio (SOUZA, 2011).

Com relação aos colonos descendentes de alemães, Souza (2011, p 12), apresenta que as primeiras famílias são provenientes “de aldeias localizadas nos bispados de Treves e Mogúncia, na Renânia e Westphália, localizadas na confluência dos rios Reno e Mosel”. Sua principal motivação seria a de buscar novas oportunidades, devido as dificuldades de conseguir emprego na Europa no início do século XIX.

Era positiva a integração dos colonos com a localidade, o que resultou, no ano de 1844, na contratação de mais de 600 casais de colonos alemães, artesãos e operários, por parte do governo provincial (SOUZA, 2011). Já no ano de 1845 chegam no país 2338 imigrantes que iriam fazer parte da colônia agrícola de Petrópolis planejada por Koeler (TAULUIS, 2007).

Com referência aos imigrantes portugueses, faz-se relevante destacar com Rabaço (1985), a divisão dos estrangeiros que viviam no país em dois grupos principais, o primeiro de pessoas provenientes do continente, de maioria de comerciantes, e um segundo grupo advindo das ilhas dos açores, com um perfil de trabalhadores braçais ou agricultores.

Com o surgimento de oportunidades de trabalhar nas obras da Estrada da Serra da Estrela e dentro da construção do Palácio Imperial, além das novas possibilidades com o comércio na região, no ano de 1843, chega uma grande quantidade de açorianos na cidade (SOUZA, 2011).

Nas décadas de 1850 e 1860, ampliam-se os fluxos migratórios de trabalhadores para as obras da Estrada União Indústria e, de acordo com Rabaço (1985), foi um movimento que contribuiu para o estabelecimento de algumas comunidades portuguesas na região como a dos floricultores no Caxambu, a comunidade de São José do Rio Preto, as comunidades cafeeiras de Itaipava e Pedro do Rio.

No que se refere aos imigrantes franceses, Souza (2011), destaca a atuação dessas comunidades no que tange a área econômica e cultural, tendo alguns nomes de destaque na cidade, como o Conde d’eu que foi esposo da princesa Isabel e dono do palacete do

Quarteirão Francês, doutor Tomás Charbonier que foi médico e financiou a construção do Hotel Bragança e João Batista Olive que foi o fundador do Hotel de França.

Com referência aos imigrantes italianos, Souza (2011), identifica esse grupo como imigrantes livres, ou seja, sem encomenda de serviços ou sob contrato, com o intuito de se moverem para a região como uma oportunidade de desenvolvimento de negócios e criação dos filhos.

A partir de 1862, os primeiros grupos representantes napolitanos chegaram a Petrópolis ocupando o quarteirão da Siméria, Renânia Superior e na antiga Fazenda Quitandinha, dedicando-se a produção e comercialização do carvão vegetal” (SOUZA, 2011, p. 18).

Outro elemento marcante presente na cultura da cidade, além das influências das imigrações, se dá pela atuação aristocrática, com as ações do imperador e suas cortes que costumavam visitar a região durante o verão. Essa interação foi responsável pela modernização da cidade, com a construção da estrada de ferro, linhas de barcos a vapor e rodovias que seguiam os padrões de desenvolvimento do século XIX (PLANO IMPERIAL, 2009).

Os investimentos proporcionados pelo imperador, em conjunto a elementos, como a topografia e hidrografia que contribuíram no represamento de águas que funcionavam como abastecimento e fonte de energia, o próprio clima ameno que garantia um bom rendimento do trabalho na época de verão, a distância do mar que auxiliava na preservação do maquinário, assim como a localização próxima ao Rio de Janeiro que era ainda mais valorizada pelas vias de acesso, foram decisivos para o desenvolvimento industrial da cidade (PLANO IMPERIAL, 2009).

Inclusive, como aponta Daibert (2010), a proximidade com a monarquia se torna uma atração política da cidade, incentivando as pessoas de maior condição financeira a frequentarem a região, o que representou maior desenvolvimento para Petrópolis.

Com o passar do tempo, os políticos, diplomatas e pessoas mais abastadas da sociedade carioca escolhem Petrópolis não só como destino de veraneio, mas também como local de residência. Aos poucos, essas pessoas levantam os seus próprios palacetes e o tecido urbano petropolitano vai tomando nova forma. Com isso, a demanda por novos equipamentos urbanos para abrigar essa nova realidade foi inevitável (DAIBERT, 2010, p. 28).

Desenvolvimento que não se interrompeu mesmo após a proclamação da república e o exílio da família real. Para Daibert (2010), a cidade conseguiu manter nesse período uma importância tão grande quanto no período imperial, tendo em vista o crescimento da industrialização, além do forte vínculo com a atividade turística de veraneio.

Essa relevância política na região não é mantida apenas pela visita das elites e dos presidentes da república. O fato de ter se tornado a capital do estado do Rio de Janeiro nos anos de 1894 até 1903, após o rompimento com elementos que remetiam ao seu vínculo com o período do império, trouxe para a cidade novas formas de uso para seus monumentos históricos (DAIBERT, 2010).

Um bom exemplo, seria o Palácio do Rio Negro, edificado em 1889, que servia de residência para o senhor Manoel Gomes de Carvalho, mais conhecido como o Barão do Rio Negro, que, em 1904, torna-se a residência oficial de verão dos presidentes da república e, de acordo com Daibert (2010, p. 38), “[...] a mais forte representação simbólica da República na cidade de Pedro”.

Ainda de acordo com Daibert (2010, p. 38):

O Palácio Rio Negro serviu de moradia de veraneio a vários presidentes: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Eptácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luiz, Getúlio Vargas, Gaspar Dutra, Café Filho, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Costa e Silva. O freqüentador mais conhecido do Palácio foi o Presidente Getúlio Vargas, que durante os 18 anos de presidência passou todos os verões na cidade.

Também se faz relevante destacar a mudança, após vinte dias da Proclamação da República, de vários logradouros da cidade que faziam alusão aos membros da família imperial por datas históricas, através de um ato aprovado pela Câmara Municipal de Petrópolis (DAIBERT, 2010).

Como se pode perceber, as questões políticas e culturais presentes na história de Petrópolis demonstram como as constantes transformações presentes nas dinâmicas sociais estão diretamente ligadas ao desenvolvimento espacial da localidade.

Essa relação se dá, inclusive, no modo como se percebe e usa o patrimônio da cidade, além dos impactos gerados no modo de viver da sociedade e na economia, tendo o turismo como um fator relevante desde os momentos mais antigos de sua história.

3.2 A Gestão do Patrimônio Cultural em Petrópolis e o Turismo: a busca por resultados sociais, políticos, culturais e econômicos

Ao analisar o Plano Municipal de Cultura (PMC) do município de Petrópolis, por meio da proposta de setembro de 2010, e a legislação municipal referente a temática, pode-se identificar algumas questões que envolvem a gestão da cultura, do patrimônio da cidade, o envolvimento da população local e o turismo.

Primeiramente, é relevante apontar que o PMC faz parte do Sistema Municipal de Cultura (SMC) instituído pela Lei número 6806, de 27 de dezembro de 2010. De acordo com seu artigo primeiro, procura proporcionar condições de cidadania cultural para os moradores do município, estabelecer novos mecanismos para a gestão pública das políticas culturais e favorecer a participação social dos segmentos que são atuantes no meio cultural (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

Sua funcionalidade, de acordo com os artigos 26 e 27, é servir como instrumento de planejamento para as políticas culturais dentro do município de Petrópolis. Desta forma, o PMC foi elaborado em duas etapas, uma dedicada à análise e ao diagnóstico com relação à parte artística e cultural, e a segunda, para a definição de projetos, propostas e diretrizes que atendam as demandas e cumpram as políticas da área cultural (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

O Plano Municipal de Cultura segue, de acordo com sua proposta final (PROPOSTA PMC, 2010), o objetivo de pensar as políticas culturais dentro de três dimensões: simbólica, econômica e cidadã. Este contexto se reporta ao Ministério da Cultura (MinC), no período de gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, os quais teriam transformado as práticas antigas de trabalhar as ações na área da cultura.

Essas características procuram coerência com a política federal de cultura, ao considerar as propostas da Agenda 21 da cultura e a convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (PROPOSTA PMC, 2010).

Ambas as referências auxiliam no entendimento do que representa política cultural para a cidade e dão indícios da crescente importância da gestão do Patrimônio Cultural na busca pela segurança da diversidade cultural e desenvolvimento humano.

Sobre a Agenda 21 da cultura, que se caracteriza como um documento aprovado em 2004 na cidade de Barcelona e adotado pela Organização Mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), busca por um maior compromisso, por parte de várias cidades e governos do mundo, com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, democracia participativa e a paz (PROPOSTA PMC, 2010).

As principais ideias, que compõem a Agenda 21, demonstram o que se espera da gestão da cultura e suas implicações para com o patrimônio e para a sociedade (PROPOSTA DO PMC, 2010, p. 5-6):

- A diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade;
- A cultura e o meio ambiente são bens comuns da humanidade;
- Os governos locais reconhecem que os direitos culturais são indissociáveis dos direitos humanos e que a liberdade cultural é essencial para a democracia;
- Os governos locais são porta vozes da cidadania mundial;
- A paz mundial deve caminhar juntamente com as estratégias de desenvolvimento cultural; a guerra, o terrorismo, a opressão e a discriminação são expressões de intolerância que devem ser condenadas e erradicadas;
- O Patrimônio Cultural tangível (material, arquitetônico, etc.) e intangível (imaterial) são testemunhos da vida, criatividade e identidade dos povos e, diante disto, devem ser descartadas quaisquer imposições de padrões culturais rígidos;
- As políticas culturais devem equilibrar os interesses públicos e privados, vocação pública e institucionalização da cultura, nem primando pela excessiva institucionalização, nem pela valorização só do aspecto mercadológico;
- O acesso aos bens culturais deve ser para todos, independentemente de gênero, etnia, faixa etária, etc. e a identidade cultural do indivíduo é dinâmica e não estática, mesmo que represente as suas referências históricas, geográficas, sociais, etc.

Considerando tais ideais, destaca-se o quanto o papel da cultura no século XXI está associado à sua capacidade de interferir positivamente no desenvolvimento da humanidade, fortalecendo projetos e políticas que visem benefícios na esfera social e econômica, inclusive na cidade de Petrópolis.

No documento criado pela rede de organizações governamentais, não governamentais e de atores culturais globais, que enaltece o papel da cultura como elemento capaz de fomentar o desenvolvimento, intitulado *Culture as a Goal in the Post-2015 Development Agenda*, existe o desejo político dentro da comunidade internacional para se trabalhar a cultura de maneira integrada (POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA, 2016).

Ainda de acordo com o documento, o foco seria utilizar os recursos culturais como o patrimônio tangível e intangível, artes, expressões culturais, dentre outros fatores, como meio de desenvolvimento para as pessoas e as comunidades (POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA, 2016).

Tal pensamento se faria válido por atribuir à cultura, de maneira geral, o papel de “[...] condutora e uma precursora do desenvolvimento sustentável!” (POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA, 2016, p. 3, tradução nossa). Portanto, na atualidade, desloca-se para o trabalho com a cultura a possibilidade de gerar os elementos necessários para compensar as principais carências da sociedade e da economia.

Yúdice (2013) alerta para tal circunstância, já que considera tal perspectiva como fonte de instrumentalização da arte e da cultura. Para ele, o discurso desenvolvimentista visa fortalecer o imperativo comercial da sociedade contemporânea.

Hoje em dia é quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais, como na criação de tolerância multicultural e participação cívica através de defesas como as da UNESCO pela cidadania cultural e por direitos culturais, ora para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano e a concomitante proliferação de museus para o turismo cultural, culminados pelo crescente número de franquias de Guggenheim (YÚDICE, 2013, p. 27).

Apesar da visão mais instrumental sobre o papel da cultura na modernidade, é elencado que não se pode abstrair sua essência. “Se a cultura é para ser usada como um importante recurso para o desenvolvimento, nós também precisamos estar atentos para seu valor intrínseco e proteger e garantir que a cultura floresça como um desejável fim em si mesma” (POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA, 2016, p.7, tradução nossa).

Essa visão comporia a ideia de um trabalho sustentável dentro da área da cultura como forma dinâmica de estimular atitudes para além do que se espera com o desenvolvimento, mas também estimular a preservação, renovação e transmissão dos recursos culturais para as futuras gerações (POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA, 2016).

Dessa maneira, os trabalhos dentro da área da cultura são dotados de ações com ambas as perspectivas, levando a formas de condução que implicam as duas tendências de pensamento.

São por essas razões que o formato de gestão das políticas culturais passa a compor os interesses dos projetos criados dentro do município e muda a dinâmica de ações presente na localidade que seria de atender aos interesses de uma política de balcão (PROPOSTA PMC, 2010).

Anteriormente, a exemplo do que ocorria em muitas outras cidades, Petrópolis mantinha uma prática pautada no atendimento das demandas dos grupos culturais e do próprio governo e sociedade por eventos, basicamente convidando atrações externas. Este modelo, em alguns casos, trazia resultados imediatos de visibilidade para a cidade – mas atendia e satisfazia apenas poucos artistas e produtores locais. Era a chamada ‘política de balcão’, que no geral, oferecia péssimos resultados, no que tange à continuidade (PROPOSTA PMC, 2010, p. 1).

Lidar com o patrimônio implica na perspectiva de transformação, o que resulta na adaptação de locais de patrimônio para novos usos, na busca por funções adequadas para a sua manutenção e relevância dentro da sociedade (UNESCO, 2016).

Cresce, do mesmo modo, a exigência com relação a capacidade de interferir dentro do processo de decisões, proveniente dos agentes envolvidos em sua gestão (UNESCO, 2016). Sejam elas referentes ao nível de exigência nas tomadas de decisões, como também na abrangência de seus produtos e efeitos esperados.

Os resultados inerentes a esse novo formato de gestão patrimonial, podem impactar tanto o patrimônio em si, quanto a causar transformações no que se refere a seu significado.

Por essas razões, de acordo com a UNESCO (2016), se observa nos últimos cinquenta anos uma ampliação na definição de patrimônio, tratando o ambiente como um todo a ser reconhecido como tal e não apenas monumentos individuais e específicos.

O patrimônio urbano pode abranger a totalidade de uma cidade histórica, ou segmentos de uma cidade pós-industrial (na grande metrópole), que guarda no território ou em seu interior as marcas do passado com quarteirões, bairros, ou mesmo um agrupamento de edifícios enquanto testemunhos paisagísticos de dadas gerações. Então, é a cidade toda entendida como um patrimônio em construção-desconstrução; guarda fragmentos patrimoniais que, institucionalizados, se quer que reverberem a história em instituição (SCARLATO E COSTA, 2013, p.17).

Dessa forma, Scarlato e Costa (2013, p. 16) apontam que “o esforço deve ser no sentido de pensamentos e práticas sobre o patrimônio que o reconheça como elemento que guarda a complexidade de nossa existência histórica e memorial, ante contradições e identidades em trânsito”.

Considerar o espaço como um todo é um desses caminhos, tendo em vista que “seus arredores passaram a ser vistos tanto como ambientes físicos e também como espaços passíveis de ameaças e oportunidades sociais, econômicas e ambientais” (UNESCO, 2016, p.15).

O envolvimento da sociedade é outro elemento característico dentro do trabalho com o Patrimônio Cultural, o que ressalta sua importância no cotidiano dos indivíduos, além da importância da participação da população dentro dos processos de decisão. Segundo a UNESCO (2016, p. 25)

As comunidades estão cada vez mais envolvidas com seu patrimônio. Os bens culturais exercem importantes funções econômicas e sociais e algumas comunidades mantem fortes laços com eles, que constituem expressões de valores materiais e imateriais. Muitos patrimônios culturais continuam a ser usados para seu propósito original. Locais de culto, propriedades residenciais, paisagens culturais ou instituições de vários tipos são alguns exemplos.

Portanto, a participação da sociedade civil se torna um ponto relevante quando se deseja que os monumentos históricos não sejam pensados como um mero destaque parado no tempo, mas como verdadeira representação de partes do todo.

Tal característica está presente na ideia do Conselho e na Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, que possui a intenção de possibilitar que as políticas culturais do patrimônio da cidade estejam envolvidas nas dinâmicas sociais e presentes nos objetivos dos projetos que procuram implementar a cultura para o desenvolvimento local.

O Conselho Municipal de Cultura (CMC), que compõe o SMC, é um elemento desse novo modelo, o órgão é composto pelo Poder Público e Sociedade Civil de maneira a institucionalizar essa relação, contribuir para a execução das políticas culturais do município e assessorar tanto a prefeitura quanto a Fundação de Cultura e Turismo, por seu caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

Também se faz interessante abordar a própria Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis (FCTP) que é parte integrante do SMC e funciona como órgão da administração indireta do município, responsável pela elaboração e execução dos programas culturais da cidade (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

Portanto, ao considerar a crescente complexidade que tange a temática do patrimônio, o envolvimento e engajamento da população dentro dos processos de gestão são atitudes cada vez mais presentes, pois auxiliam na criação de ações que considerem o patrimônio em conjunto com as contradições de espaço, ou seja, sua relação com a sociedade, funções, além da interferência que neles se ocasionam.

São essas as bases para a construção do PMC (2010), que teve seu processo de elaboração iniciado após a decisão da primeira I Conferência Municipal de Cultura no ano de 2009. Para sua construção, foi proposto um diagnóstico, em parceria com a fundação e a comunidade local, que identificou as demandas e carências da área cultural.

Por meio de 45 reuniões de grupos temáticos, tendo como base um conjunto de 150 questões comuns para todos os grupos estabelecidos na II Conferência Nacional de Cultura do MinC, foram identificadas as demandas e as carências da área cultural, assim como as situações problemas (PROPOSTA PMC, 2010).

Ainda seguindo as informações da proposta do PMC (2010), as questões envolviam elementos como a profissionalização do segmento, diversidade de manifestações artísticas e culturais, inserção cultural e social de jovens, idosos e outros segmentos, relações entre cultura e turismo, integração cultural de toda a cidade e não apenas do centro histórico, legislação para patrimônio, benefícios fiscais, dentre outras demandas.

Pontos trabalhados pela sociedade em conjunto com os eixos temáticos da II Conferência Nacional de Cultura, também contemplados na I Conferência Municipal de Cultura de Petrópolis e I Conferência Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (PROPOSTA PMC, 2010).

A UNESCO (2016) indica que a velocidade crescente da modernização e a escala das mudanças sociais amplia a importância do patrimônio para as sociedades, seja pelo sentimento de pertencimento e segurança, seja pelo seu papel no que tange as questões de identidade, por possibilitar o estudo do passado, dentre outros fatores

Essa ampliação do conceito patrimonial, conseqüentemente, expande a quantidade de locais e estruturas a serem considerados como tal, tornando ainda mais complexo o campo do patrimônio.

Some-se a isso o escopo cada vez maior do que pode ser considerado patrimônio, incluindo, por exemplo, paisagens inteiras, centros urbanos, antigos estabelecimentos industriais e militares, além dos bens que são tradicionalmente considerados patrimônios, como sítios arqueológicos, ruínas e grandes edifícios (UNESCO, 2016, p. 26).

Talvez, por essa razão, justifique-se a alocação do Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo no mesmo sub-eixo pertencente ao eixo maior de Cultura e Desenvolvimento Sustentável (PROPOSTA PMC, 2010).

Para Scarlato e Costa (2013), quando se pensa em Patrimônio Cultural, não se deve ignorar a relação deste com a cidade, tendo em vista a importância de se considerar as dinâmicas, transformações e contradições existentes dentro de seu envolvimento com o espaço, ou seja, é necessário que se analise a totalidade de sua realidade.

É justamente essa a pretensão do sub-eixo Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo, resumido na intenção de implementar políticas de sustentabilidade ambiental, ao agregar o turismo e cultura a este processo, na busca por superar as desconfianças mútuas entre os três setores (PROPOSTA PMC, 2010).

Nesse panorama, já é possível observar como a cultura é percebida dentro da ideia de recurso capaz de atrair investimentos, catalisar desenvolvimento humano e gerar renda por meio da relação com outros setores, como no caso do turismo (YÚDICE, 2004).

Inclusive os eixos temáticos que serviram de base para discussão e concepção do diagnóstico estão alinhados com o aspecto de desenvolvimento social atrelados a cultura e seus benefícios, sendo eles: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cultura, Cidade e Cidadania; Cultura e Desenvolvimento Sustentável; Cultura e Economia Criativa; Gestão e Institucionalidade da Cultura (PROPOSTA PMC, 2010).

Mais especificamente no diagnóstico referente ao segmento Patrimônio e Museologia, foi destacada a necessidade para um inventário de bens simbólicos em nível municipal, tendo em vista o desconhecimento da diversidade e o reconhecimento do real significado dos bens simbólicos que não possuem difusão, como no caso dos de natureza imaterial (PROPOSTA PMC, 2010).

Tais avaliações são coerentes com os objetivos elencados no documento *Culture as a Goal in the Post-2015 Development Agenda* (2016), mais especificamente o sétimo objetivo que delimita como esforço positivo para as localidades:

A elaboração de estruturas e planos de ação para identificar, proteger e utilizar de forma sustentável o patrimônio tangível e intangível, considerando todos as suas formas e diversidade. O uso do patrimônio tangível e intangível constitui um importante sustento e recurso para muitas pessoas e comunidades, através do conhecimento, linguagem, trabalhos manuais, agricultura, segurança alimentar e culinária, medicina tradicional, paisagem, turismo e especificidade de produtos locais, dentre outras coisas. As estruturas e planos de ação devem prover um mecanismo comum de 'avaliação de impacto cultural' para ser utilizado nos processos de urbanização e focar para as melhorias da qualidade cultural dos espaços públicos (*CULTURE AS A GOAL IN THE POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA*, 2016, p. 9, tradução nossa).

Portanto, o que fica cada vez mais evidente é o interesse em preservar o bem cultural, porém, criando formas de, por meio dele, alcançar o desenvolvimento social e econômico da localidade, até mesmo como forma de ampliar a competitividade considerando suas características intrínsecas. Essa característica denota a característica de proximidade com a atividade turística.

Dessa forma, parece natural que a influência da atividade turística ganhe espaço dentro das ações governamentais e entre os interesses dos agentes envolvidos na elaboração das políticas públicas de cultura.

A busca por competitividade dos municípios se apresenta como um exemplo da influência do turismo dentro do trabalho dos gestores públicos com o bem cultural, sobretudo com o patrimônio e seu potencial de gerar atratividade.

Os índices de Competitividade do Turismo Nacional, do ano de 2014, relatório que visa medir a efetividade das políticas nacionais voltadas para o turismo, a fim de orientar a gestão pública de cada município em como desenvolver, promover e comercializar seus produtos turísticos (RELATÓRIO BRASIL, 2014), apresenta o quão relacionado está a gestão do Patrimônio Cultural com a atividade turística no país.

O relatório aborda que, apesar da sexta maior economia mundial do turismo, no Brasil, o setor carece de ampliação de seu papel na geração de riquezas, empregos e divisas, atualmente incompatíveis com o potencial existente. Os caminhos para alcançar esse objetivo rondam na diversificação da oferta turística e na qualidade dos serviços prestados, ações que devem ser priorizadas pelos representantes estaduais e municipais (RELATÓRIO BRASIL, 2014).

Ao observar as motivações que realizam a aproximação do turismo com a gestão do Patrimônio Cultural, se torna relevante destacar a metodologia que guia o relatório. O foco do trabalho está relacionado a noção de eficiência, direcionada aos recursos presentes no destino, ou seja, os elementos gerenciáveis capazes de oferecer meios de implementar estratégias (RELATÓRIO BRASIL, 2014).

Como existe preocupação com a competitividade, adota-se a teoria das Capacidades Dinâmicas como forma de ressaltar o papel da gestão estratégica, no intuito de habilitar a

administração pública de um destino a se autoanalisar, possibilitando o planejamento e o desenvolvimento de vantagens competitivas (RELATÓRIO BRASIL, 2014).

Sendo assim, gerar atratividade nos recursos presentes no município, representa uma oportunidade para a administração pública atender as demandas do desenvolvimento social e econômico através do turismo.

Quando se observam as dimensões analisadas pelo relatório, uma delas faz menção diretamente aos aspectos culturais e sua importância para o desenvolvimento (RELATÓRIO BRASIL, 2014). O Desempenho da dimensão dos aspectos culturais se apresenta entre os que mais cresceram, demonstrando sua importância para a administração pública.

No relatório, justifica-se a busca pelo produto cultural, pela necessidade dos indivíduos de confrontarem suas origens, com a realidade econômica da atualidade, tornando a cultura um objeto da administração pública para que se estudem os movimentos de uma determinada coletividade (RELATÓRIO BRASIL, 2014).

Mais uma vez, para os destinos indutores, turismo e cultura são elementos trabalhados em conjunto pela administração pública tendo em vista os benefícios que podem trazer para as localidades.

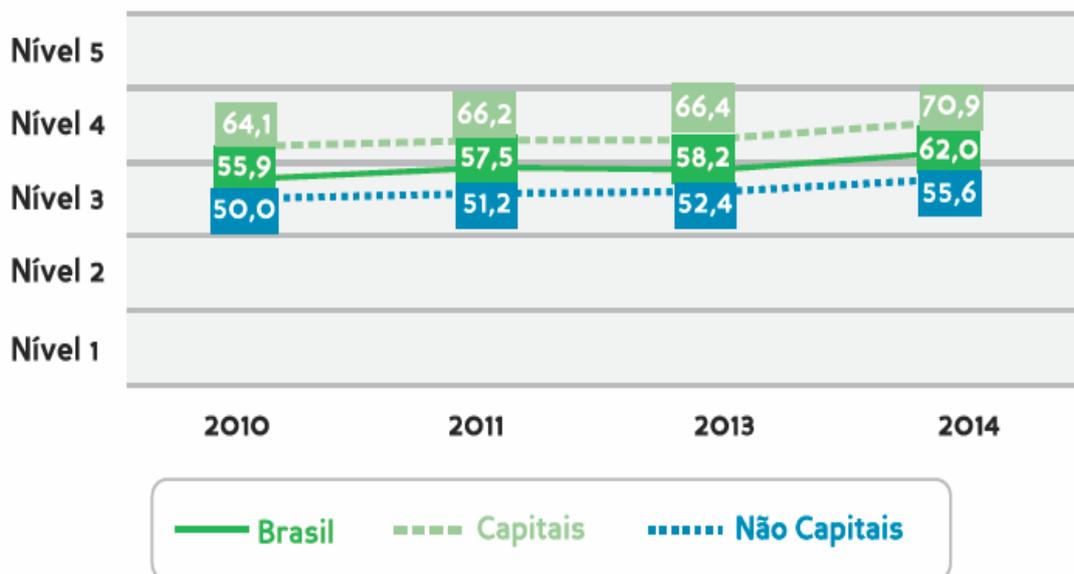
O fator cultural é relevante para a competitividade no turismo, por conta da característica multifuncional, já que atua como atrativo para diversos nichos, contribuindo para o desenvolvimento local e inserindo-se diretamente nos interesses da gestão pública. Além disso, é produto característico do turismo brasileiro, gerador de empregos e promotor do patrimônio histórico (RELATÓRIO BRASIL, 2014, p.78).

O patrimônio histórico-cultural no relatório considera os elementos relacionados com o aspecto material como os bens, obras, edificações e conjuntos urbanos, da mesma forma que o aspecto imaterial, compreendendo conhecimentos, processos e rituais presentes nos destinos pesquisados (RELATÓRIO BRASIL, 2014).

Também procura o reconhecimento da estrutura municipal que apoia e administra o desenvolvimento da cultura dentro do município, primeiramente analisando o órgão responsável pela gestão, como também a própria política cultural e o plano municipal de cultura (RELATÓRIO BRASIL, 2014).

Portanto, a necessidade de se fazer um turismo forte traz implicações diretas nas políticas de gestão do patrimônio, questão que apresenta crescimento constante no cenário brasileiro, como pode ser observado no gráfico a seguir.

FIGURA 1 - RESULTADOS DOS ASPECTOS CULTURAIS PARA BRASIL, CAPITAIS E NÃO CAPITAIS DE 2010 A 2014



FONTE: FGV/MTur/Sebrae, 2014, p. 42

No caso de Petrópolis, a estrutura municipal é um exemplo de como funciona a dinâmica de um município interessado diretamente no sucesso do par Cultura e Turismo.

As duas áreas têm a missão de pensar em políticas conjuntas, através de seus respectivos conselhos municipais, CMC e COMTUR e com o suporte da FCTP. Desta forma, entendendo as especificidades e objetivos de cada uma, poderão aproveitar este potencial, com benefícios claros para ambas e conseqüentemente para a municipalidade (PLANO PMC, 2010, p. 28).

Também é relevante destacar a exigência de um trabalho de sensibilização patrimonial para a população local, visto terem identificado uma baixa consciência da valorização do patrimônio pelos cidadãos e baixo índice de apropriação da história da cidade (PROPOSTA PMC, 2010).

Tem-se, portanto, uma visão de gestão das políticas culturais em Petrópolis, alinhadas com as perspectivas desenvolvimentistas, tanto no que se espera de benefícios diretos ligados a economia do município, quanto a conscientização da população local da importância dos elementos intrínsecos de seu patrimônio.

Tendo em vista essas características expostas dentro do PMC, se faz interessante caracterizar o objeto de pesquisa, o Circuito de Capelas e Igrejas, na tentativa de observar dentro de sua estrutura os elementos que conferem ao projeto sua importância dentro da política cultural da região.

Também se faz relevante pelo fato de caracterizar a visão que essa política cultural da cidade implica no uso do patrimônio religioso de Petrópolis e a que ponto a lógica do turismo vem se fazendo presente

3.3 Políticas Culturais, Preservação e Conservação do Patrimônio e a abordagem sobre o Circuito de Capelas e Igrejas em Petrópolis

Tendo em vista a problemática que envolve o campo da política cultural no Brasil, principalmente quando se considera o planejamento das cidades, assim como as influências da aproximação, cada vez maior, de atividades que utilizam da cultura como fonte de captação de recursos e desenvolvimento, torna-se necessário pensar de que forma essas políticas podem contribuir para melhorias da realidade das pessoas envolvidas.

O turismo é um fenômeno sociocultural e econômico que representa uma atividade criadora de impactos positivos na economia local, com a criação de recursos e oportunidades de negócios, trabalho e renda, da mesma maneira que oferece riscos de danos à natureza e à identidade local (FREIRE E PEREIRA, 2005).

De acordo com Doia Freire e Lígia Pereira (2005), este setor da economia é o que mais se expandiu nas últimas décadas do século XX e passou por grandes transformações, com um mercado que se diversifica de acordo com as oportunidades do mundo moderno.

Segundo as autoras, uma viagem pode ser melhor aproveitada, tanto cultural quanto turisticamente, se a localidade oferecer atrativos dessa natureza e envolver a comunidade, responsável pelo papel de anfitriã, assim como de protetora de seu patrimônio (FREIRE E PEREIRA, 2005).

O município de Petrópolis é um caso interessante para a pesquisa na área das políticas públicas de cultura, principalmente por se tratar de uma cidade turística relacionada ao segmento do turismo cultural, e depender, em parte, economicamente dos resultados que a atividade consegue prospectar a partir do uso de seu patrimônio, visto que “Petrópolis registra uma população flutuante de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) visitantes/ano e 600.000 (seiscentos mil) turistas, com uma frequência média 34.615 pessoas por semana” (PLANO IMPERIAL, 2009, 39).

Mais especificamente, faz-se interessante a discussão das peculiaridades do roteiro de Capelas e Igrejas de Petrópolis, visto apresentar complexidades que envolvem a análise das políticas culturais e seus direcionamentos no uso do patrimônio.

Choay (2006) apresenta que a mudança de mentalidade no século XIX, que enquadra a percepção do esgotamento irremediável das antiguidades, assim como o fato dos viajantes curiosos não possuírem conhecimento técnico, criou uma nova importância para o monumento histórico.

Análise essa que, seguindo os apontamentos de Falcão (1984), necessita de um olhar crítico para a visão dominante, como forma de contextualizar o processo de decisões da política pública e identificar se o que foi decidido supera, conflita ou apenas corrobora com o que vem sendo implementado historicamente.

O patrimônio religioso que está envolvido na ideia de um dos circuitos que compõem a gama de atrativos culturais no município, apresenta-se na tentativa de explorar um conjunto arquitetônico religioso que remonta heranças culturais do século XIX, referentes à tradição local de homenagear os padroeiros de devoção das famílias que ali viviam nesse período (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016). Em uma análise rápida do que se propõe nos documentos que apresentam o circuito, denota-se uma mistura do desejo de difusão da cultura local com a perspectiva de preservação daquilo que é valioso para a cidade.

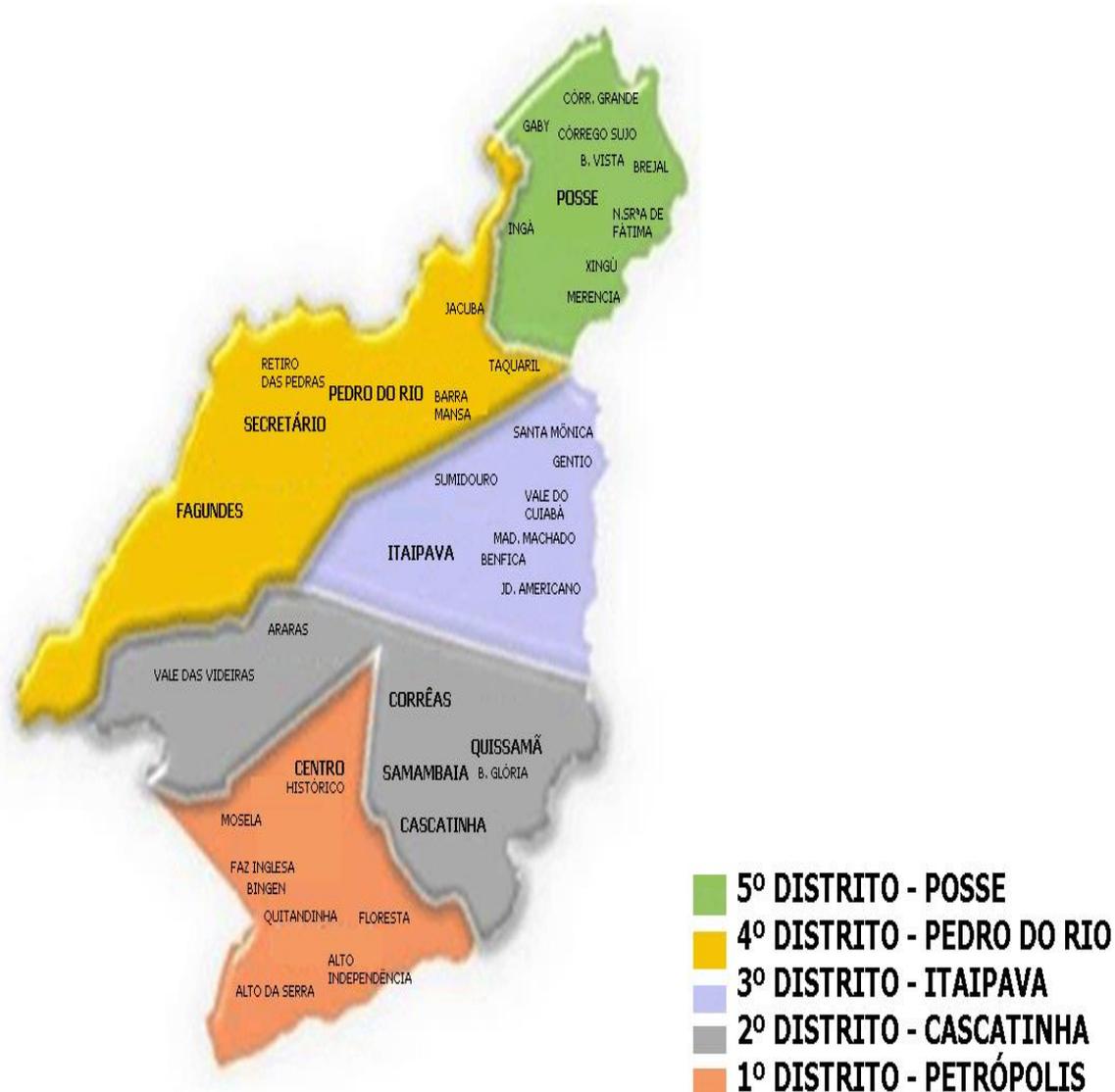
Tendo em vista tais informações, são apresentados os monumentos selecionados pela Fundação Municipal de Cultura e turismo para compor a ideia do Circuito, que compreendem as capelas e igrejas que fazem parte do interesse municipal pela sua importância arquitetônica,

histórica, capacidade de visitação, em resumo, seu potencial turístico e que ajude na promoção dessa característica da cultura local (informação verbal)³.

Primeiramente, torna-se relevante destacar como se distribuem as capelas e igrejas do circuito no território municipal. A composição destes monumentos, estão majoritariamente alocadas no distrito Petrópolis, um dos cinco distritos que dividem o município.

³ Entrevista concedida por Carvalho, Evany Rita Noel. Entrevista I. [dez. 2016]. Entrevistador: Matheus de Castro Pereira Souza. Rio de Janeiro. 2016. 1 arquivo .mp3 (52 min.).

FIGURA 2 - DIVISÃO DOS DISTRITOS DE PETRÓPOLIS



FONTE: Hispanocarioca, Roteiro de Compras, 2016.

No site da Fundação são indicadas oito capelas e igrejas capazes de demonstrar a história, arte e arquitetura da região, da mesma maneira que justificar a vocação para o turismo religioso em Petrópolis. O Circuito é, portanto, um conjunto de informações diretas na tentativa de promover, sem muita riqueza de detalhes, as oito capelas e igrejas capazes de receber visitação e criar uma oferta de turismo religioso.

A primeira capela que compõe a lista é a de Nossa Senhora do Sion que fica localizada no prédio da Universidade Católica de Petrópolis. Sua construção é inspirada na Capela da Congregação de Nossa Senhora de Sion em Paris e seu engenheiro, Heitor da Silva Costa, é famoso por ser responsável pela construção do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO, 2016).

Ainda de acordo com a Fundação de Cultura e Turismo (2016), sua construção data entre 1914 e 1922 e segue o estilo renascentista. Sua localização se encontra na Rua Benjamin Constant, 213. Centro – Petrópolis, com visitas abertas para o público de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h e das 17h às 21h.

A Igreja Consagrada Imaculada Conceição também é incluída no circuito, que fica localizada dentro do Mosteiro da Virgem que abriga desde 1937 a comunidade contemplativa de beneditinas, foi inaugurada em 1989 e nela, diariamente, acontecem missas e orações abertas para o público (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO, 2016).

Ela foi projetada pelo arquiteto Cláudio Pastro, em estilo moderno, destacando-se algumas obras de arte sacra como a pintura de um painel atrás do altar, na figura de Jesus Cristo Glorioso (9 metros de altura e 4 metros de largura), uma estátua de bronze da Virgem Maria com as mãos para cima, que alude a “Igreja Orante” (medindo 1,20 metros), a Menorah, que simboliza a presença plena do senhor, um altar e o coro monástico, reservado apenas para as irmãs, para a realização dos ofícios divinos e o coral de canto gregoriano. Por fim, a capela abrigando a Santíssimo Sacramento feito de bronze e latão (MOSTEIRO DA VIRGEM, 2011, p. 1).

Segundo o Mosteiro da Virgem (2011), ainda na parte inferior do altar, que se localiza em uma parte externa da igreja, encontra-se o cemitério das irmãs que faz parte ao “Coro Celestial”, mantendo-as eternamente presentes durante as orações e celebrações. Seu endereço é na Avenida Ipiranga, 555. Centro- Petrópolis. Com visitas das 7h às 18h (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela Nossa Senhora Auxiliadora é destacada no circuito como símbolo de devoção dos colonos alemães em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1901, passando por algumas alterações em 1919 (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Ela é localizada no Convento dos Franciscanos na Rua Doutor Paulo Herve, 1539. Bingen – Petrópolis. A visitação se dá mediante a agendamento, sendo a celebração das missas aos domingos, 8h (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela de Nossa Senhora de Fátima, também conhecida como Trono de Fátima, é ressaltada no roteiro por permitir uma visão panorâmica da cidade de Petrópolis, assim como por possuir uma estátua de Nossa Senhora de Fátima com sete metros de altura (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016). Sua localização está na Rua Bispo Dom José em Valparaíso, Petrópolis. As visitas ocorrem diariamente das 8h às 18h com a possibilidade de participar de procissões todo dia 13 (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela de Nossa Senhora do Amparo, localizada no prédio da Congregação de mesmo nome, dedica à educação de crianças órfãs e pobres do município, foi construída entre 1868 e 1883 e se destaca por apresentar um altar trazido da Alemanha com imagens da Padroeira, São José e São João Evangelista (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Sua localização está na Avenida Roberto Silveira, 150. Centro – Petrópolis, com visitas somente nos horários de Missas que ocorrem tanto nas segundas quanto nas sextas às 17h45 e aos domingos, às 8h (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Também se registra no Circuito a Igreja de Santa Catarina, construída em estilo gótico em 1921, localizada no colégio pertencente a Congregação das Irmãs de Santa Catarina que há quase 113 anos se dedica à educação de milhares de crianças e jovens (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016). Seus destaques são para as 14 imagens representando a via sacra, a mesa de comunhão em mármore branco e adornos em bronze, com símbolos próprios do cristianismo. A disponibilidade de visitação é apenas com agendamento e sua localização está na Rua Montecaseros, 288. Centro – Petrópolis (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela Nossa Senhora das Graças fica no interior do colégio Santa Isabel, sob direção das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, foi inaugurada em 1864 e possui como características pinturas folheadas a ouro, imagens vindas da França e teve como patrona, à época da fundação, a Princesa Isabel (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Sua localização está na Rua Imperador, 689. Centro – Petrópolis. A visitação ocorre no horário das missas que ocorrem de segundas as sextas-feiras às 18h20; sábados, às 17h e domingos, às 9h30 (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A última Capela disposta no circuito é a de Santo Antônio, que se localiza na fazenda Samabaia, na Estrada da Samambaia, 138, no distrito de Samambaia – Petrópolis. Com um altar em estilo barroco, configura a primeira capela oficial do município, reconhecida e catalogada pelo circuito (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

Sua visitação ocorre aos sábados, domingos e feriados, das 10h às 18h, sendo cobrado ingresso de quatro reais⁴, equivalente a entrada na fazenda. Também fica aberta para visitas durante a semana no caso de reserva de grupos acima de 15 pessoas (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

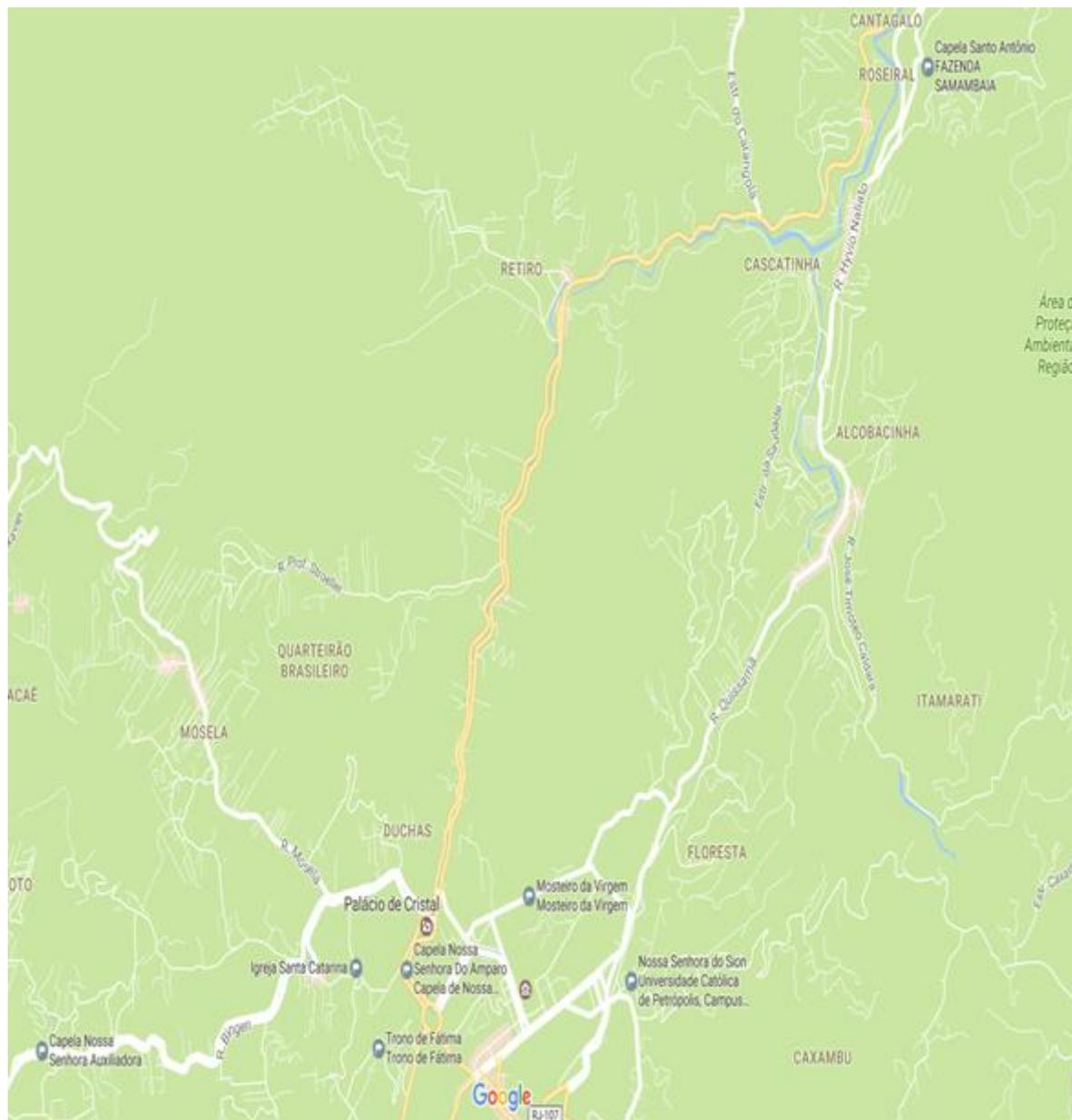
Tendo em vista a estrutura que configura o circuito de Capelas e Igrejas de Petrópolis, percebe-se alguns elementos que fazem parte de todo esse processo do pensamento com relação ao monumento histórico, a cidade e também a influência da atividade turística, trabalhada no cenário político brasileiro.

Foi confeccionado um mapa para melhor visualização dessa distribuição realizada pelo circuito. Percebe-se uma concentração de quase a totalidade das igrejas no distrito de Petrópolis, mais precisamente no seu centro histórico e apenas a capela de Santo Antônio está presente em um Distrito distinto.

Tal estratégia foi seguindo uma lógica de apresentar as igrejas com maior capacidade de recepção de visitas, contudo, realizar o circuito requer um planejamento prévio, em que algumas das localidades necessitam de agendamento ou só apresentam disponibilidade em horários de missa.

⁴ Mês de Novembro de 2016

FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS CAPELAS E IGREJAS PELO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS



FONTE: Arquivo pessoal, 2017.

Tais elementos fazem parte do processo existente dentro do Município de Petrópolis e influenciam nos resultados analisados nesse trabalho. A gestão desse patrimônio perpassa por características visíveis da interação dialética entre Turismo e valorização do Patrimônio Cultural, sendo consideradas no tópico a seguir.

4. PERCEPÇÕES ACERCA DA GESTÃO DO CIRCUITO DE CAPELAS E IGREJAS NA DINÂMICA DO TURISMO E POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PETRÓPOLIS

4.1. A dualidade entre Valorização do Patrimônio Cultural em perspectiva a ação de Promoção do município: uma questão de mercado turístico.

Pelo que se observa dos elementos levantados durante esse estudo, a produção da política cultural e de turismo destinada ao patrimônio religioso evidenciada pelo Circuito de Capelas e Igrejas, apresenta as marcas da relação entre a iniciativa pública e privada, na busca por um entendimento conjunto de como valorizar o Patrimônio Cultural e operacionalizar a atividade turística.

Mais especificamente sobre a política cultural, como forma de nortear o que se percebeu sobre suas características principais, Souza e Moraes (2012. p. 4) apresentam que:

Tais instrumentos revelam-se como intervenções do Estado, executadas pelo Poder Executivo e justificadas como de interesse público; em nível administrativo local são deliberadas ou consultadas, por vezes, em Conselhos Municipais de Patrimônio. Essas medidas mobilizam forças sociais na tentativa de garantir a continuidade do patrimônio no tempo, e tendem a assegurar a manutenção permanente através de ações (de conservação ou restauração) que atentam à especificidade de cada bem patrimonial, seja ele de natureza tangível ou intangível, cultural ou natural. E para tanto demanda a mobilização de meios – com destaque para os instrumentos jurídicos, tais como leis, decretos, resoluções e deliberações normativas – à disposição de atores políticos.

Como se encontra no texto base para o Circuito, presente no site da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis (2016), a valorização das tradições locais e do patrimônio religioso do município é um elemento pretendido pela criação do roteiro, além da geração de uma demanda para o turismo religioso no município.

A questão da valorização, como apresentado por Choay (2006), caracteriza-se como uma expressão chave, na qual se espera uma posição de destaque para o Patrimônio Cultural, além de contribuir para uma instabilidade por sua propriedade ambígua.

Ambiguidade esta que pode ser expressa de muitas formas, como destacado por Choay (2006), em que o valor de produto econômico passa a ser projetado para o Patrimônio Cultural, transformando ele em muitos formatos diferentes daquele que se espera de sua preservação.

Assim como para o patrimônio histórico, a cidade histórica também se vê envolvida nesse processo de valorização ambígua, em que as imagens vinculadas a cultura que se deseja consumir ganham mais relevância do que o todo.

O processo de operação do Circuito, evidenciado na entrevista e pela análise do material utilizado para divulgação, transmite essa perspectiva ao excluir do processo a necessidade de envolvimento da população local, das comunidades envolvidas nos espaços das igrejas, além de fragmentar o espaço urbano à medida que privilegia o centro histórico da cidade.

Mais que bairros culturais, os sítios que parecem sintetizar a memória histórica do território guardam a função verdadeira de lazer onde a cultura não passa de um pretexto, uma prefiguração de parques de atração do século XXI. A concretude da cidade não tem sentido nas imagens difundidas da própria cidade (COSTA, 2013, p. 5).

Fica caracterizado o privilégio com relação a religião católica apostólica romana no município, que representa aproximadamente 57% da população local, de acordo com o censo

demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As demais religiões presentes na população residente estão excluídas do circuito, como as diversas formas de religiões evangélicas, testemunhas de Jeová, espíritas, judaicas, dentre outras.

O consumo do espaço e do patrimônio nele presente, já apontado por Costa (2013), requer um tratamento a partir de sua totalidade, com políticas de preservação de maior consciência de seu uso, assim como mais preocupada com o que os moradores e os usuários consideram como relevante.

Tal pensamento também é defendido por Meneses (2009), que delimita como mais interessante, privilegiar a perspectiva do usuário do bem patrimonial, visto que representaria o fim de uma prática esquizofrênica de tratar o valor cultural de maneira reificada.

Portanto, a forma de tratar o monumento e a cidade a partir dos seus ângulos mais favoráveis (CHOAY, 2006), deve ser questionada nesses roteiros, inclusive no que se refere ao Circuito pelas razões já mencionadas. Desse ponto, torna-se questionável a busca por ações dedicadas ao ato exclusivo de promover determinadas características presentes dos monumentos selecionados pelo circuito.

Meneses (1984) aponta tais artefatos como elementos que favorecem o acesso a memória e que não devem ser esquecidos ou tratados de forma distinta. No momento em que se priorizam ações desse cunho, passa-se a adotar uma postura de venda daquilo que não é mais próprio das comunidades envolvidas, mas dedicadas a nova demanda a ser criada para atender as necessidades do turismo. Essa perspectiva defendida por Meneses fica evidente na passagem a baixo em que afirma que

[...] o principal veículo de destruição é, sem dúvida, a exploração econômica que tem deixado marcas arrasadoras de sua presença [...]. Essa situação – que reflete comportamento corrente no campo do Patrimônio Cultural em geral – é grave sobretudo porque é sintoma de uma sociedade desequilibrada, marcada por relações assimétricas. Por isso, a preservação é uma bandeira que se impõe em todos os domínios [...] como uma forma de reapropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social e de que ele foi expropriado pelas diversas formas de domínio e exploração (MENESES, 1984, p. 36)

O autor aborda a questão da atribuição de valor, com o intuito de demonstrar que, apesar da constituição de 1988 dimensionar o direito da sociedade em criar os valores culturais, acaba-se por ser aplicado esse direcionamento unicamente ao patrimônio imaterial, e no que se refere ao patrimônio material, o poder público se destaca como agente principal, trabalhando o valor cultural a partir dos seus traços marcantes (MENESES, 2009, p. 34).

Observou-se em Petrópolis o mesmo princípio no que se refere a definição e organização do Circuito de Capelas e Igrejas que, além de implicar na exclusão das comunidades que legitimam esse patrimônio e em uma atitude separada para o patrimônio material e imaterial, ainda resulta na não efetivação da atividade turística.

Parte dessa lógica se legitima na ideia de se buscar a captação dos recursos do MTur, o que leva ao pensamento do Patrimônio, primeiramente, como elemento de captação de uma demanda turística e, posteriormente, naquilo que se destaca por sua relevância.

Dessa forma, acredita-se que a motivação de promover a cidade e o patrimônio religioso advindo do poder público, desconsidera de seu planejamento o uso e a preservação. Estes dois elementos passam a se tornar relevantes após os resultados da promoção, medidos pela quantidade de turistas que são capazes de atrair.

Também atuam como forma de manter a atividade turística estabilizada, tendo em vista que os visitantes passam a diante as experiências obtidas, criando mais expectativas

sobre o produto turístico. É dessa maneira que as comunidades envolvidas no Circuito conseguem propagar os demais valores embutidos no patrimônio.

A pretensão de promover os elementos que compõem uma parte da tradição religiosa do município, foi fator decisivo para a escolha da atual formação do Circuito, que não se configura como um projeto específico de turismo religioso, mas uma oportunidade de explorar o potencial da atividade se apropriando do patrimônio religioso para atender a demanda dos turistas interessados nessa vertente.

Esse pensamento é caracterizado pela representante da secretaria de turismo de Petrópolis quando menciona a distinção das políticas de preservação da atividade desenvolvida no circuito.

O que nós estamos fazendo enquanto turismo. Nós estamos nos apropriando deste patrimônio que já existe, identificamos quais são as igrejas mais significativas, e templos, mais significativos, não só do ponto de visto arquitetônico, mas também da história do município e também religiosa. Então, como estava lhe falando, nós ampliamos esse circuito porque estamos sentindo que tem um público interessado, especificamente em turismo religioso. Então, a política de preservação ela é orientada pelo IPHAN e pelo INEPAC. Existe um conselho de preservação de patrimônio que não está ligado a fundação de Cultura e Turismo e sim a secretaria de planejamento (informação verbal)⁵.

Tal característica já demonstra a relação dialética existente entre os ideais de valorização e promoção, moldando a forma de organizar o patrimônio religioso da cidade, além de guiar um formato de gestão da atividade voltada para o atendimento dos interesses do turismo.

Tanto as comunidades do entorno, quanto os elementos imateriais legitimados por suas vivências do cotidiano, além dos demais vetores capazes de agregar valores legitimadores da tradição local, tornam-se características irrelevantes. O trabalho cria uma aparente descontinuidade, seguindo os critérios julgados como relevantes por cada gestão que assume o poder, regado de decisões casuais e pontuais.

O modelo do Circuito estava prestes a ser modificado pela gestão de turismo local encerrada em 2016, procurando ampliar o foco para demais templos de outras religiões presentes no município. Também se atentava para uma perspectiva menos centralizada nas igrejas localizadas no centro histórico e suas imediações.

Com a substituição pela atual gestão da secretaria, não se pode ter certeza da continuidade do projeto sugerido pela entrevistada. Isso se torna mais uma evidência de como os trabalhos na área das políticas culturais não possuem continuidade e ainda se encontram reféns dos interesses políticos.

Portanto, após assumir o modelo do Circuito das Capelas e Igrejas projetado na gestão anterior (encerrada em 2012), a secretaria de turismo possuía a intenção de realizar melhorias e transformações em seu formato, tido como mero informativo, passando a anexar novos patrimônios como pode ser observado na fala da representante da secretaria de turismo.

⁵ Entrevista concedida por Carvalho, Evany Rita Noel. Entrevista I. [dez. 2016]. Entrevistador: Matheus de Castro Pereira Souza. Rio de Janeiro. 2016. 1 arquivo .mp3 (52 min.).

Na verdade, era isso que eu queria lhe falar. O circuito em si, ele foi identificado como (pequena pausa para refletir) uma possibilidade de visita, hoje. Não foi desenvolvido um projeto específico, pelo menos não nesse período do governo, específico para organização da comunidade em função disso. Na verdade, nós fizemos esse levantamento para ter disponível em nosso site as igrejas que estão abertas. Mas não foi um projeto específico que a gente tenha desenvolvido, como o projeto do circuito a pé que realmente foi desenvolvido por nós, em que tivemos que desenvolver todo o levantamento do casario, das avenidas, enfim, do que que seria sinalizado, porque foi um projeto de sinalização interpretativa, algo muito mais complexo. Do ponto de vista das igrejas, nós aproveitamos que isto já estava previsto no site e melhoramos, mas não desenvolvemos um projeto especificamente. Até porque essa questão do turismo religioso tem que ter um estudo mais profundo, porque, na verdade, o que se pensa e o que se trabalha geralmente é algum local que já tem uma potencialidade de receber um fluxo permanente. Então, locais de romarias e tudo isso. Então, na verdade, nós não desenvolvemos um projeto de turismo religioso, nós organizamos esse circuito, mas não trabalhamos com a comunidade.

Sendo assim, confirma-se uma das problemáticas do trabalho, referente a criação e gestão das políticas culturais, que de forma histórica reflete a descontinuidade de projetos pouco aprofundados e com foco voltado para o patrimônio material.

O caso do circuito, tende a criar uma demanda, pela promoção daquilo que se observa como relevante, a fim de gerar valor de animação cultural para as igrejas e capelas, caracterizada por Choay (2006, p. 216), como atividade que “se propõe a tirar de sua própria inércia (o edifício) para torna-lo mais consumível, considerando insuficiente a apropriação pessoal. Seu método é a mediação: facilitar o acesso às obras por intermediários, humanos ou não”.

Portanto, o site e a criação da própria ideia de Circuito de Capelas e Igrejas são resultado dessa dinâmica presente nos ideais de valorização e Promoção do patrimônio guiadas por finalidades mercadológicas como a atividade turística. Seu potencial turístico, a ser medido pelos fluxos constantes e pelos turistas que podem se propor a frequentar a cidade atrás desses produtos, justifica a criação desses instrumentos.

Para Guy Debord (1997), o turismo pode ser considerado como um subproduto da circulação de mercadorias, em que as pessoas se prendem a uma lógica de consumo que banaliza as localidades e seus atrativos. Inclusive, o próprio território é formatado nesse processo de atendimento dos ideais mercadológicos, compondo o foco central para os planos da cidade e de seus atrativos.

Dessa forma, pode-se observar que a gestão pública desse patrimônio está banalizando as tradições religiosas da localidade, tratando as capelas e igrejas como mercadorias.

Duarte (2003) também discute que as influências da indústria cultural pela aproximação da indústria e seus processos que visam à obtenção do lucro, atribui a todas as coisas um valor de troca e implicam na redução da capacidade humana em evoluir culturalmente, pois a prioridade está centrada nos produtos culturais.

A cultura também é entendida dentro da sociedade capitalista como uma mercadoria capaz de desempenhar um papel importante no desenvolvimento da economia (DEBORD, 1997). Sendo assim, a visão utilitarista se permeia no campo das políticas culturais e se aplica as ações governamentais brasileiras ao longo de sua história.

Ainda no campo econômico, ficou claro nas declarações da secretária de Turismo entrevistada, como a importância da existência de um financiamento já estabelecido, mobiliza a criação de projetos melhor elaborados e frequentes no campo cultural.

Mas nós não tivemos condições, pelo menos neste período de governo de quatro anos, de desenvolver esse projeto especificamente. A gente teve uma série de outros projetos para dar conta, inclusive de circuitos eco rurais, que já tinha captação de recursos. O Ministério do Turismo, tinha prazo para a gente poder dar conta. Fizemos para a empresa solicitada, nós acompanhamos tudo isso, teve também uma outra captação de recursos que não foi desse governo, foi do anterior que nós demos conta também, que foi uma obra específica no entorno do trono de Fátima já prevendo a infraestrutura básica e também uma sinalização visando a acessibilidade. Então assim é, nós demos conta de vários projetos que já tavam com recurso captado e que tínhamos que realizá-los e que foi muito bom para ampliar a nossa oferta turística. Que realmente nosso carro chefe é o turismo cultural. Na verdade, a gente tá numa proposta de ampliação da oferta para poder estar gerando um fluxo para o ano inteiro. Então, isso tá num escopo maior (*sic*).

Dessa forma, as políticas culturais também são geridas de forma a priorizar a captação de recursos, o que cria uma mobilização dos agentes interessados no seu crescimento, facilitando assim projetos de maior estrutura.

Sendo assim, o turismo cultural se impõe como grande atrativo da cidade e mobiliza os projetos com maior investimento, dando prioridades para aqueles elementos de maior valor, inclusive os de cunho religioso, como no caso do trono de Fátima que é uma das opções do Circuito das Capelas e Igrejas.

Até mesmo, sobre a ótica cultural, os monumentos têm seu entorno priorizado como o aspecto da sinalização bem delimitada, já que o fluxo dos visitantes se apresenta como constante, demonstrando outra questão levantada que seria da influência econômica na gestão da atividade turística sobre o patrimônio religioso do circuito. Claramente, alguns dos monumentos têm mais valor e atenção do que outros.

Fator esse que leva a questionar se o acréscimo de outros monumentos trará alguma diferença real na perspectiva do trabalho, que no caso será de responsabilidade de outra gestão. Em resumo, seguindo os apontamentos de Choay (2006, p. 211).

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à ‘engenharia cultural’, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

Por tais contradições presentes na proposta do circuito, pelos resultados da interação dialética entre os ideais de valorização do patrimônio histórico e da necessidade de promoção de suas qualidades para a atração de consumidores culturais, dentre outros fatores que despertam questionamentos durante as análises. Assim, não existe a busca por respostas concretas ou soluções para questões recorrentes durante a pesquisa, mas sim uma abordagem mais questionadora de elementos identificados na proposta do Circuito de Capelas e Igrejas e seus desdobramentos na realidade da sociedade do município.

4.2. Contradições e aspectos do Circuito de Capelas e Igrejas

Ao se realizar uma análise da política pública em questão, no que tange aos ambientes promovidos pelo circuito, o que se observa é a presença de um trabalho simplista da cultura tradicional, voltada para o atendimento das demandas turísticas e dos visitantes interessados em consumir um determinado atrativo específico.

Tais fatores ficam expostos na fala da representante da secretaria de turismo da cidade, quando argumenta sobre a proposta de gestão da atividade turística ao se apropriar do patrimônio da cidade e das práticas culturais.

Na verdade, nós até fizemos uma tentativa, há alguns anos isso, eu estava na presidência, deve ter acontecido em torno de 2014, nós chegamos a estimular que houvesse um grupo de trabalho no conselho municipal de turismo, tratando do turismo religioso, porque nós sentimos que estavam surgindo também recursos do ministério do turismo para alavancar. Nós já tínhamos várias igrejas, nós já tínhamos a romaria do trono de Fátima, temos o trono de Fátima que tem uma importância [...], nós vimos essa potencialidade. E o que que nós fizemos? Nós levamos para o COMTUR, na época que eu tava na presidência, foi 2014 sim [confirmação da data], perguntamos do interesse e a possibilidade do COMTUR se envolver e momento foi criado um grupo de trabalho, com a mitra participando, a universidade católica, e mais uma pessoa. Infelizmente essas pessoas não tocaram o grupo de trabalho. Nós, em vários momentos, nós não cobramos, mas perguntamos [justificativa bem-humorada], em que dia é a sua reunião? Vocês vão marcar a reunião? Aí se desencontraram, enfim, então não houve essa motivação como estaria pressuposto de haver, por exemplo, da mitra, que ela coordenasse esse grupo, mesmo que não fosse colocar só a igreja católica. Inclusive no COMTUR, hoje, nós temos a comunidade luterana que não tínhamos nessa época. Que aí depois, nós fizemos uma reformulação de toda a lei do COMTUR e ampliamos e reformulamos as cadeiras, e colocamos duas vagas para as instituições religiosas já pensando nessa possibilidade de futuramente desenvolver o trabalho. Porque não adianta, o poder público definir simplesmente que vai realizar algo, se ele não tiver todo o envolvimento da comunidade ou dos setores que praticam e trabalham ou se dedicam aquele setor.

O interesse em se construir um fluxo de turismo religioso para a cidade, reafirma o pensamento utilitarista do patrimônio do Circuito, tendo em vista que os elementos destacados procuram promover as igrejas e capelas com capacidade de recepção de visitantes.

Além desse fator, o público consumidor que se deslocaria para Petrópolis seria bem direcionado para um produto já consagrado na história do patrimônio do município. Um conjunto de monumentos da igreja católica, que remetem a tradição europeia, de maior força da cidade.

Por mais que existisse uma proposta de acrescentar novos templos, referentes a outras religiões como forma de ampliar as características do circuito, ainda não estaria fugindo da prática de promoção dos monumentos de forma superficial.

Outro elemento característico desse processo em planejar e gerir a atividade cultural envolvendo o patrimônio religioso da localidade, é a motivação pela captação de recursos provenientes do estado.

O pensamento expõe o interesse em organizar o projeto em conjunto com os agentes interessados e de maior influência, no caso a Mitra e a Universidade Católica. Porém, como

forma de legitimar o trabalho, exclui as comunidades envolvidas em cada uma das igrejas, que exercem uma relação própria e única em cada caso.

Sendo assim, a prioridade em construir uma atividade genérica que seja capaz de agradar ao público consumidor e crie força para um projeto capaz de captar recursos do MTur, impossibilita um trabalho mais abrangente.

Dessa forma, a proposta do PMC em evitar políticas de balcão acaba sendo desvirtuada no grupo de trabalho, composto por instituições que possuem relevância, mas não o interesse direto por um trabalho em conjunto.

A busca por investimentos governamentais cria a demanda, mas resulta no impedimento de maior envolvimento das partes, tendo em vista as dificuldades e exigências para sua captação, além de promover uma situação esporádica de trabalho.

Em uma colocação informal, fornecida por um representante da Mitra diocesana da cidade, em contato telefônico realizado no ano de 2016, foi informado que o Circuito era parte de um tema recente para o município e a própria igreja. Pretende-se a construção de uma pastoral da cultura e turismo para que se possa ter maior abrangência de como desenvolver a atividade em Petrópolis.

O que se fez recentemente foi promover ações individuais na Catedral de São Pedro de Alcântara, seguindo uma proposta de conhecer o interior da igreja, características da fundação e a apresentação de pontos antes desconhecidos como a parte superior próxima ao sino.

Essas preocupações relacionadas com a atividade turística, sobretudo em seu segmento cultural, são legítimas, em vista de não se possuir uma dimensão de quanto essa prática afeta no desenvolvimento cultural. Segundo Herrera (1992, p.9)

Os pontos de vista divergem no que diz respeito ao papel do crescimento turístico no contexto de um autêntico desenvolvimento cultural. A experiência parece indicar que, em muitos casos, este último pode solapar as condições da cultura local em diversos níveis.

Outro elemento preocupante é a ausência de cuidado com a valorização dos costumes e tradições que representam a parte imaterial do patrimônio, presentes em algumas das localidades expostas no roteiro, o que impede o envolvimento da comunidade local e também do visitante.

As expressões locais - falas do tempo, memória que repousa no imaginário coletivo, de onde também brota a criatividade humana - representam um recurso importante que amplia e aprofunda a participação da comunidade, contribuindo de forma especial para 'desenvolver um sentido de lugar, transmitir seus valores, sua ecologia e sua história para as novas gerações [...] (FREIRE E PEREIRA, 2005, p. 129).

Portanto, a preocupação com a perda do valor metafórico dos elementos abordados dentro do roteiro, caracteriza o uso desse patrimônio pelo seu valor meramente simbólico. Essa característica parece estar presente no mercado turístico brasileiro: o contato superficial com produtos que sinalizam características marcantes da cidade e criam oportunidades para captação de recursos do governo.

Dessa forma, acredita-se na necessidade de procurar a construção dessas atividades a partir do contato direto com as comunidades que fazem parte do dia-a-dia dos monumentos. Seus conhecimentos sobre o espaço, seu vínculo especial com a religião e suas experiências em lidar com os visitantes, são questões prioritárias para o desenvolvimento do novo circuito.

Essa relação menos direta com esses grupos de interesse prejudicaram o trabalho no circuito de capelas e igrejas atual, principalmente no que se refere ao trato com os visitantes.

Além do prejuízo com a experiência da visitação, incompleta pela falta de informações para o preparo da visita, não aproveita valores criados pelas comunidades tradicionais.

Tal relação implica em uma série de circunstâncias, levando a estrutura da sociedade capitalista a observar na atividade do turismo uma forma de movimentar os interesses do capital. Para Brian Goodey (2005), se não forem criados programas eficazes em comunicar os sentidos presentes no patrimônio, assim como atrair visitantes para formas de interação menos superficiais, os efeitos de uma intensa mercantilização desse Patrimônio Cultural poderão descaracterizar seu papel educacional.

As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos de práticas patrimoniais, convertendo-as num pastiche irrelevante de si mesmas, com poucas ou nenhuma ligação com seu presente, num parque de diversões para o deleite de visitantes, que aí deixam seu dinheiro (MURTA, 2005, p. 140).

Estes produtos seriam de valor social muito baixo por não considerar as características individuais e sim o interesse das massas, de caráter alienante. Assim, “a imposição das formas de organização econômica capitalista ao campo da cultura e da arte determinava sua deterioração” (DUARTE, 2003).

Esse parece ser justo o caso do circuito, muito voltado para aquilo que é característico do turismo religioso do país. As forças de mercado do turismo nacional estão centradas nas cidades históricas e seus monumentos, trabalhados pelo viés do encantamento e riqueza de bens materiais.

A perspectiva da experiência da visitação ainda se apresenta como uma característica nova, tendo em vista que o planejamento dessa modalidade de roteiro ser voltado para a promoção dos monumentos como forma de gerar demanda para a cidade.

A superação do ato de criar políticas que considerem os artefatos urbanos de maneira isolada para atender as demandas da indústria cultural, a qual o turismo está relacionado, se faz necessária dentro de uma cidade formada por um processo de colonização multicultural, como forma de assegurar não apenas a preservação, mas também garantir os direitos e interesses da população.

Os elementos que compõem o patrimônio imaterial da cidade são artefatos de interesse coletivo e necessitam de um trabalho mais abrangente para assegurar sua preservação e o bom funcionamento do todo social, visto que os bens culturais mantêm relações importantes dentro do núcleo urbano, mesmo que de cunho meramente espacial (LEMOS, 1981).

No que se refere a questão espacial, também se vê presente uma contradição na fala da representante da secretaria de turismo, quando se pensa na escolha das igrejas e capelas.

A parte do Patrimônio, da preservação exista, não sei se está atuante realmente, um conselho específico junto a secretaria de planejamento na questão do patrimônio. Aí teria que verificar sobre a atuação. Eu não saberia te dizer atualmente. Mas o critério do ponto de vista turístico, foi de estar citando as igrejas que tem algum tipo de acesso para o público né? Não só por sua importância, como eu já falei, arquitetônica, histórica né? E turística, em localidades que tem atividade turística, porque a gente pensa só em centro histórico, na verdade, Petrópolis é um município grande né? Que tem vários bairros e distritos. Então nós identificamos quais aquelas que tem uma importância até na comunidade. E levantamos, então, em que momento que elas podem ser visitadas, se apenas no momento da missa, do culto, ou se tem outros horários e nós fizemos esse levantamento em termos de informação ao turista que tenha esse interesse em específico.

A maioria das igrejas e capelas escolhidas se localiza no centro histórico e são voltadas para a ideia do receptivo como um dos principais critérios, fator este que exclui automaticamente outros monumentos de distritos menos conhecidos por sua vocação ao turismo religioso.

Essa questão do acesso é apresentada por Choay (2006, p. 218), “como proporcional ao número dos visitantes, à renda dos ingressos e do consumo complementar”.

A nova proposta que seria apresentada ao fim da gestão iria propor a adição de novas igrejas, além de templos que são exemplos de outras religiões presentes no município.

Contudo, o princípio norteador dessa atividade continua o mesmo, a valorização ambivalente que confere status e expõe o patrimônio ao interesse econômico, com a finalidade de promoção, que seguem as de produtos elencados para atender ao fluxo turístico (CHOAY, 2006).

Uma das maneiras de se alcançar esse objetivo é repensar o papel do Patrimônio Cultural por parte dos órgãos de preservação, em que uma bandeira preservacionista adotada por profissionais técnicos, como arquitetos e artistas, impede o estabelecimento de um turismo cultural capaz de arrecadar recursos para a manutenção dos lugares e manifestações, informar e educar os visitantes (GOODEY, 2005).

Ou seja, não proibir que se faça turismo nas igrejas, mas trabalhar a atividade para que não ultrapasse as limitações do próprio monumento, da mesma forma que das pessoas que se utilizam dele no cotidiano e desenvolvem processos mais íntimos de significados que extrapolam o aparato material divulgado.

Considerar também que esses processos são elementos relevantes para quem deseja estabelecer contato, não só com elementos materiais que compõem a história da localidade, assim como dos novos valores, dinâmicas e manifestações legitimadas pelo tempo e as pessoas envolvidas.

Dessa maneira, é preciso entender que esse tipo de planejamento não pode estar centrado em ideias fixas e tecnicistas sobre preservação, uma das características presentes no histórico da nação.

Atribuir novas formas de se encarar o planejamento no campo das políticas culturais, ainda mais quando se pensa a atividade turística, pode representar um diferencial no trabalho proposto, da mesma forma que ampliar os resultados esperados.

O elo entre preservação e turismo, de acordo com Stela Murta (2005, p 141), seria incentivar a prática da interpretação, aliada a um desenvolvimento local sustentável, pois seus objetivos são de “convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo; aliada do turismo, ajuda os visitantes a conhecer e apreciar mais os lugares que visitam, enriquecendo sua experiência”.

A questão da Interpretação do sítio, objeto ou evento, para Brian Goodey (2005), é a primeira tarefa para a gestão do Patrimônio Cultural, além da preservação e conservação, o que implica em aprofundar o conhecimento do bem e comunicar elementos chave para os visitantes e moradores.

Segundo o autor (GOODEY, 2005), são cinco as propostas para alcançar um turismo cultural e ecológico mais profundo em conteúdo e sustentável em visitação, transferindo mais qualidade, a primeira é o detalhamento de mensagens sobre o significado dos lugares e suas manifestações. A segunda delas é a Percepção que representa a possibilidade, de quem interage com o patrimônio, reconhecer o contexto, cronologia, espaço e o ambiente temporal do lugar.

Os vínculos também são destacados pelo autor (GOODEY, 2005), pelo fato do bem patrimonial não ser um elemento isolado dos demais, mas sim seu papel desempenhado em conjunto com os demais lugares. O autor também destaca a questão da experiência que seria a

essência do turismo cultural, proporcionando o visitante uma interação e interpretação não só com o monumento, mas também dos elementos em sua volta.

Por fim, a Integração do Patrimônio Cultural com a vida moderna compõe o aspecto de ir além do lazer desvinculado do cotidiano, em que as pessoas que visitam são capazes de “compreender as relações entre gente e lugar, como estruturas são construídas e sobrevivem, como artistas interpretam uma área e a vida em épocas passadas, como a dança e a música se desenvolveram em determinado lugar” (GOODEY, 2005, p. 137).

Essa crítica corrobora com as observações de Choay (2006) que aponta a superação da artificialidade dentro das ações públicas por meio do afastamento do aspecto utilitarista, pela escolha do simbólico dentro do planejamento, que pode ser mais facilmente alcançado com o envolvimento da sociedade.

Como forma de identificar componentes ou referências do valor cultural da perspectiva do usuário, ou seja, direcionar os trabalhos na área com o foco para as pessoas responsáveis pela sua produção, Meneses (2009) também propõe um roteiro composto por cinco modalidades que se agrupam de formas variadas. As sugestões rompem com o ideal mercadológico porque implicam em um planejamento dissociado da visão do visitante.

O primeiro grupo de valor está relacionado ao aspecto cognitivo que os bens patrimoniais são capazes de oferecer. Portanto, o patrimônio é tratado como um documento que possui a capacidade de repassar informações de diversos tipos, como os principais materiais e técnicas utilizados para sua construção, os interesses históricos que motivaram seu planejamento, qual tipo de trajetória, estilo predominante, dentre outros fatores que servem como informativos que atendam às necessidades de origem intelectual.

Seu segundo grupo, denominado como o de valores formais, está centrado na capacidade que o bem possui de aproximar e aguçar os sentidos humanos da realidade que o cerca, como uma ponte que conecta de maneira mais profunda e significativa as pessoas ao conjunto de elementos presente em sua volta. É nessa perspectiva de valor que se observa a importância tanto da transmissão de sentidos e significados, como as influências da memória e demais experiências nas relações de troca, importantes para a construção do indivíduo.

No terceiro grupo proposto por Meneses (2009), são explorados os valores de ordem afetiva, ou seja, aqueles decorrentes dos vínculos subjetivos como no caso da sensação de pertencimento ou até pela importância na construção da identidade. Esse grupo pode ser percebido dentro das propostas de políticas culturais que visam a construção da identidade de uma nação. Contudo, o trabalho de observar essa ideia a partir da sociedade, do conjunto de elementos que compõe seu imaginário, se configura como o requisito para um trabalho efetivo e com foco no que é tido de valor para as pessoas.

O quarto grupo de valores compõe aqueles tidos como pragmáticos para os indivíduos, tendo em vista que o uso dos bens não segue uma linha utilitarista na qual o valor do bem se torna importante por atender momentaneamente uma necessidade qualquer. Seu uso é, portanto, algo que qualifica sua experiência cotidiana por sua relação estreita com a própria vida, tornando as práticas sociais muito mais intensas e importantes.

Por fim, o quinto grupo categorizado por Meneses (2009), está presente na esfera da ética, responsável pela construção de uma política cultural dissociada dos princípios utilitaristas presentes no mercado. Estes princípios de valor estariam voltados para a atenção às diferenças culturais, fator muito relevante no cenário brasileiro, da mesma forma como o tratamento privilegiado para algumas culturas tradicionais e das elites.

O que se pode entender dessas perspectivas é que a democratização cultural é mais um elemento central para o bom desenvolvimento do campo das políticas culturais e de uso do patrimônio que, no caso brasileiro, carecem de um aprofundamento em questões básicas.

Nesse sentido, é preciso questionar a efetividade da gestão pública para esse trato com o patrimônio religioso da cidade de Petrópolis. A falta de continuidade nos trabalhos e o foco

em arrecadação de recursos do MTur, são responsáveis por questões que impedem a construção de uma realidade positiva, no que se refere ao turismo religioso.

Sobretudo quando se observam a exclusão das comunidades e a construção de um circuito de Capelas e Igrejas voltado para a promoção e valorização do patrimônio. Fatores responsáveis por uma atividade que não contempla todo o potencial e relevância do patrimônio selecionado, muito menos possibilita uma atividade turística bem organizado e favorável ao consumidor final e aos grupos de indivíduos ligados intimamente ao processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem deste trabalho procurou realizar uma análise da gestão pública da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, relacionada as ações para o uso do Patrimônio Religioso da cidade e as políticas de turismo instituídas.

Tal relação demonstrou a presença de uma dinâmica que busca atribuir valor de atração para os monumentos religiosos destacadas no Circuito das Capelas e Igrejas, da mesma forma que cria uma promoção do local para o atendimento de um potencial nicho de mercado, ainda pouco trabalhado na cidade, o turismo religioso.

Foi aparente como a proposta de roteirização de monumentos e obras religiosas de Petrópolis, denominado como Circuito das Capelas e Igrejas, expõe essa lógica. O roteiro não considera alguns dos elementos mais relevantes presentes no patrimônio selecionado, por estar focado em uma perspectiva formatada do que se busca em consumo do turismo religioso.

Considerando como se dão os debates sobre preservação e uso do patrimônio no país, o circuito pode ser percebido como um retrocesso no pensamento defendido pelos autores e gestores mais atuais. Talvez, essa questão se deva a como se pensa atividade turística em conjunto das políticas culturais.

A própria questão do turismo religioso foi identificada como um tema pouco elaborado na cidade. Os projetos coordenados para atender as demandas já existentes em pontos de visitação mais famosos, como a melhoria do acesso ao trono de Fátima e um auxílio de pessoal para a visitação da catedral de São Pedro foram os poucos elementos identificados durante a pesquisa.

Esse, portanto, é uma das principais dificuldades enfrentadas nesse projeto. Trabalhar uma temática que ainda carece de maior desenvolvimento na região, principalmente quando se pensa em planejamento e uma ação integrada entre a iniciativa popular e a fundação de cultura e turismo.

Essa dificuldade evidencia como a pretensão de criar esses modelos de circuitos turísticos segue uma mentalidade utilitarista de se trabalhar o patrimônio. Aquilo que se destaca das culturas mais tradicionais ganham evidência, pelo seu potencial de promoção de possíveis produtos turísticos.

A atividade turística se apresenta como um dos principais responsáveis por criar divisas em moeda estrangeira para o país, sendo as tradições da América do Sul muito influentes para se elaborar as principais temáticas.

Dessa forma, os interesses religiosos que atraem esses grupos, majoritariamente católicos, têm preferência na estruturação dessas ações. Esse patrimônio, portanto, pode ser trabalhado para ganhar valor sobre essas oportunidades do mercado turístico.

Essa questão expõe como o papel da cultura, pensada na sociedade moderna como um recurso, faz-se determinante para a sustentação desse tipo de relação. No que se refere a cultura religiosa, o catolicismo e o patrimônio material proveniente do século XIX é um quesito evidente na cidade.

A própria secretaria segue essa linha utilitarista de construção de políticas culturais quando vê na atividade turística uma forma de atrair tais divisas e criar desenvolvimento para a cidade a partir de seus monumentos religiosos.

No caso estudado, nos quatro anos de trabalho da gestão entre 2012 e 2016, a proposta do circuito não foi modificada para atender as demais representações religiosas da cidade, da mesma forma que centrou a estrutura do circuito exclusivamente nos seus elementos materiais. Padrão que foi debatido no primeiro tópico do trabalho, destacando, principalmente, como a falta de continuidade nas políticas culturais, inclusive relacionadas ao uso do patrimônio, carecem de maior atenção e organização.

Essa característica pode comprometer as ações de promoção, defesa e projeção dos valores culturais, como na construção de circuitos baseados no modelo petropolitano. O estabelecimento de uma estrutura administrativa eficiente é um requisito chave para o desenvolvimento dessa modalidade de projetos.

Muito do que se discutiu sobre participação social nessa lógica de preservação e uso do patrimônio, torna-se irrelevante nesse tipo de ação. O foco passa a ser o de criar mais elementos que atraiam visitantes para os centros de maior movimento do município.

A própria seleção das capelas e igrejas se deu pela possibilidade de acesso e recepção de turistas, o que facilitaria uma promoção da cidade pelo seu potencial. Porém, deu-se prioridade aos monumentos localizados no centro histórico, além de não considerar na atividade os demais elementos imateriais atrelados as comunidades que desfrutam dos espaços.

Agregando essas características, é possível analisar que a busca por um trabalho de turismo religioso na cidade de Petrópolis se tornou um objetivo da Fundação de Cultura e Turismo. Contudo, o planejamento da atividade é descontinuado em toda troca de governo, além de ser influenciado pela proposta de incentivar o turismo, o que cria implicações no uso desse patrimônio.

Dessa maneira, a temática do turismo, mais especificamente o religioso, passa a ser um elemento marcante no processo de construção de ações culturais que auxiliem na promoção de outros potenciais monumentos, com a intenção de criar um destaque para o patrimônio, concomitantemente para o município.

Contudo, como já salientado, essa atribuição de status leva a elaboração de políticas que projetam no patrimônio histórico, e na própria cidade, uma perspectiva economicista e, conseqüentemente, tendenciosa para os grupos dominantes. E essa parece ser a tendência brasileira quando se analisa essa questão.

Desde as ações direcionadas pelo IPHAN, discutidas no primeiro tópico, já se percebe como o patrimônio nacional segue modelos de gestão normativos, tecnicistas e voltados para o mercado, desvalorizando os significados e os elementos sociais. Com a adição do turismo, apresenta um reforço do tratamento privilegiado de certas culturas em detrimento de outras.

Assim como, se dá maior valor a práticas que separam o valor imaterial do patrimônio selecionado, o que representa uma perda na experimentação do turista. Essas características acabam por retirar do cidadão a oportunidade de desenvolvimento cultural.

Por mais que se observe as características destacadas pelo PMC, não parece possível construir uma realidade de maior participação social e criação de significado nas políticas culturais se as ações da fundação seguem uma característica descontinuada, dentro de um processo delegativo.

Considerando tais características, mais direcionadas no segundo tópico, quando se trata de política cultural e do uso do patrimônio no município, é notável a sua relevância nas tradições, patrimônio material e cotidiano dos indivíduos. Sua imagem, de cidade imperial, reflete o apelo para os elementos marcantes da construção de Petrópolis e o seu desenvolvimento.

A mistura de vários traços culturais, distintos, ajudam na composição do que se percebe de cultura do município e de seus moradores. Esses elementos são promovidos para os visitantes por meio da construção de projetos culturais envolvendo seus monumentos históricos, como no caso do Circuito.

Essa dinâmica reflete, portanto, na construção das políticas culturais. O que se questiona é que, mesmo que amparados pela proposta do PMC de seguir dimensões voltadas para o aspecto simbólico, econômico e cidadão, o aspecto tecnicista e voltado para o atendimento das necessidades do mercado não deixa de ser a tônica no caso do Circuito de Capelas e Igrejas.

Fator que se dá pela visão construída nas políticas culturais do patrimônio funcionar como um recurso a ser utilizado para captar verbas, sejam elas por meio de eventos temáticos, ampliação do fluxo turístico ou aquelas advindas dos incentivos ministeriais.

Essa ampliação de divisas, por meio da criação de novos fluxos de visitantes, fica evidente no caso das Capelas e Igrejas pelo fato do turismo religioso ser um fator ainda carente de exploração e bons projetos. Tal característica despertou na secretaria de turismo o desejo de valorizar e promover tais monumentos justo por sua aparente capacidade de receber visitantes.

Seria esse o aspecto percebido quando se observa as motivações em se estabelecer esse tipo de circuito. O estabelecimento de uma modalidade de turismo religioso em Petrópolis, é interessante para os seus gestores, muito devido ao potencial que se observa no vasto patrimônio sacro presente na cidade.

Contudo, seu planejamento e execução estão limitados ao interesse de promover e valorizar capelas e igrejas com potencial de visitação, sem se preocupar com as demais características que poderiam ser envolvidos no processo. Questão que leva a questionar se tal lógica não estaria mantendo a tradição de se realizarem políticas de balcão, veementemente repudiadas com a construção do PMC.

Desse fator, observam-se as contradições na estrutura do circuito, na simplicidade e baixa qualidade das informações disponíveis e na dificuldade de se encontrar agentes capazes de esclarecer como foi seu processo de construção e execução.

A estrutura do Circuito apresenta características deficiências quando se reflete que não ocorreu a inclusão da Catedral de São Pedro, patrimônio religioso de maior evidência do município, dentro da proposta do Circuito.

Apesar de suprir com as principais exigências para compor o Circuito das Capelas e Igrejas, capacidade de recepção de visitantes e patrimônio material sacro que atraia visitantes e simbolize as tradições do município, não foi incluída no projeto desenvolvido pela secretaria.

Para o caso da Catedral, o que se identificou foi a realização de um projeto independente, no ano de 2011, da própria instituição religiosa, representada pela Mitra diocesana, em parceria com a Fundação de Cultura e Turismo. O planejamento era de permitir acesso a pontos desconhecidos dos visitantes comuns, como a torre do campanário, os vitrais, o coro e seu órgão de tubos, assim como o próprio sino.

Existiam facilitadores bilíngues no local e uma exposição permanente sobre a história da Catedral. Tudo isso para assegurar que a visitação pudesse transcorrer para os visitantes que buscavam essa experiência inusitada de um dos atrativos turísticos de referência do município.

Essa evidência indica que, ao refletir sobre a não inclusão da Catedral no Circuito, a ideia do projeto inicial não representa a concepção característica de um circuito turístico de fato.

A intenção do Circuito extrapola, portanto, a ideia base de estímulo para o envolvimento consciente das comunidades do entorno, mas foca na construção de uma imagem de sucesso, semelhante à Catedral, para outros monumentos que, na visão mais utilitária do patrimônio, possuíam o mesmo potencial.

Dessa maneira, a exclusão das comunidades que abraçam e criam significados mais íntimos com esses monumentos também se torna presente nesse planejamento. A venda de uma proposta de visitação em horários de ritos religiosos ou a não preocupação em preparar os grupos que recebem os visitantes, corroboram para a perda da experiência do visitante, além de desprestigiar seu patrimônio imaterial.

Tanto que não se tem a mesma atenção em oferecer recepcionistas ou preparar para a realização das visitas, quem lida diariamente com os monumentos e poderiam agregar mais elementos interessantes para o projeto como um todo.

Também se percebe a fragmentação do território do município, limitado ao seu centro histórico, justo por selecionar monumentos de maior acesso e interesse para os grupos pertencentes a elite dominante de base católica.

Essas questões se veem atreladas as informações dispostas para quem procura sobre o patrimônio religioso da cidade. Todas restritas ao site da Fundação, referentes as características principais desses monumentos, as quais mencionavam os objetos sacros e sua relevância como patrimônio.

Torna-se relevante mencionar a dificuldade de se identificar e comunicar com os agentes responsáveis pela ideia inicial do circuito. Fator esse que expõe como a falta de continuidade das políticas culturais reflete na perda significativa da qualidade de seu conteúdo.

Os interesses ficam restritos as intenções momentâneas de se implementar novos elementos que possam criar competitividade para o município e desenvolver ainda mais a oferta turística da região. As metas mais específicas se perdem com o tempo e ficam restritas aos novos representantes que assumem as pautas já abertas pela Fundação.

Dessa maneira, a contribuição para a administração e gestão do Patrimônio Cultural nesse trabalho se apresenta pela contestação das alternativas de promoção de monumentos históricos, atrelados a projetos públicos orientados para o atendimento das demandas de competitividade turística do município.

Também se destaca a ambiguidade que a proposta de valorização do patrimônio, em ações orientadas para a criação de destaque vinculadas ao aspecto turístico, estabelece para os monumentos de origem religiosa.

Essa estrutura dialética característica, gera inconsistências para a formação de uma política cultural que atenda as demandas construídas no histórico de debates pertencentes ao campo, sobretudo no Brasil.

Portanto, por meio da discussão da relação dialética entre o turismo e o uso do Patrimônio Cultural religioso, esperou-se ampliar a percepção, não somente na dinâmica de transformação do papel cultural, como também das contradições que resultam dessa interação e refletem nas ações de sua gestão.

A priorização do produto econômico em detrimento da preservação do Patrimônio Cultural, a exclusão da participação das comunidades envolvidas diretamente com seu uso e o estabelecimento de uma clientela, são fatores prejudiciais identificados no caso petropolitano.

Outro fator preocupante, apresenta-se na falta de continuidade existente dentro das gestões públicas. Essa falta de critério para o estabelecimento de ações duradouras e que representem avanças reais na construção de políticas que venham a beneficiar o trabalho cultural, resultam em mazelas tanto para a cidade como para a população envolvida, além do patrimônio.

Esse elemento em específico, torna-se responsável pelo desperdício de recursos, tendo em vista que muitos projetos são descontinuados dependendo dos interesses políticos. Da mesma forma que favorece a perda de informações referentes as ações estabelecidas entre os agentes públicos, com as eventuais parcerias privadas.

Estas acabam por perder o crédito com os projetos culturais, como no caso da Mitra diocesana em face ao baixo resultado encontrado com o circuito de Capelas e Igrejas. Assim como a própria Universidade do município que não vinha participando das reuniões agendadas pelo núcleo responsável por tratar de projetos para o patrimônio religioso.

O foco ao patrimônio material e a esquizofrenia existente no trato do valor cultural, destaca por Meneses (2009), implica em uma separação ainda maior do patrimônio imaterial

desse tipo de ação pública. A população local, que legitima o valor imaterial do patrimônio destacado é excluída do processo e, conseqüentemente se prejudica a experiência tanto do potencial turista quanto do morador e da cidade como um todo.

O monumento acaba por ser destituído de seu valor simbólico e passa a ser preferido por sua capacidade de gerar divisas pela atividade turística, tendo em vista que é o poder público que se apresenta como agente principal em atribuir seu valor.

Percebe-se essa relação no planejamento do próprio circuito e na execução tanto de sua divulgação quanto no processo de seleção das igrejas e capelas com maior potencial de recepção de visitantes.

Mais uma vez, esses fatores contribuem diretamente para a formação de ações que corroborem com as estruturas das elites dominantes, atendendo a clientela com maior capacidade de dar respostas financeiras com visitação. Por mais que se estabeleçam critérios, como os defendidos pelo PMC, não se fará política cultural afastada dos interesses de grupos com maior poder, tanto da esfera pública quanto privada.

Sendo assim, continuarão a se observar a exclusão de demais monumentos, grupos e representações religiosas na cidade, enquanto não se estabelecer na fundação um projeto contínuo de apoio às iniciativas da comunidade referentes as políticas culturais.

Muito mais do que ações movidas por interesses políticos, o suporte técnico para o aprimoramento de ideias tomadas em conjunto com os grupos de interesse, vão representar a construção de um circuito turístico com propósito mais amplo e de maior resultado.

Resultado esse que não será exclusivo para a promoção e valorização do patrimônio religioso de Petrópolis, mas de todos os elementos característicos que compõem os significados das capelas, igrejas, templos e demais manifestações existentes nas tradições locais, legitimadas pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Políticas de cultura, políticas de identidade. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Campo Grande-MS/2001. INTERCOM. 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/31258323074731131476710515492074137572.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____, Alexandre. Políticas e indústrias culturais na América Latina. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, ano 9, v. 17, n. 1, p. 24-35, 2011.

BOMENY, Helena. Patrimônios da memória nacional. In: **Ideólogos do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, IBPC, 1991 (Caderno de Debates; 1).

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa. p. 9-21. 2005.

_____, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. FGV Editora, 2009.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39-51, jul. 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra – religião de Petrópolis. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330390&idtema=91&search=rio-de-janeiro%7Cpetropolis%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-da-amostra-religiao->

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: SÃO PAULO. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura–DPH. p. 37-46. 1992.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. trad. Luciano Vieira Machado. 5ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. trad. Estela dos Santos Abreu.- Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. **História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Tese (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2010.

DINIZ, Eli. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.54. n. 4. p. 493-531. 2011.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel (1984): 24-55.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 20. 1984: 45-49.

FREIRE, Doia. PEREIRA, Lígia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG, 2002.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, “Circuito de Capelas e Igrejas.” Petrópolis, RJ. 2011. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/cultura/programacao-cultural/destaque- dois/172-circuito-das-capelas-e-igrejas.html>> Acesso em: 27 Mai. 2016

FURTADO, Celso. Política cultural. MinC, Ministério da Cultura, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5

GOODEY, Brian. Turismo Cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG, 2002.

HERRERA, Felipe. Introdução às políticas culturais. 1992.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (coleção primeiros passos; 23).

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. Fundamentos da metodologia científica. Altas, 2010.

LEMOS, Carlos AC. **O que é patrimônio histórico**. Vol. 51. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção primeiros passos.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. PABLO, Ortellado. SOUZA, de Vladimir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. Trabalho submetido para apresentação no IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1984. N°20: 33-36.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG. 2009: 25-39.

MINISTÉRIO DO TURISMO. "65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional." Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html> Acesso em: 08 Fev. 2016.

MORAES, Nilson Alves. "PATRIMÔNIO, POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E OS CIRCUITOS TURÍSTICOS EM MINAS GERAIS."

MOSTEIRO DA VIRGEM. Notícias sobre o Mosteiro da Virgem nesses últimos anos. Petrópolis. 1994.

MURTA, Stela Maris. Turismo Histórico-Cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: _____. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Editora UFMG, 2002.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. São Paulo: v.1, N°3, 2° SEM./1995.

PETRÓPOLIS. Câmara Municipal de Petrópolis. Proposta Plano Municipal de Cultura de Petrópolis. Set. 2010. Disponível em: <https://culturaecomunicacaosocial.files.wordpress.com/2012/04/proposta-final-do-pmc.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

PETRÓPOLIS. LEI 6.806, de 27 de dezembro de 2010. Institui o Sistema Municipal de Cultura de Petrópolis e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/p/petropolis/lei-ordinaria/2010/681/6806/lei-ordinaria-n-6806-2010-institui-o-sistema-municipal-de-cultura-de-petropolis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27. mai. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. **Roteiros do Brasil**. Estudo De Competitividade Dos 65 Destinos Indutores Do Desenvolvimento Turístico Regional: Petrópolis. 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2009/PETROPOLIS_Relatorio_analitico2009.pdf

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: **Roteiros do Brasil**. Promoção e Apoio à Comercialização. Módulo Operacional 8. Ministério do Turismo. Brasília, 2006.

RABAÇO, Henrique José. **História de Petrópolis: Antecedentes Históricos e A Povoação**. Instituto Histórico de Petrópolis. 1985, p.115-133.

RABELLO, Sonia. O ESTADO NA PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS: O TOMBAMENTO. Rio de Janeiro. IPHAN, 2009. 156P. (REEDIÇÕES DO IPHAN). Edição Especial. ISBN 978-85-7334-133-1

TAULOIS, Antônio Eugênio. **História de Petrópolis**. Universidade Católica de Petrópolis, Instituto histórico de Petrópolis, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Atlas, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e método**. 2ªed. trad. Daniel Grassi- 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. 2009.